

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Tel.: (251) 11 551 7700/518 2811 Fax: (251) 11 518 2914
Website: www.au.int

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Quarta Sessão Ordinária
21 – 28 de Janeiro de 2014
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/803(XXIV)
Original: English

VERSÃO DE 14 DE JANEIRO DE 2014 (REV 1)

**RELATÓRIO ANUAL DA PRESIDENTE SOBRE AS
ACTIVIDADES DA COMISSÃO PARA O PERÍODO DE
JANEIRO A DEZEMBRO 2013**



Índice

VISÃO GERAL DA PRESIDENTE	1
Introdução	1
África em 2013	2
Agenda 2063: <i>A África que queremos</i>	4
Objectivos de Desenvolvimento em África: Planos Estratégicos da Comissão	5
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA (CUA) PARA O ANO DE 2013.....	17
Introdução	17
50º Aniversário da OUA/UA	20
Iniciativas Estratégicas Transversais	25
Pilares do 2º Plano Estratégico da Comissão da UA	31
Mercados e Activos Financeiros	77
Programa de Desenvolvimento	78
Agricultura e Segurança Alimentar E Nutricional	84
Alterações Climáticas e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais	89
Programa de Cooperação	91
3º PILAR: VALORES COMUNS.....	97
Género e Desenvolvimento.....	105
Assuntos Jurídicos da União Africana	106
Cidadania e Diáspora.....	110
4º Pilar: Reforço Institucional e das Capacidades	113
Conclusão e Perspectiva do Próximo Ano.....	122

VISÃO GERAL DA PRESIDENTE



“...o espírito do pan-africanismo e os ideais do Renascimento Africano conduziram-nos à situação em que estamos hoje e devem nos impulsionar rumo a uma África próspera, integrada, centrada nas pessoas e em paz consigo mesma.”¹

Introdução

1. O ano de 2013 serviu de oportunidade para a União fazer um balanço das suas realizações e desafios ao longo dos 50 anos de existência da Organização da Unidade Africana (OUA)/União Africana (UA). 2013 cria igualmente as condições para a aplicação de uma agenda para os próximos cinquenta anos, *Agenda 2063: Um Quadro Estratégico Comum para o Crescimento Inclusivo e o Desenvolvimento Sustentável* que devem nortear a agenda de integração e de desenvolvimento do continente nas próximas décadas.

2. A Comissão da União Africana tem a responsabilidade de facilitar e promover a implementação da visão da União Africana para um continente integrado, próspero, centrado nas pessoas e pacífico, que ocupa no mundo o lugar que por direito lhe pertence. O presente Relatório Anual relata sobre a forma como a CUA desempenha estas responsabilidades durante o período em análise.

3. O Relatório Anual da Comissão da UA de 2013 baseia-se no trabalho da OUA e nos últimos dez anos desde a criação da União Africana. Trata-se da apresentação da situação de África em 2013 e das actividades desenvolvidas pela União Africana. As actividades pormenorizadas da Comissão ao longo do ano, com base no seu Plano Estratégico e nas decisões dos Órgãos Deliberativos, são apresentadas na Parte B.

¹ Discurso de boas-vindas à 20ª Cimeira de Chefes de Estados e de Governo, 27 de Janeiro de 2013. Adis Abeba

ÁFRICA EM 2013

Marcos de Referência da UA em 2013

4. A Comissão da União Africana realizou uma grande variedade de actividades durante o período em análise. Entre os grandes destaques de 2013 figuram as celebrações do 50º Aniversário, a adopção do 3º Plano Estratégico da CUA (2014-2017), os trabalhos técnicos e as consultas sobre o quadro estratégico alargado da UA (Agenda 2063) e o programa de desenvolvimento mundial pós-2015, o reforço das parcerias estratégicas africanas (CUA, CEA e BAD), bem como as parcerias africanas com o resto do mundo, a sensibilização e a promoção das oito principais prioridades africanas elaboradas pela Comissão em 2012 e incorporadas no 3º Plano Estratégico e os planos de trabalho da Comissão para 2013, os trabalhos em curso sobre a promoção da democracia, dos direitos humanos, da paz e da segurança, bem como a celeridade do trabalho sobre as fontes alternativas de financiamento, incluindo a adopção do relatório Obasanjo sobre as fontes alternativas de financiamento e a criação da Fundação da UA. Estas actividades e as reuniões sectoriais permitiram tomar importantes decisões e elaborar quadros políticos que a CUA e os Estados-membros estão a implementar ou comprometeram-se a implementar.

Celebração do Jubileu de Ouro: Pan-africanismo e Renascimento Africano

5. O 50º Aniversário da criação da Organização da Unidade Africana lembra-nos das nossas responsabilidades perante as gerações passadas e futuras. É uma obrigação, conforme as instruções da Carta da OUA e do Acto Constitutivo da UA, não só respeitar o direito inalienável do povo africano de assumir o controlo do seu próprio destino, mas dedicarmo-nos ao progresso geral de África.

6. Tal como lembrou o Presidente da União Africana, o Sr. Hailemariam Dessalegn, Primeiro-ministro da República Democrática Federal da Etiópia, a 25 de Maio de 2013:

A OUA/UA é, portanto, ao contrário de muitas outras organizações, um órgão que começou como um movimento popular e se transformou numa organização de Estados africanos independentes, com vista a prosseguir esses mesmos objectivos que eram a principal missão do Movimento Pan-africanista.²

7. As celebrações do 50º Aniversário, portanto, centraram-se nas pessoas e decorreram a nível mundial. Ao longo de 2013, de Dakar, Lusaka, Kinshasa e Argel para Nairobi, N'Djamena e Freetown, do Cairo, Abuja, Cotonou e Maseru para Windhoek, Mogadíscio, Bamako e Victoria, de Bujumbura, Juba, Luanda e Kampala para Lilongwe, Praia e Abidjan, em todas as cidades capitais de África, os africanos celebraram os seus Jubileus de Ouro.

² Pronunciamento do Primeiro-ministro Hailemariam Dessalegn no Millennium Hall por ocasião das Celebrações do Jubileu de Ouro da OUA/UA. 25 de Maio de 2013, Adis Abeba.

8. Trabalhadores, comunidades religiosas, mulheres, jovens, estudantes, empresários, artistas, académicos, profissionais e intelectuais de todas as gerações, reflectiram sobre o passado e sobre o significado do pan-africanismo e do renascimento africano, hoje e amanhã. A diáspora africana das Caraíbas, da América do Sul e da Europa reafirmou seus laços profundos com o continente africano e partilhou suas aspirações e seus sonhos para o renascimento de África.

9. Fomos igualmente convidados a partilhar as nossas celebrações do 50º Aniversário com a Assembleia Geral das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, a Organização Internacional do Trabalho e o G8, bem como outros fóruns fora de África como Estocolmo, Budapeste, Londres, Washington e Roma, apresentando ao mundo as nossas prioridades e visão para o futuro do continente.

10. Quando a União Africana começou as celebrações do seu 50º Aniversário por ocasião da Cimeira a 25 de Maio de 2013, em Adis Abeba, Etiópia, o Secretário Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África e facilitador do debate da União sobre o tema “Pan-africanismo e Renascimento Africano” fez eco destes sentimentos, ao afirmar que:

O Jubileu de Ouro constitui... um marco muito especial. A natureza especial do 50º aniversário da criação da OUA é comprovada pelo grande número de actividades e eventos que assinalam esta ocasião. Os intelectuais africanos já debateram sobre a verdadeira importância do tema das celebrações. Ontem, tivemos um diálogo intergeracional com as crianças e os jovens. As nossas mulheres assinalaram a ocasião, assim como os nossos trabalhadores, os empresários, os artistas e os grupos religiosos, que se mobilizaram para as celebrações.

Contudo, este dia representa o início da celebração do Renascimento Africano, que prolongar-se-á ao longo do ano. O objectivo desta celebração vai para além da simples satisfação de alcançar um marco importante. Reconhecemos a contribuição da diáspora africana na reformulação dos ideais pan-africanistas. Estamos a celebrar os heróis e as heroínas de África, que articularam os ideais pan-africanistas, lideraram a luta pela independência e, onde necessário, tornaram-se dedicados e firmes combatentes da libertação.

Esta celebração, sem dúvida, marca igualmente os progressos económicos e sociais registados por África desde 1963, apesar de todas as adversidades. Estamos na verdade a destacar a transformação da OUA em União Africana na virada do século.

11. As celebrações de Maio culminaram na adopção da *Declaração Solene do 50º Aniversário*³, como uma promessa para as gerações passadas e futuras de

³ Consultar Anexo A

que África será integrada, próspera e em paz consigo mesma e que ocupará no mundo o lugar que lhe cabe.

12. As celebrações de Maio foram seguidas por actividades que decorreram até Dezembro de 2013, como indicado no Projecto de Documento do 50º Aniversário adoptado pelo Conselho Executivo durante a sua sessão extraordinário de Abril de 2013. Um resumo pormenorizado das actividades é apresentado na Parte B do relatório.

Agenda 2063: A África que queremos

13. Embora as consultas em torno de um Quadro Estratégico em toda a UA tenham começado em 2012, o processo realmente arrancou em 2013, com a criação de uma equipa técnica conjunta, composta pela Comissão da UA, a Comissão Económica das Nações Unidas para África e o Banco Africano de Desenvolvimento e o início de um vasto leque de compromissos com grupos da sociedade civil.

14. Workshops de consulta foram encetados e organizados pela Comissão com jovens e grupos de mulheres, representantes das Comunidades Económicas Regionais (CER) e os Órgãos da UA, com a comunicação social, os grupos de reflexão política, as entidades académicas e os responsáveis governamentais pelo planeamento de desenvolvimento, e com a diáspora e os grupos da sociedade civil. O sítio Web da Agenda 2063, www.agenda2063.au.int publicado em Setembro de 2013 oferece mais um fórum público para contribuições.

15. Outras consultas foram realizadas por iniciativa da sociedade civil, que convidou a Comissão a usar da palavra nas suas reuniões sobre o 50º Aniversário e a Agenda 2063, e alguns grupos como a associação mundial das guias e escoteiras de África (*Africa region of the World Association of Girl Guides and Scouts*) e a DotConnect Africa Trust fizeram observações escritas.

16. O apelo aos africanos para a definição da “África que queremos” foi bem acolhido em todo o continente. A FEMNET, um sítio Web gerido pela Rede de Desenvolvimento e Comunicação das Mulheres Africanas, organizou uma consulta com os jovens sobre a Agenda *Pós-2015, o Pan-africanismo e a Agenda 2063* durante o Dia da Mulher Africana, em 31 de Julho de 2013. O Ministério das Tecnologias de Informação e Comunicação da Namíbia organizou reuniões sobre a Agenda 2063 em todas as regiões do país, utilizando os serviços de radiodifusão públicos e os canais de rádio para garantir a participação. A CEA organizou um jantar-debate a 7 de Junho de 2013 em Rabat sob o tema - *Agenda 2063: Como será o Norte de África nos próximos cinquenta anos?* A Terceira Sessão Ordinária da Terceira Legislatura do Parlamento Pan-africano (PAP) debateu sobre a Agenda 2063 durante duas semanas em Outubro de 2013. As mulheres e as associações femininas fazem pressão para a integração da igualdade de género, como um objectivo há muito procurado na Agenda 2063 e as semanas da União Africana sobre as TIC, Ciência, Tecnologia e Inovação com frequência anual, organizadas em Adis Abeba no início de Dezembro de 2013

chamaram a atenção para o papel da tecnologia na transformação de África rumo a 2063.

17. A Declaração Solene do 50º Aniversário adoptada e assinada a 27 de Maio de 2013 foi ainda uma outra contribuição no quadro da Agenda 2063. A Declaração Solene compromete-se a colocar os africanos no centro de todos os esforços, erradicar a pobreza, promover a autonomia e a auto-suficiência; acelerar o processo da concretização dos objectivos da Comunidade Económica Africana e a tomar medidas para a construção de uma África unida e integrada. Além disso, compromete-se a promover nas sociedades, governos e instituições o respeito pelo Estado de direito, os direitos humanos e a dignidade, a participação popular, a gestão da diversidade, bem como a democracia inclusiva.

18. A Comissão apresentará o projecto de quadro da Agenda 2063 na Cimeira de Janeiro de 2014, para a análise dos Órgãos Deliberativos. O Quadro posteriormente será submetido a mais uma série de consultas, particularmente nos governos dos Estados-membros antes da finalização mais tarde em 2014.

OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA: PLANOS ESTRATÉGICOS DA COMISSÃO

19. Logo após o início do seu mandato a 15 de Outubro de 2012, a Comissão organizou um retiro em Debre Zeit, Etiópia, onde identificou oito áreas prioritárias nas quais, durante os quatro anos seguintes, iria implementar acções específicas, direccionadas e mensuráveis, a fim de reforçar as bases de um continente integrado, próspero, centrado nas pessoas e pacífico durante o seu mandato. Grande parte destas áreas prioritárias já possui quadros e estratégias políticas continentais. A tarefa principal da Comissão é, portanto, coordenar, facilitar, promover, defender e estabelecer parcerias para a implementação eficaz e acelerada desses quadros. A mesma deve garantir que os quadros continentais e regionais sejam complementares e se reforcem mutuamente.

20. 2013 representou um ano de transição entre o Segundo Plano Estratégico (2009-2012) e o Terceiro Plano Estratégico (2014-2017) da CUA. O Segundo Plano Estratégico baseou-se em quatro pilares, nomeadamente Paz e Segurança; Integração, Cooperação e Desenvolvimento; Valores Comuns e Reforço das Instituições e das Capacidades. As acções da Comissão sobre este plano estratégico incidiram em três grandes categorias: (i) procura de consenso; (ii) reforço das capacidades; e (iii) formação e aplicação de regimes (elaboração e ratificação de instrumentos jurídicos).

21. O Plano Estratégico da Comissão da UA (2014-2017), conforme adoptado pelos Órgãos Deliberativos em Maio de 2013, traça um novo curso a médio prazo para alcançar a visão da União. Embora se apoie nas realizações passadas e nos ganhos da consolidação feitos nos planos anteriores, o Terceiro Plano Estratégico visa implementar acções específicas, direccionadas e mensuráveis para acelerar o progresso rumo a um continente integrado, próspero, centrado nas pessoas e pacífico.

22. O 3º Plano Estratégico associa à visão de longo prazo do quadro da Agenda 2063, a elaboração e a implementação de um paradigma africano de desenvolvimento, que tem em conta as realidades africanas, sua história e diversidade, e as aspirações dos seus povos e, nesta base, visa metas pan-africanas e de transformação.

23. A participação de África nos processos mundiais para elaborar a Agenda e os Objectivos de Desenvolvimento Pós-2015 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis até 2015 enquadra-se e complementa esta nova agenda africana.

24. Durante o ano de 2013, a Comissão, em todos os seus compromissos e no âmbito do seu trabalho, numa altura em que a implementação do 2º Plano Estratégico da CUA chegava ao fim e os Órgãos Deliberativos adoptaram o 3º Plano Estratégico da CUA (2014-2017), promoveu e tomou iniciativas nas oito áreas prioritárias, enumeradas abaixo. Estas áreas prioritárias são definidas a seguir:

- **As populações de África constituem o seu recurso mais precioso**, por conseguinte, devemos reforçar a sua capacidade humana, aumentando o acesso e a definição de prioridades dos cuidados de saúde primários e de prevenção, incluindo a redução significativa da mortalidade materna e infantil, o ónus que as doenças representam e proporcionando o acesso universal à saúde, à boa nutrição, à água potável, ao abrigo e ao saneamento.

25. Acima de tudo, devemos investir no nosso povo e garantir que uma revolução de competências desencadeie a criatividade, a iniciativa e a energia da população do nosso continente, especialmente dos jovens e mulheres para que o continente possa se industrializar, agregar valor aos seus vastos recursos naturais, desenvolver o seu sector privado, construir e manter as suas infra-estruturas, alimentar-se a si mesmo e ao mundo, e construir e manter suas infra-estruturas.

26. Isto requer que os governos ampliem os seus investimentos para o desenvolvimento da primeira infância, a melhoria do acesso e da qualidade do ensino primário e secundário e assegurem que todos os meninos e meninas frequentem a escola e completem a sua formação. Isto requer que ambos os sectores, público e privado, intensifiquem a formação profissional e o acesso ao ensino superior polivalente e aumentem o investimento na ciência, tecnologia, pesquisa e inovação.

27. A Parte B do relatório de actividades da Comissão cobre extensivamente as iniciativas empreendidas durante 2013 no âmbito desta prioridade, incluindo as medidas para levar por diante a operacionalização da Universidade Pan-africana, as parcerias com o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) e outros países para a formação dos nossos jovens nos seus países, os esforços para analisar a situação do formação profissional e do ensino no continente, bem

como o projecto de harmonização dos currículos universitários para permitir maior mobilidade dos estudantes africanos, académicos e profissionais.

28. Para o próximo ano, devemos em conjunto prosseguir activamente as melhorias na saúde e no bem-estar dos nossos povos e a concretização da revolução das competências em África.

- **Reforçar a capacidade das mulheres e dos jovens:** conforme nos foi lembrado na Cimeira de Janeiro de 2013, as mulheres representam mais de metade da população de África e dão à luz a outra metade. África igualmente tem uma população jovem. A promoção da participação das mulheres e dos jovens em todos os programas e actividades da União e do continente, portanto, constitui uma grande prioridade pan-africana.

29. Em Agosto de 2013, celebramos uma década desde a adopção do Protocolo da UA sobre o Género, como compromisso de África para a emancipação das mulheres e da igualdade de género, em todas as esferas da actividade humana. Um objectivo essencial do protocolo é garantir que haja uma massa crítica de mulheres em todas as esferas da sociedade e haja paridade de género até 2020. Alguns Estados-membros, como o Rwanda, estão a fazer um excelente progresso na esfera política, atingindo mais de 60% de representação das mulheres no seu parlamento, havendo alguns outros países que alcançaram a meta de 30%. Já temos igualmente duas Presidentes e uma Primeira-ministra entre os cinquenta e quatro (54) Estados-membros da União Africana. No entanto, ainda estamos muito aquém da meta da paridade de género prevista para 2020 como definido no quadro da Década da Mulher Africana.

30. Embora tenhamos registado progressos em 2013 em relação à paridade de género na educação e no acesso das meninas à formação, devemos continuar a fazer mais em termos de acesso das mulheres à educação e às competências, à terra e a sua participação na economia. Todas as indicações mostram que a capacitação das mulheres não tem apenas efeitos sociais multiplicadores nas famílias, comunidades e, enfim, nossas nações, igualmente permite que as empresas e o sentido económico capacitem as mulheres.

- **Expandir a produção agrícola e a transformação de produtos agrícolas em África:** temos que agir rapidamente para alcançar a segurança alimentar e nutricional colectiva de África através de uma boa gestão dos recursos ambientais e naturais, aumentando o acesso ao mercado e ao comércio justo, incluindo a gestão dos efeitos das alterações climáticas e a redução das fragilidades.

31. Através do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) da UA, adoptado em 2003, África comprometeu-se a combater a fome e a garantir a segurança alimentar, aumentando a produção agrícola e o crescimento dos operadores agro-alimentares. O CAADP tornou-se numa plataforma para a mobilização e o alinhamento das parcerias e dos investimentos

multilaterais em torno dos planos nacionais de agricultura e de investimento para a segurança alimentar. A Comissão, durante o processo, facilitou a execução dos programas emblemáticos na agricultura através do Programa Africano de Sementes e Biotecnologia (ASBP), em colaboração com os Institutos Africanos de Controlo Responsáveis pela Certificação de Sementes, com vista a formar analistas de sementes para compreender os princípios básicos da formação, controlo, certificação, colheita, processamento e armazenamento de sementes; pastoralismo; apoio às organizações de agricultores; e o desenvolvimento de recursos animais.

32. A maioria dos países africanos registou progressos significativos na tradução dos seus compromissos em políticas, estratégias e prioridades de investimento. O número de países que aumentaram a proporção dos seus orçamentos anuais para a agricultura tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos. Durante 2013, dez (10) dos cinquenta e quatro (54) Estados-membros alcançaram a meta do CAADP de investimento de 10% dos seus orçamentos na agricultura. Tratam-se do Burkina Faso, Etiópia, Gana, Guiné, Malawi, Mali, Níger e Senegal, que já ultrapassaram essa marca. O Gana é o primeiro país africano a alcançar o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para reduzir em metade a pobreza e a fome até 2015⁴. Nove (9) países ultrapassaram a meta do CAADP de crescimento de 6% da produção agrícola (Angola, Eritreia, Etiópia, Burkina Faso, República do Congo, Gâmbia, Guiné-Bissau, Nigéria, Senegal e Tanzânia) e outros quatro alcançaram um crescimento de entre 5% e 6%. De acordo com o *Relatório do Banco Mundial de 2013 sobre Agro-negócios em África*, a agricultura contribui 24% do crescimento total do continente e apenas tocamos a ponta do iceberg.

33. Durante 2014, devemos portanto fazer mais para materializar este vasto potencial, melhorando a produtividade agrícola através do desenvolvimento de sementes, utilização de fertilizantes não prejudiciais, melhoria da irrigação e melhoria do acesso das mulheres à posse de terras. Além disso, devemos mobilizar investimentos a nível da capacidade de armazenamento, transportes, redes de distribuição e infra-estruturas de informação, para que os agricultores possam aceder os mercados e para o desenvolvimento do agro-negócio africano dinâmica – de pequenos e grandes agricultores e com ênfase nas mulheres e nos jovens.

34. Os recursos marítimos de África continuam a ser uma importante fonte de subsistência de todo o continente. No entanto, o aumento da pesca ilegal, as práticas ilegais de abastecimento de petróleo, armas e tráfico de drogas, o tráfico de seres humanos, a imigração ilegal no mar com perda de vidas, o terrorismo marítimo, a descarga ilegal de resíduos tóxicos, a pirataria e o roubo à mão armada no alto mar e nas águas costeiras africanas, constituem uma séria ameaça. A Comissão da UA redobrou os esforços nas questões marítimas,

⁴ *Revisão Pós-Convénio do CAADP. Relatório de Revisão Técnica.* CUA, Agência do NEPAD e CEDEAO. Dakar, Junho de 2010

especialmente através da elaboração e implementação do projecto de Estratégia Marítima Integrada para África até 2050 (Estratégia-AIM 2050), que ainda deve ser ratificado pelos Órgãos Deliberativos. Além disso, a primeira Conferência sobre o sector marítimo africano (Indaba) foi realizada em Outubro de 2013, em Joanesburgo, África do Sul, para discutir o estado do sector, como expandir a participação de África no transporte marítimo e noutros sectores afins, bem como o desenvolvimento de competências para a economia azul de África.

35. Em 2013, a Comissão continuou a defender e a facilitar a posição comum de África sobre as alterações climáticas e o desenvolvimento sustentável. A Comissão trabalhou com os parceiros para contribuir aos esforços de reforço de capacidades dos Estados-membros, através da formação de jovens cientistas sobre os impactos das alterações climáticas, agricultura e segurança alimentar. Iguamente foram envidados esforços no desenvolvimento e implementação de acções temáticas ambientais, em resposta às necessidades ambientais a nível regional e continental, um programa de acção temática para a monitorização do clima pan-africano, redução dos riscos de catástrofes (RRC), continuação dos trabalhos sobre a iniciativa da Grande Muralha Verde do Sahara e do Sahel (GMVSS) e sobre água e saneamento e a melhoria da participação da Comissão da UA na Convenção das Nações Unidas para o processo de Combate à Desertificação.

- **Promover o desenvolvimento económico inclusivo e transformar as economias africanas** através da industrialização e do valor acrescentado, investimentos nas cadeias de valor regionais, criação de parcerias público-privadas eficazes, utilização eficaz, transparente e sustentável dos recursos minerais do continente e de outros recursos naturais, cobrança e alocação eficiente e transparente das receitas e das rendas e a criação de condições favoráveis para o crescimento do sector privado africano dinâmico.

36. Em 2013, mais de 80% de todos os empregos no continente já se encontravam no sector privado e, África está a fazer algum progresso na diversificação da sua economia, afastando-se das exportações e do crescimento baseados em recursos. Vinte e seis (26) dos cinquenta e cinco (55) países africanos alcançaram o estatuto de rendimento médio e a tendência de investimentos em África por parte de africanos confirmou-se este ano.

37. Durante 2013, a Comissão redobrou os esforços no sentido de acelerar e reforçar a integração dos mercados de África, através de actividades como a operacionalização do Centro Africano de Desenvolvimento e Visão Mineira Africana e a implementação do Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA), adoptado em 2008. Além disso, a Comissão apoiou iniciativas das Comunidades Económicas Regionais para acelerar a integração dos mercados de África através da eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, a fim de aproveitar as vantagens comparativas e competitivas a nível nacional e regional.

38. A Comissão continuou a facilitar a implementação das actividades destinadas a melhorar o acesso dos países africanos aos mercados mundiais, a fim de eliminar os desequilíbrios contra os países no sistema comercial multilateral e aumentar a participação do continente no comércio mundial. Em 2013, trabalhamos com as CER e os Estados-membros no sentido de envolver a União Europeia nos Acordos de Parceria Económica (APE) e nos preparativos e participação da ronda de negociações de Bali da Organização Mundial do Comércio.

39. A aceleração do Plano de Industrialização Africana, da Visão Mineira Africana, da evolução da Estratégia Marítima e de outras políticas sectoriais, incluindo a criação e o reforço das instituições monetárias e económicas africanas e das estatísticas, conforme figura na Parte B do presente relatório, continua a ser uma prioridade.

- **Desenvolvimento das infra-estruturas:** os grandes défices de infra-estruturas em África nos transportes, energia, TIC e serviços sociais continuam a ser o principal obstáculo para crescimento e a integração de África. A sexta prioridade continental é, portanto, a aceleração do nosso desenvolvimento de infra-estruturas, fundamental para a industrialização, desenvolvimento económico e integração, aumento do comércio mundial e o acesso ao mercado intra-africano e intra-África e o turismo mundial.

40. Neste domínio, África está igualmente a dar passos na direcção certa. No início de 2013, havia mais de 800 projectos de infra-estruturas em curso nos diferentes sectores em África, com um valor total de mais de 700 mil milhões de dólares. Até Fevereiro de 2013, os dez primeiros países com projectos de infra-estruturas foram Argélia, Camarões, Egipto, Quénia, Líbia, Moçambique, Nigéria, África do Sul, Tanzânia e Uganda.

41. Tendo em conta a importância dessas iniciativas, este número não é suficiente, e a Comissão, através do Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas (PIDA), está a procura de vias para multiplicar e expandir esses esforços nos próximos dez anos. Além disso, durante 2013, a Comissão fez igualmente progressos com vista a implementar a decisão de Yamoussoukro sobre a liberalização do mercado de transportes aéreos em África de 1999 e a Política de Aviação Civil Africana (AFCAP) adoptada em Janeiro de 2012, a finalização e a elaboração das regras e das normas comuns para estradas transafricanas, e a conclusão dos estudos de pré-viabilidade do troço rodoviário e das ligações ferroviárias em falta nos corredores de transporte de Dakar-D'Ndjamena - Djibuti e de Djibouti-Libreville que são suportadas pelo Mecanismo de Financiamento da Preparação do Projecto de Infra-estruturas da NEPAD (NEPAD-IPPF).

42. Em relação as infra-estruturas energéticas, os trabalhos prosseguiram no quadro da Iniciativa Africana de Hidroelectricidade 2020 lançada em Fevereiro de 2011, que prevê a instalação de uma nova capacidade de produção hidroeléctrica

de pelo menos 10.000 MW até 2020 e do Programa Geotérmico Regional para África Oriental, em que a Comissão coordene todos os programas de desenvolvimento geotérmico em curso na região, a fim de criar sinergias entre os diferentes programas e mobilizar recursos adicionais para o Mecanismo de Mitigação do Risco Geotérmicos (GRMF).

- **Paz e segurança, desenvolvimento, governação inclusiva e sociedades:** 90% da população africana vive em países que são melhor governados em comparação com a situação vivida há uma década. Isto resulta da existência de cidadãos e de uma sociedade civil mais actantes, por um lado, e da implementação da Arquitectura Africana de Governação, por outro lado, que define um quadro normativo para a democracia e os direitos humanos no continente.

43. Além disso, instrumentos como o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP), assinalaram em 2013 uma década de existência, actuando com governos e grupos da sociedade civil para analisar o desempenho de países em áreas como a democracia e boa governação, desenvolvimento socioeconómico, governação empresarial, corrupção, direitos humanos, particularmente os direitos das mulheres e das crianças, conflitos e independência judicial. Enquanto instituição voluntária, o número de membros do MAAP atingiu trinta e três (33) em 2013, tendo dezassete países sido sujeitos a avaliações pelos seus pares.

44. O Parlamento Pan-africano (PAP) é uma outra instituição continental importante para a promoção da participação e do controlo democrático. Em 2013, a Comissão continuou a trabalhar com o PAP, nomeadamente no seu desenvolvimento institucional e no reforço do seu papel para dar mais voz ao povo africano através do sufrágio universal, promover a adopção de políticas e de leis necessárias relevantes para o crescimento e desenvolvimento a nível nacional e continental e desempenhar um papel de supervisão.

45. Durante o período em análise, África continuou a registar níveis crescentes de paz e segurança, com progressos contínuos na operacionalização e institucionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSC) e na Arquitectura Africana para a Governação (AGA). Estes instrumentos oferecem um quadro para os nossos valores comuns, que enfatizam a resolução pacífica de conflitos, a inclusão política, a governação e o desenvolvimento centrado nas pessoas e no respeito pelos direitos humanos e pela dignidade de todos. Ao mesmo tempo, somos confrontados com desafios como as situações na República Centro-Africana, no Sudão do Sul e em outras partes do continente que continuam sem solução. Além dos esforços de paz, África continua a enfrentar o impacto humano dos conflitos e, por conseguinte, teve de redobrar esforços na ajuda humanitária.

46. Portanto, a medida que continuamos a prosseguir os esforços de paz, democracia, desenvolvimento e segurança, e a abordar as causas profundas dos conflitos, mantemos bem presente no espírito a Declaração Solene do 50º

Aniversário em que nos comprometemos em não legar a guerra e os conflitos para as futuras gerações de africanos, e a silenciar as armas até 2020.

- **Mobilização de recursos para acelerar o desenvolvimento africano:** para implementar a sua agenda, África precisa de mobilizar enormes recursos. Por exemplo, nas nossas projecções, necessitamos de 68 mil milhões de dólares durante o período de oito anos⁵ para a implementação dos actuais projectos prioritários do PIDA sobre energia, transportes e TIC, bem como sobre infra-estruturas para expandir o acesso universal à água e ao saneamento.

47. De acordo com um estudo da NEPAD e da Comissão Económica para África publicado em 2013 sobre a mobilização de recursos internos, “*o potencial de recursos de África é enorme e confirma fortemente que o continente tem meios para financiar o seu próprio desenvolvimento*”. O estudo apresenta evidências a favor desta conclusão corajosa, analisando vários instrumentos financeiros internos tais como as receitas fiscais, os fundos de pensões, as remessas, os ganhos de minerais e combustíveis, as reservas internacionais, as bolsas de valores e os mercados obrigacionistas. Essa visão foi reforçada pelo relatório do Painel de Alto Nível presidido pelo Presidente Obasanjo sobre as fontes alternativas de financiamento da União Africana, que foi apresentado à Cimeira em Maio e adoptado em princípio.

48. Existe, portanto, uma nova narrativa emergente sobre o financiamento do desenvolvimento africano, como o demonstra a Declaração Solene do 50º Aniversário sobre o compromisso de África à autonomia e auto-suficiência.

49. Na sequência das decisões das instituições competentes sobre os diferentes instrumentos de financiamento, as principais iniciativas em fase de conclusão no final de 2013 são o Fundo de Investimento Privado do Banco Africano de Desenvolvimento para as Infra-estruturas (Africa50), a Fundação da UA e o Instituto Africano de Remessas. Portanto, África esta a procura de recursos internos para financiar o seu desenvolvimento acelerado e atrair uma maior parcela de investimentos do resto do mundo.

- **África e o Mundo:** a nossa visão para África para que possa assumir o lugar que é seu por direito e, portanto, a procura da cooperação e das parcerias que auxiliam a agenda de África continuaram na vanguarda dos nossos esforços durante 2013. A Comissão, por conseguinte, facilitou e organizou as Cimeiras regulares e as reuniões de compromisso com as nossas parcerias estabelecidas, incluindo a Cimeira África-América do Sul, a TICAD V, a Cimeira Afro-Árabe, as reuniões ministeriais de África-Índia, as reuniões China-África, a reunião e os compromissos entre os dois

⁵ Este indicador representa menos de 0.5% do PIB continental em 2011 e 1% dos orçamentos nacionais totais para o mesmo exercício.

Colégios (Comissão da UA e Comissão Europeia) na Cimeira dos BRICS em 2013.

50. Além disso, outras medidas foram adoptadas durante o período em análise para reforçar as relações com a China, EUA, Rússia e França, trabalhando juntos nas prioridades africanas e reestabelecendo os nossos laços históricos entre o continente e a Europa Central e Oriental.

51. Durante o período em análise, a Comissão conseguiu igualmente marcar a posição da União Africana noutros fóruns internacionais, como a Assembleia Geral das Nações Unidas, as reuniões do G-8 e do G-20, as reuniões do Fórum Económico Mundial, as Assembleias Gerais da OIT, da UNESCO e da OMS, as negociações da OMC em Bali e a Assembleia das Partes do Tribunal Penal Internacional.

52. O 50º aniversário ofereceu igualmente muitas plataformas para alcançar diferentes públicos além das nossas fronteiras.

- **A Comissão da UA em 2013:** o trabalho efectuado pela Comissão durante o período em análise fornece indicações de uma instituição centrada cada vez mais no seu principal mandato, que consiste em facilitar e promover a aceleração da Agenda africana. Além disso, foram tomadas iniciativas para melhorar a eficiência operacional, a responsabilidade e a eficácia da instituição e fortalecer as relações de trabalho e o apoio ao Comité dos Representantes Permanentes (CRP), aos outros Órgãos Deliberativos e às CER e aos Estados-membros.

53. No entanto, resta ainda um longo caminho a percorrer para tornar a instituição num instrumento eficaz para a transformação e a integração continental. Durante 2014, a Comissão irá tomar iniciativas ousadas para garantir que isso aconteça e continuará a contar com o apoio dos Estados-membros nesse sentido.

Mudando a narrativa sobre África

54. No início das celebrações do Jubileu de Ouro da OUA/UA, comprometemo-nos a desenvolver as nossas próprias narrativas e a contar a história africana a partir das perspectivas africanas. Durante o período em análise, a Comissão tomou medidas proactivas para melhorar a comunicação e a divulgação, empenhar-se no seu trabalho, nas prioridades e na agenda africana, trabalhar em colaboração com a comunicação social e a sociedade civil, e aumentar a visibilidade da União Africana.

55. Como falamos, portanto, da renovação dos nossos valores pan-africanos e do renascimento de África, continuamos determinados a assumir a nossa própria narrativa – a sermos francos em relação aos nossos problemas, porém confiantes

na nossa capacidade para assumir a responsabilidade do nosso presente e inventar o nosso futuro.

O desaparecimento de um ícone e de um herói pan-africano

56. No final do ano, África lamentou o falecimento do Presidente Nelson Rolihlahla Mandela, ocorrido a 5 de Dezembro de 2013. A manifestação de pesar, juntamente com as celebrações da sua vida no mundo inteiro, uniu os povos do continente e fez-nos lembrar o longo caminho percorrido até chegarmos onde estamos hoje. Muitos países africanos declararam um dia nacional de luto e de celebração de um herói que foi moldado pelas lutas e solidariedade dos povos africanos e das suas lutas, e que, por sua vez, influenciou a causa de África. Um número recorde de Chefes de Estado e de Governos Africanos prestaram a última homenagem nas cerimónias comemorativas e fúnebres. Madiba ingressou as fileiras dos eminentes heróis e heroínas pan-africanos, cujo empenho para a libertação e o renascimento de África, bem com a igualdade e a justiça mantiveram-se firme ao longo da sua vida.

57. Numa altura em que recordarmos o sacrifício e o serviço de Nelson Rolihlahla Mandela, prestamos homenagem às forças africanas de manutenção de paz e outras forças na Somália, em Darfur, na República Centro-Africana e no Mali, que em 2013 pagaram o mais alto preço para trazer a paz e a segurança nas nossas terras. Saudamos as suas memórias.

2014: O Ano Adiante

58. 2014 será o início da implementação do 3º Plano Estratégico da CUA (2014-2017), com os seus cinco pilares: Paz e Segurança; Desenvolvimento Social, Económico e Humano; Integração, Cooperação e Parcerias; Valores Comuns; Reforço Institucional e das Capacidades e Comunicação.

59. As áreas de programas prioritários que fazem parte desses pilares são fundamentais para acelerar o programa de integração e desenvolvimento continental. A União Africana possui quadros e estratégias de políticas em praticamente todas essas áreas. O foco do 3º Plano Estratégico é sobre os resultados e realizações, para a Comissão promover, facilitar, coordenar e monitorizar a implementação, trabalhando com os Estados-membros, Comunidades Económicas Regionais, Sociedade Civil e de outros actores não-estatais e com parceiros estratégicos regionais e continentais .

60. O Orçamento para o Exercício de 2014 da CUA foi adoptado durante a Cimeira de Maio de 2014, e os planos de trabalho dos departamentos foram elaborados com base no 3º Plano Estratégico e no Orçamento para o Exercício de 2014. A Comissão, no seu retiro de planificação, no início de Janeiro, chegou a acordo sobre as seguintes prioridades globais para o seu Plano de Trabalho para o Exercício de 2014:

- ***Ano de Agricultura e Segurança Alimentar:*** Chefiado pelo Departamento de Economia Rural e Agricultura, cada departamento e divisão irá contribuir para o tema e garantir uma ampla mobilização dos Estados-membros e outras partes interessadas para fazer avançar este importante sector e componente essencial do 2º Pilar do 3º Plano Estratégico;
- ***Aceleração da eficácia institucional:*** A Comissão irá tomar medidas enérgicas durante o ano de 2014 para resolver essa questão, como uma das principais prioridades para 2014;
- ***Agenda 2063:*** Apresentação do Documento Quadro à Cimeira de Janeiro, os Estados-membros devem realizar consultas nacionais e harmonização aos planos nacionais de desenvolvimento, divulgação da Agenda 2063 e conclusão do documento para aprovação da Cimeira de Julho de 2014.

61. Finalmente, daremos conclusão às Celebrações do 50º Aniversário ao longo do ano em Maio 2014, com iniciativas implementadas de acordo com o Projecto de Documento e Orçamento aprovados.

Conclusão

62. Apresento o presente relatório anual 2013 da Comissão da UA, em nome dos Comissários e do Pessoal da CUA, em Adis Abeba, e dos escritórios de representação e outros escritórios em todo o continente e no mundo.

Dra. Nkosazana Dlamini Zuma
Presidente da Comissão da União Africana

Adis Abeba, 30 de Janeiro de 2014

Vice-Presidente da Comissão e Comissários



S.E. Drª. Elham M.A. Ibrahim,
Comissária de Infra-estruturas e
Energia



S.E. Sr. Erastus Mwencha, Vice-Presidente
da Comissão da União Africana



S.E. Srª. Rhoda Peace Tumusiime,
Comissária de Economia Rural e
Agricultura



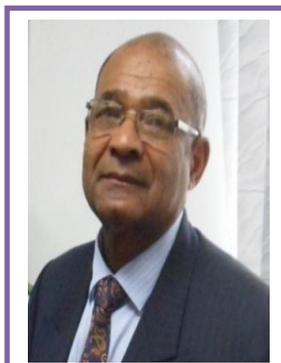
S.E. Srª. Aicha L. Abdullahi,
Comissária de Assuntos Políticos



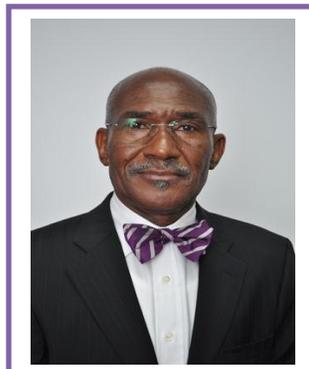
S.E. Dr. Mustapha Sidiki Kaloko,
Comissário de Assuntos Sociais



S.E. Srª. Fatima Haram Acyl,
Comissária de Comércio e
Indústria



S.E. Sr. Anthony Mothae Maruping,
Comissário de Assuntos Económicos



S.E. Dr. Martial De-Paul Ikounga,
Comissário de Recursos Humanos,
Ciência e Tecnologia



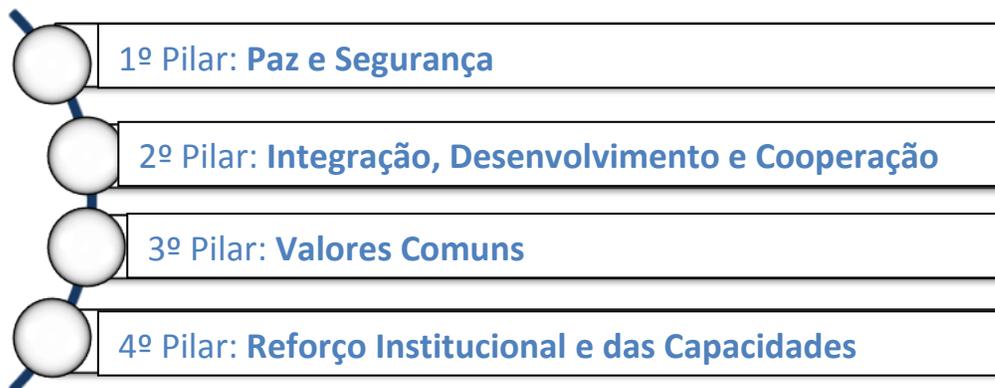
S.E. Emb. Smail Chergui,
Comissário de Paz e
Segurança

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA (CUA) PARA O ANO DE 2013

INTRODUÇÃO

1. A Comissão da União Africana (CUA), tem responsabilidades, poderes, autoridade e funções que lhe confere o Estatuto para promover a implementação da visão da União Africana de um continente integrado, próspero, centrado nas pessoas e pacífico, que assuma o seu lugar de direito no mundo.
2. Para implementar esse mandato, os Órgãos Deliberativos adoptaram o Plano Estratégico plurianual da Comissão, que orienta o seu trabalho. O 2º Plano Estratégico da CUA (2009-2012) foi prorrogado para 2013, para permitir um ano de transição, uma vez que a nova Comissão tomou posse em 2012.
3. O 2º Plano Estratégico (2009-2012/13) é baseado em quatro pilares estratégicos, conforme descrito abaixo (Figura 1):

Figura 1. PILARES DO 2º PLANO ESTRATÉGICO DA COMISSÃO DA UA PARA 2009-2012/2013



4. A actual Comissão foi eleita em Julho de 2012, e tomou posse no dia 15 de Outubro de 2012. O ano em análise é, portanto, o primeiro ano completo do seu trabalho. Logo após a sua tomada de posse, a nova Comissão realizou um retiro em Novembro de 2012, em Debrezeit, Etiópia, na qual a Comissão aprovou oito prioridades em torno das quais irá organizar e incidir o trabalho da CUA. Essas prioridades foram integradas no Plano Estratégico 2014-2017.
5. 2013 foi, portanto, um ano de transição, completando o trabalho do 2º Plano Estratégico e iniciando a transição para as oito prioridades do Plano Estratégico 3, que foi aprovado durante a 20ª Sessão Ordinária da Conferência em Maio 2013. Além disso, haviam questões estratégicas transversais, o que afectaram a instituição como um todo. O presente relatório anual da Comissão é, portanto, organizado em conformidade com as linhas do 2º Plano Estratégico, com os seus quatro pilares, conforme constam na Figura 1 acima.
6. Durante o período em análise, a CUA continuou a cumprir com os seus mandatos, incluindo as actividades de representação em nome da União

Africana, coordenação de quadros políticos continentais, acompanhamento e implementação de decisões dos Órgãos Deliberativos da UA, advocacia sobre questões de interesse de África, resolução de conflitos e questões de governação, bem como a prestação de serviços do Secretariado para a UA e os seus órgãos, para mencionar apenas algumas.

7. Como o presente relatório irá mostrar em detalhes, muito foi feito e alcançado durante o ano de 2013. Da mesma forma, o relatório mostra que a CUA continua a enfrentar desafios, que têm impacto sobre a sua capacidade e habilidade de realizar com sucesso os seus vários mandatos. Alguns desses desafios são estruturais e, por vezes, institucionais, enquanto outros estão além da CUA. Têm sido feitos esforços durante o período em análise, para enfrentar esses desafios, com variados graus de sucesso. No entanto, muito mais trabalho deve ser feito pela CUA e pelos Estados-membros a fim de resolver todos os desafios e possibilitar à CUA funcionar de forma mais eficiente e eficaz.

8. Alguns dos destaques do trabalho da Comissão da UA em 2013 incluíram os seguintes:

- a) As comemorações do 50º Aniversário da OUA/UA;
- b) Desenvolvimento e consultas sobre um Plano Estratégico abrangendo toda a África, a Agenda 2063;
- c) Iniciativas para a prossecução de fontes sustentáveis e alternativas de financiamento para o desenvolvimento e instituições de África;
- d) Implementação das actividades de paz e segurança;
- e) Iniciativas para a prossecução da Integração e Desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento de infra-estruturas, desenvolvimento económico e social, saúde, especialmente sobre a saúde materna, infantil e mortalidade infantil, agricultura, TIC, formação em educação, ciência e tecnologia, etc.;
- f) Reforço da posição de África no mundo através de parcerias, cooperação e compromissos com o mundo;
- g) Desenvolvimento de posições comuns africanas sobre as Metas da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e de Desenvolvimento Sustentável, negociações comerciais multilaterais e Alterações Climáticas;
- h) Promoção da democracia, governação e direitos humanos através dos valores comuns, incluindo as relações de África com o sistema de justiça internacional;
- i) Promoção de programas com incidência na Juventude e na Mulher;

- j) Edificação de uma União do Povo, por meio de consultas com a Sociedade Civil e comunicação dos programas da União.

9. A Comissão, como Secretariado da União Africana apoiou igualmente o trabalho dos Órgãos Deliberativos. Durante o ano de 2013, facilitou a realização e actividades de Sessões Ordinárias e Extraordinárias dos Órgãos Deliberativos, conforme resumido no Quadro 1 abaixo.

10. A Comissão, através dos seus vários Departamentos realizou Reuniões Ministeriais e outras para a prossecução das decisões dos Órgãos Deliberativos e de acordo com o seu Plano de Trabalho Anual para 2013. Durante o ano de 2013, foram realizadas com os parceiros uma série de reuniões de alto nível, incluindo a Cimeira África-América do Sul, TICAD (V), a Reunião Colegial das Comissões da UA-UE, Reuniões Ministeriais Índia-África e a 3ª Cimeira África-Árabe.

Tabela 1: Reuniões dos Órgãos Deliberativos da UA e Cimeiras durante o ano de 2013

CIMEIRA/REUNIÕES	DATA & LOCAL	TEMA/ASSUNTOS
1) 19ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana	Janeiro de 2013, Adis Abeba, Etiópia	<ul style="list-style-type: none"> • “Pan-africanismo e Renascimento Africano”
2) Sessão Extraordinária do Conselho Executivo	8 de Abril de 2013, Adis Abeba, Etiópia	<ul style="list-style-type: none"> • Adopção do Projecto Plano para o 50º Aniversário • 3º Plano Estratégico da CUA para o período 2014-2017 • Orçamento da CUA para o Exercício de 2014
3) Cimeira do 50o Aniversário	25 Maio de 2013, Adis Abeba, Etiópia	<ul style="list-style-type: none"> • “Pan-africanismo e Renascimento Africano”
4) 20ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana	26-27 de Maio de 2013, Adis Abeba, Etiópia	<ul style="list-style-type: none"> • “Pan-africanismo e Renascimento Africano”
5) Cimeira sobre o VIH, SIDA, Malária e Tuberculose	12-16 de Julho de 2013, Abuja, Nigéria	<ul style="list-style-type: none"> • “Propriedade, Responsabilidade e Sustentabilidade da Resposta do VIH/SIDA, Tuberculose e Malária em África: Passado, Presente e Futuro”
6) Cimeira Extraordinária	11-12 de Outubro de 2013, Adis Abeba, Etiópia	<ul style="list-style-type: none"> • “Relacionamento de África com o Tribunal Penal Internacional”

11. O objectivo do presente relatório é o de explicar aos Estados-membros sobre as actividades desenvolvidas pela Comissão da UA durante o período em análise, destacar alguns dos desafios enfrentados, prestar informações básicas que podem ser utilizadas pelos Órgãos Deliberativos da UA para a tomada de decisões e fazer recomendações sobre as medidas de acompanhamento que possam ser exigidas nas questões de interesse para África.

50º Aniversário da OUA/UA

Decisões sobre as celebrações

12. A 19ª Sessão Ordinária da Conferência em Julho de 2012 *“INCENTIVOU a Comissão, em estreita colaboração com o Governo da Etiópia, a trabalhar em conjunto com todos os Estados-membros e as Comunidades Económicas Regionais (CER), bem como com outros Órgãos da UA a organizar várias actividades, incluindo eventos da comunicação social, debates e concursos em escolas e universidades, pesquisas de opinião pública, sessões nas legislaturas locais e nacionais e outras actividades para comemorar o ano do Pan-africanismo e do Renascimento Africano, de modo a aumentar a consciencialização da nova geração de africanos sobre os ideais do Pan-africanismo”*.

13. Em função da presente decisão, a Comissão e o governo etíope iniciaram os preparativos para o Aniversário e a Comissão apresentou um relatório à Conferência da União Africana de Janeiro de 2013. O relatório foi amplamente discutido pelo CRP e pelo Conselho Executivo, e a Cimeira decidiu que essas deliberações fossem tidas em conta pela Comissão. A Comissão e o CRP foram ainda solicitados a “tomar todas as medidas necessárias para finalizar o presente documento imediatamente após a Cimeira de Janeiro de 2013 ...” (EX.CL/Dec.751 (XXII) e a convocar um Conselho Executivo Extraordinário para finalizar os planos para as celebrações. A 14ª Sessão Extraordinária do Conselho Executivo realizou-se de 8 a 9 de Abril de 2013, em Adis Abeba, Etiópia, e adoptou o Projecto do Documento sobre a Comemoração do 50º Aniversário da UA (Ext/EX.CL/4(XIV)).

Objectivos e Resultados da Celebração do 50º Aniversário

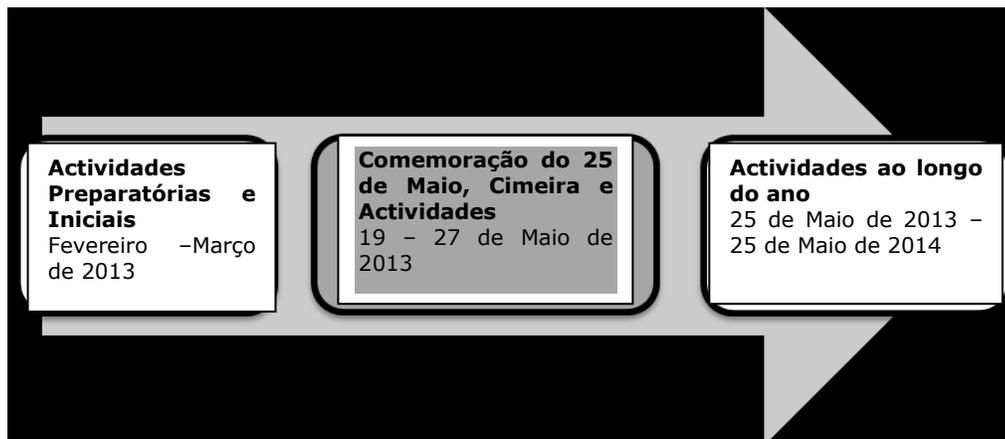
14. O ano de 2013 marcou a Celebração do 50º Aniversário da existência da Organização da Unidade Africana (OUA). Foi igualmente o início da Segunda Década da União Africana, que visa promover “uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global”. Consequentemente, os Chefes de Estado e de Governo declararam o ano de 2013 como o *Ano do Pan-africanismo e do Renascimento Africano*, um tema que emoldurou toda a celebração. A Comissão, em conformidade com o mandato dos Órgãos Deliberativos, procurou alcançar os seguintes resultados através da celebração:

- Reflectir sobre os últimos cinquenta anos, os ensinamentos fundamentais e reconhecer as contribuições dos fundadores da

OUA e do Pan-Africanismo em todos os países, regiões e da Diáspora, que ligam o passado, o presente e o futuro.

- Fazer um balanço de África, hoje, seu património, capacidades, oportunidades e desafios, com vista a desenvolver uma agenda para a realização da visão continental de “uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos, representando uma força dinâmica na arena global” no Século XXI (Agenda 2063) e mobilizar os estratos mais amplos da população africana no apoio a essa visão.
- Promover e definir os valores Pan-Africanos que apoiem a Agenda Africana durante as próximas cinco décadas, inspirando novas gerações de pan-africanistas que servirão como vanguarda desse movimento, bem como um processo de socialização pan-africana que irá sustentar e manter essa liderança.
- Mudança da narrativa sobre o continente.

15. Para alcançar esses resultados, o plano do Projecto do 50º Aniversário previa actividades memoráveis ao longo do ano, baseadas em actividades, centrada nas pessoas, à vários níveis e global, com a participação significativa da juventude e da mulher. As actividades do 50º Aniversário foram, portanto, divididas em três fases: uma fase preparatória, as actividades do 25 de Maio e as actividades ao longo do ano até Maio de 2014 (Figura 2).



16. A Comissão formou um Comité Organizador interdepartamental do 50º Aniversário, presidido pelo Vice-presidente Sr. Erastus Mwencha, responsável pela implementação do Projecto Plano. Uma outra estrutura, o Comité Directivo foi presidido pela Presidente da CUA, Dr^a. Nkosazana Dlamini Zuma, com representantes do Governo da Etiópia como país anfitrião e do CRP, representados por meio dos cinco decanos regionais. O 14º Sessão Extraordinária do Conselho, realizada em Abril de 2013 aprovou igualmente um Orçamento para o 50º Aniversário, juntamente com o Plano do Projecto.

17. O tema do ano foi integrado num documento de reflexão sobre o *Pan-africanismo e Renascimento Africano*, que foi discutido pela Comissão e pelo CRP, com contribuições de workshops com palestrantes e peritos em Abril de 2013, e distribuído durante a Cimeira do Aniversário em Maio de 2013.

18. A Celebração do 50º Aniversário foi lançada com a entrega de Tochas do Aniversário aos Ministros e Chefes de Delegações que participaram no Conselho Executivo Extraordinário de 8 de Abril de 2013.



A Presidente da CUA entrega a tocha do Aniversário à S.E. Dr. Tedros Adhanom, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal Democrática da Etiópia

Actividades da Sociedade Civil e Diáspora

19. A participação da Sociedade Civil e da Diáspora foi a dois níveis inter-relacionados. Primeiro foi uma esfera autónoma, mas coordenada, na qual realizou actividades independentes para marcar a celebração. O design e o quadro de tais actividades foram submetidos ao Comité Organizacional da Comissão da UA, para aprovação. Segundo, foram as actividades em toda a comunidade em que a Sociedade Civil participou como parceiros com funcionários, Estados-membros e outras entidades da União. As actividades da Sociedade Civil nesse sentido, promoveram a diversidade e versatilidade, uma vez que incluíram, por exemplo, exposições, feiras, moda e vendas de vestuário, simpósios e fóruns sociais. Grupos da Sociedade Civil participaram igualmente activamente no processo da Cimeira de Maio de 2013, com uma variedade de eventos paralelos. No entanto, a participação na Cimeira foi limitada pela disponibilidade de espaço devido à natureza única da ocasião e das necessidades concorrentes de outras partes interessadas. A Comissão salientou a necessidade de no futuro, proporcionar mais espaço para a Sociedade Civil em

eventos semelhantes ao lado de outros actores igualmente importantes. Assim, sendo, os actores não-estatais dentro da Sociedade Civil e da Diáspora foram dadas responsabilidades de destaque como actores principais.

Dia da Celebração do Aniversário: 25 de Maio de 2013

20. O programa do Dia do Aniversário iniciou na Sede da UA, com um debate aberto sobre o tema *Pan-africanismo e Renascimento Africano*, que culminou com a adopção da *Declaração Solene do 50º Aniversário*. A Declaração lançou o roteiro de África para “*o desenvolvimento da Agenda Continental 2063, através de um processo orientado para as pessoas visando a realização da nossa visão de uma África integrada, centrada no povo, próspera e em paz consigo mesmo*” e apelou à Comissão, em colaboração com a UNECA, BAD e a Agência da NEPAD, a realizar consultas com as partes interessadas africanas, todos os sectores da sociedade, juventude, mulheres, Sector Privado, OSC, para receber os seus contributos para a Agenda. O dia do aniversário, culminou com um evento cultural realizado no Salão do Milénio [*Millenium Hall*], em Adis Abeba, Etiópia, e um jogo de futebol do Jubileu de Ouro, organizado pela Confederação Africana de Futebol (CAF) como um Jogo Oficial da CAF entre dois Membros Fundadores da CAF, Etiópia e o Sudão. À noite, foi oferecida uma recepção pelo país anfitrião no Hotel Sheraton, Adis Abeba, Etiópia.

21. Durante todo o dia, os Chefes de Estado e de Governo da UA acolheram líderes de todo o mundo, incluindo a Presidente do Brasil, o Presidente da França, o Primeiro-Ministro da Jamaica, o Vice-Presidente da China, entre muitos outros, bem como importantes personalidades africanas da luta pela libertação, como o ex-Presidente da Zâmbia, Dr. Kenneth Kaunda. Antigos Chefes de Estado Africanos, ex-Secretários-Gerais, Subsecretários-Gerais e Presidentes e Comissários da OUA/UA, ao lado dos representantes da Juventude, Mulheres e personalidades de destaque da comunicação social, cultura, desporto e negócios africanos, tiveram a oportunidade de participar na celebração e proferir mensagens nesse dia simbólico. O dia foi uma ocasião para se fazer uma retrospectiva sobre a história de África durante os últimos 50 anos a partir de várias perspectivas, e para reflectir sobre o futuro. Ocorreram igualmente exposições e eventos culturais nas instalações do Complexo da CUA, nomeadamente, a Exposição da Lucy, os restos mortais do mais antigo ser humano, que foi um contributo da Etiópia.

22. Um Livro Comemorativo do Jubileu, dos discursos dos fundadores de 1963 e mensagens dos actuais Chefes de Estado e de Governo, foi publicado e distribuído no dia 25 de Maio de 2013, em colaboração com a CEA. Esta foi uma componente de uma estratégia de comunicação vibrante para divulgar o 50º Aniversário e seu tema. O Comité do 50º Aniversário, por meio da Sala de Piquete, monitorizou as reportagens da comunicação social sobre o aniversário e houve uma nítida melhoria na cobertura das actividades da UA.

23. Para além das comemorações que tiveram lugar na Sede, as Missões da UA, os Escritórios Especializados e de ligação fora de Adis Abeba, realizaram

igualmente várias actividades para marcar o 50º Aniversário nos seus países de acolhimento, reunindo o Corpo Diplomático, a Comunicação Social, as OSC, em cooperação com os Decanos do Grupo Africano e representantes do Presidente da União, ou seja, os Escritórios em: Bruxelas, Burkina Faso, Camarões, Comores, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Quênia, Libéria, Líbia, Malawi, Níger, Somália, Sudão e Washington DC.

24. A Comissão, em colaboração com várias organizações e parceiros, facilitou os seguintes eventos à margem da Cimeira de Comemoração em Maio de 2013:

- Fórum Pan-Africano da Juventude, 22-23 de Maio;
- Um Diálogo Intergeracional de jovens com a liderança continental;
- Conferência de Negócios, organizada pela Câmara de Comércio e Indústria Pan-Africana; e
- A Conferência da Campanha Género é a Minha Agenda, incluindo um diálogo intergeracional da mulher.

Programa de Actividades ao Longo do Ano

25. Em conformidade com o projecto do documento aprovado pelo Conselho Executivo, a Comissão, em parceria com as várias partes interessadas, realizou eventos de Junho a Dezembro de 2013, para promover os temas e subtemas numa base mensal. Essas actividades incluíram o seguinte:

- Três Palestras Sextas-Feiras da Comissão organizadas pelo Departamento dos Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia sobre a Educação e a Agenda 2063, Ciência e Tecnologia e a Agenda 2063 e, finalmente, em Dezembro de 2013, a Tecnologia Espacial e a Agenda 2063 de África. Intervieram em todas essas Palestras Eminentemente Académicos Africanos;
- Actividades durante Outubro e Novembro de 2013, destacando o tema da Paz, incluindo o Retiro dos Enviados da Paz, realizado em Abuja, em Novembro, com o tema 50 Anos de Acção para a Paz e Resolução de Conflitos em África;
- As comemorações do Dia dos Funcionários da UA a 14 de Setembro de 2013, em torno do tema de celebração da diversidade, da cultura de África no Centro de Conferências da UA;
- Eventos com a Diáspora, em Outubro, em Nova Iorque, EUA, e em Dezembro de 2013, na Suíça;
- A Semana das TIC da UA durante o mês de Dezembro de 2013, em Adis Abeba, Etiópia.

26. Nesse contexto, a CUA, os Estados-membros e as CER organizaram uma série de eventos em parceria com as várias partes interessadas de África e da Diáspora, na Comissão e nos Estados-membros, sobre os vários temas e subtemas acima referenciados.

27. Além disso, é igualmente importante notar que, desde o lançamento das comemorações do Jubileu de Ouro, em Maio, todas as oportunidades foram aproveitadas para marcar o 50º Aniversário, pelo menos uma sessão foi dedicada à Agenda 2063 e o Jubileu de Ouro, na maioria dos eventos organizados por ou com a participação da CUA.

28. As actividades ao longo do ano irão continuar até ao dia 25 de Maio de 2014, ainda com actividades futuras, como o Congresso Pan-Africano, que irá incidir sobre o Comércio e a Integração e a realização de um Acampamento Continental da Juventude.

Iniciativas Estratégicas Transversais

29. Para além das comemorações do Jubileu de Ouro, houve uma série de outras iniciativas transversais levadas a cabo em 2013, conforme a seguir destacadas.

A. Agenda 2063

30. A celebração do 50º Aniversário da OUA/UA foi concebida como um quadro para reflexão sobre o passado e estabelecer a agenda para o futuro. Nesse contexto, a Comissão, conforme indicado pelos órgãos executivos da União, iniciou o processo de implementação da Agenda 2063 que irá orientar a agenda de integração e desenvolvimento do continente nos próximos cinquenta anos. O título funcional do quadro é: **Agenda 2063 da União Africana: Um Quadro Estratégico Comum para o Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável**. O objectivo da agenda é o de articular a trajectória de desenvolvimento do continente para os próximos 50 anos.

31. A tónica importante desse projecto foi a de iniciar por estabelecer um quadro estratégico comum para o crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável, com base numa ampla consulta com todas as partes interessadas no continente. Foi dado aos Grupos da Sociedade Civil e da Diáspora um lugar de destaque nesse processo. Durante o ano de 2013, foram iniciadas pela Comissão da UA as seguintes consultas com vários sectores, conforme ilustra o Quadro 2 a seguir:

Grupo de Partes Interessadas	Data	Número de Participantes e Género	Localização/Local
Comunicações, Peritos de Comunicação Social	2-4 de Abril de 2013		Adis Abeba
Peritos em política e grupos de reflexão	3-4 de Abril de 2013		Adis Abeba
Grupos da Mulher e do Género	12-13 de Maio de 2013		Adis Abeba
Sector Privado	12-14 de Setembro	27 (5 Mulheres)	Nairobi
Académicos Africanos/Grupos de Reflexão	16-18 de Setembro	25 (9 Mulheres)	Nairobi
Peritos em Planeamento & Desenvolvimento	27-28 de Setembro	27 (10 Mulheres)	Dacar, Senegal
Organizações da Sociedade Civil	30 de Set – 2 de Out	35 (10 Mulheres)	Dacar, Senegal
Díaspóra	8-10 de Outubro	58 (12 Mulheres)	Nova Iorque, EUA
CER e Órgãos da UA	21-23 de Outubro	9 (2 Mulheres)	Gaborone, Botswana
Juventude	1-3 de Novembro	82 (34 Mulheres)	Tunis, Tunísia
Comunicação Social	9-10 de Dezembro		Yaoundé, Camarões
Mulher	12-13 de Dezembro		Yaoundé, Camarões

32. Para além do acima exposto, a Presidente, Comissários e Funcionários da Comissão da UA, por convite, intervieram em diversos workshops organizados por grupos da Sociedade Civil sobre a Agenda 2063. Estes incluem grupos e instituições, como a Associação Mundial de Guias e Escoteiras para a Região de África, o Conselho Geral das Igrejas de África, a Fundação Mo Ibrahim, o Instituto Africano de Governação, e outros. A Comissão da UA lançou igualmente um sítio na internet da Agenda 2063 em Setembro de 2013, permitindo consultas baseadas na internet, partilha de informações e contributos sobre a Agenda 2063. Desde o lançamento do sítio na internet, mais de 13.000 visitas foram registadas ao longo de um período de dois meses.

33. O quadro da Agenda 2063 ainda está em desenvolvimento, e um projecto do Documento Quadro foi elaborado para apresentação, em separado, aos Órgãos Deliberativos em Janeiro de 2014.

34. Uma vez que o projecto do Documento Quadro seja adoptado durante essa Cimeira, o trabalho vai continuar sobre as consultas e finalização do Quadro da Agenda 2063 para finalização e aprovação em 2014.

B. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e Agenda Pós-2015

35. Em 2000, a comunidade internacional concordou sobre os principais indicadores, de acordo com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) para monitorizar o progresso socioeconómico. A nível continental, a Comissão liderou o processo de monitorização do progresso no sentido da consecução dos ODM nos termos do quadro acordado.

36. O prazo para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015 está apenas a um ano de distância. Durante o ano de 2013, África continuou a progredir em direcção à algum dos ODM, especialmente na escolarização primária líquida, a paridade de género no ensino primário, a

representação da mulher no parlamento, as taxas de alfabetização da juventude dos 15 aos 24 anos e no combate ao VIH/SIDA e Malária (principalmente as taxas de prevalência entre a população entre os 15 e 24 anos de idade). No entanto, o progresso tem sido lento na redução da pobreza, emprego e algumas metas relacionadas com a saúde. Além disso, a qualidade dos serviços sociais continua a ser preocupante e a alta desigualdade tem marginalizado as famílias de baixa renda, mulheres e populações rurais.

37. Embora o processo seja caracterizado por compromissos não cumpridos da Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD), o progresso da última década foi predominantemente obtido por meio do aumento das verbas das receitas públicas africanas para o cumprimento dos objectivos de desenvolvimento. Este é um desenvolvimento importante, dadas as recentes tendências na Ajuda Pública para o Desenvolvimento que aponta para diminuição de recursos para o financiamento do desenvolvimento.

38. A comunidade de desenvolvimento internacional tem vindo a avaliar a contribuição dos ODM e começou a definir um quadro de desenvolvimento global Pós-2015. O processo de definição da Agenda Pós-2015 é, portanto, uma oportunidade para que África esteja plenamente envolvida na formulação do quadro de desenvolvimento global Pós-2015. Ciente deste facto, a Conferência da União estabeleceu um Comité de Alto Nível (HLC) de Chefes de Estado e de Governo para sensibilizar e coordenar as actividades de líderes africanos e membros do Painel de Alto Nível, e estabelecer alianças regionais e intercontinentais sobre a Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

39. O HLC realizou a sua reunião inaugural à margem da Assembleia Geral da ONU a 23 de Setembro de 2013, e aprovou um roteiro proposto pelo seu Sherpa e decidiu que a Comissão seja um Secretariado para apoiar as actividades do HLC. O HLC, com o apoio do Secretaria e do Gabinete da Presidente do HLC, S.E. Ellen Johnson-Sirleaf, Presidente da República da Libéria, está a trabalhar na Posição Comum Africana (ACP), que será apresentada à Cimeira separadamente.

40. Como parte de enriquecer a Posição Comum Africana, a Comissão promoveu consultas com várias partes interessadas, da seguinte forma:

- Consultas da mulher africana, em Maio de 2013, que produziu uma Declaração, que incluiu contributos à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015;
- A Sexta Conferência Conjunta da UA e da UNECA dos Ministros da Economia, Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico, sob o tema “A industrialização para uma África Emergente”;

- O resultado da CAMI 20 na forma de uma Declaração foi enviado como contributo ao Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre a Agenda Pós-2015;
- O 1º Painel de Alto Nível da UA sobre a Igualdade do Género e Capacitação da Mulher no contexto da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, que produziu uma Declaração para engendrar a Posição Comum Africana sobre a Agenda Pós-2015;
- Coordenação contínua dos Grupos Africanos de Embaixadores em Bruxelas e Nova Iorque sobre o projecto da Posição Comum Africana sobre Pós-2015, com vista a garantir que a Posição Comum Africana seja apoiada por outros grupos, como a ACP em Bruxelas;
- O Comissário da UA para os Assuntos Económicos realizou reuniões de consulta com o Grupo Diplomático Africano e os Directores Executivos das Constituintes Africanas no Banco Mundial;
- Outros Departamentos estão a utilizar vários fóruns para garantir que as principais prioridades da UA sejam devidamente integradas na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

41. No geral, prevê-se que o continente venha a utilizar o Quadro da Agenda 2063 como o quadro integrado de desenvolvimento para negociar com a comunidade internacional sobre como o Quadro de Desenvolvimento Pós-2015 deve parecer para África.

C. Adopção do 3º Plano Estratégico da Comissão da UA (2014-2017)

42. Durante o ano, a Comissão iniciou com a elaboração de um novo Plano Estratégico após o término do Segundo Plano Estratégico (2009-2012). O novo Plano Estratégico (2014-2017), foi aprovado pela Conferência da UA, na sua reunião de Maio de 2013, e será implementada a partir de Janeiro de 2014, com o objectivo de acelerar a realização da Visão da UA, impulsionada de forma efectiva por uma Comissão responsável, eficiente e sensível. O plano baseia-se nos seguintes cinco pilares:

- Paz e Segurança;
- Desenvolvimento Social, Económico e Humano
- Integração, Cooperação e Parcerias;
- Valores Comuns; e

- Reforço Institucional, das Capacidades e Comunicações



43. O plano incide sobre as seguintes **Oito Áreas e Resultados Prioritárias**:

- Recursos humanos e desenvolvimento de capacidades;
- Maior produtividade agrícola e apoio para uma boa gestão do ambiente e dos recursos naturais, incluindo as alterações climáticas;
- Desenvolvimento Económico Inclusivo e Industrialização;
- Capacitação da Mulher e da Juventude;
- A paz e Estabilidade;
- Mobilização de Recursos;
- Reforço de uma União centrada no povo;
- Reforço da capacidade institucional da CUA, das CER e de outros órgãos.

4º Pilar: Parcerias de Integração e Cooperação

5º Pilar: Reforço Institucional, das Capacidades e Comunicações

44. Essas prioridades são essenciais para o crescimento e transformação de África e irão orientar o trabalho da Comissão ao longo dos próximos quatro anos.

45. O novo plano está actualmente em impressão. Uma “versão popular” foi igualmente elaborada como parte da comunicação das actividades da Comissão para a população de todo o continente. A versão popular, que está igualmente em impressão, é menor e mais fácil de entender pela população.

46. Será apresentado um relatório de actividades sobre a implementação do Plano Estratégico a cada seis meses para análise dos Órgãos Deliberativos e será feita uma revisão intercalar a meio da implementação do Plano Estratégico. A Gestão Baseada em Resultados (RBM), bem como serão igualmente intensificados o Quadro de Despesas a Médio Prazo (QDMP) e a Ferramenta Africana de Monitorização, Avaliação e Apresentação de Relatórios (AMERT) durante a implementação do Plano. A AMERT já foi reconfigurada para estar em consonância com o novo Plano Estratégico.

47. Com relação aos recursos do conhecimento, a Comissão continuou a prestar serviços de conhecimento louváveis ao público através das suas actividades na Biblioteca, Arquivo e de Gestão do Conhecimento no terreno. Essas actividades incluíram serviços de biblioteca *online*, bem como o sítio/postal na internet e livros electrónicos, bem como os esforços para reformar e modernizar os Arquivos, de modo que seja capaz de armazenar os registos para a posteridade e tornar a CUA numa instituição de criação do conhecimento.

48. A Comissão continuou a melhorar os vínculos com Centros de Excelência no continente, com vista a reforçar a sua capacidade de Análise e Pesquisa de Políticas. Isto permitiu à Comissão apreciar as capacidades e conhecimentos disponíveis no continente.

D. Fontes alternativas de financiamento do desenvolvimento e das instituições de África

49. A busca de fontes alternativas e o incremento do financiamento para acelerar o desenvolvimento africano e financiar as suas instituições tem estado na agenda da União por algum tempo. Durante o ano de 2013, foram tomadas as seguintes iniciativas para resolver esta questão:

- Apresentação do relatório do Painel de Alto Nível, presidido pelo Presidente Obasanjo, durante a Cimeira de Maio de 2013;
- Relatório da NEPAD, CEA e CUA sobre fontes alternativas de financiamento;
- Iniciativa do Banco Africano de Desenvolvimento de criação de um Fundo de Participações Privadas *Africa 50* para aceleração do financiamento de infra-estruturas;
- Formação da Fundação da UA decorrente da Decisão da Cimeira de Maio.

50. A Comissão, em colaboração com o Painel de Alto Nível irá realizar consultas com os Ministros de Economia e Finanças da União Africana, para explorar formas e meios para a operacionalização de tais propostas, para adopção pela Cimeira de Janeiro de 2014.

51. A Comissão, após a Decisão da Cimeira de Maio sobre a Fundação da UA, elaborou um Documento Síntese, contactou potenciais curadores para a Fundação e irá registar a Administração nas Ilhas Maurícias, com previsão de ter escritórios em outras regiões, logo que a Fundação seja estabelecida. O lançamento oficial da Fundação da UA está previsto para meados de 2014.

PILARES DO 2º PLANO ESTRATÉGICO DA COMISSÃO DA UA

1º PILAR: PAZ E SEGURANÇA

52. A questão da paz e segurança continuou no centro das prioridades da Comissão durante o ano de 2013. Além da comemoração do 50º Aniversário da OUA/UA, as acções da Comissão incidiram em vários outros componentes, desde a operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (AAPS) à monitorização de situações no terreno e sua gestão, prevenção estrutural de conflitos, reconstrução e desenvolvimento pós-conflito e questões relacionadas com a Posição Comum Africana no domínio da Defesa e Segurança.

Jubileu de Ouro da OUA/UA – Retiro de Abidjan sobre a Promoção da Paz, Segurança e Estabilidade em África

53. A aspiração por uma África pacífica foi alvo de especial destaque durante as actividades comemorativas do Jubileu. A este respeito, a *Declaração Solene sobre o 50º Aniversário* estabelece que não se legar conflitos e guerras para as gerações vindouras, e que, até 2020, África deve estar livre de conflitos.

54. A Comissão realizou o 4º Retiro da UA nos dias 29 e 30 de Outubro de 2013, em Abidjan, Côte d'Ivoire, sob o tema *50 Anos de Paz e Segurança*. O Retiro reuniu altos representantes da União Africana, Comunidades Económicas Regionais/Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (CER/MR), Organização das Nações Unidas (ONU) e de outros parceiros bilaterais e multilaterais, bem como académicos e pesquisadores. O Retiro foi uma oportunidade para reflectir sobre a trajetória da organização continental, a fim de retirar lições sobre a melhor forma de fazer face aos desafios que África continua a enfrentar no domínio da paz e segurança. Terminou com a adopção da Declaração de Abidjan.

55. Foram tiradas lições das experiências africanas no concernente à prevenção, mediação, resolução de conflitos, manutenção da paz e reconstrução pós-conflito. Estas lições serão úteis para a implementação de estratégias no domínio da paz e segurança nos próximos anos.

56. O Retiro tornou-se numa das principais plataformas anuais de coordenação em matéria de paz e segurança no continente, bem como para a troca de opiniões entre profissionais e pesquisadores.

Operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança

57. Durante o período em análise, a Comissão iniciou a avaliação da Força Africana em Estado de Alerta (FAEA) e a sua Capacidade de Mobilização Rápida (CMR), conforme a decisão da Conferência da União. Aquando da finalização do presente relatório, a equipa de avaliação visitou quatro das cinco Forças Regionais em Estado de Alerta.

58. A 22ª Sessão Ordinária da Conferência da União tomou uma decisão relativa à criação de Capacidade Africana de Resposta Imediata à Situações de Crise (ACIRC), um mecanismo de transição destinado a facilitar uma resposta rápida a situações de emergência no terreno, enquanto se aguarda pela operacionalização da Força Africana em Estado de Alerta (FAEA) e sua Capacidade de Mobilização Rápida (CMR). No âmbito da decisão sobre o mecanismo de transição, em Junho de 2013, a Comissão convidou todos os Chefes de Estado e de Governo para solicitar aos Estados-membros que confirmassem urgentemente as suas promessas de fornecimento, em princípio, de capacidades militares e/ou de polícia para a ACIRC e informar a Comissão. Posteriormente, a Comissão realizou consultas com os países que fizeram promessas.

59. O Comité Técnico Especializado de Defesa e Segurança (STCDSS) irá se reunir no início de Janeiro de 2014 para finalizar vários aspectos relacionados com a operacionalização da ACIRC, conforme decisão da Conferência. Não há dúvida de que a rápida operacionalização da ACIRC irá contribuir muito para a melhoria da capacidade do continente para fazer face aos desafios de paz e segurança, proporcionando ao mesmo tempo uma base sólida para acelerar a operacionalização da FAEA.

60. A Comissão continuou igualmente com a operacionalização de outros aspectos da APSA, incluindo a melhoria das relações com a CER/MR, em conformidade com o Memorando de Entendimento (Mdu) assinado em Adis Abeba, a 28 de Janeiro de 2008. De 17 a 20 de Setembro de 2013, a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), acolheu a 13ª reunião técnica entre o Sistema Continental de Aviso Prévio, incluindo a UA e as CER/MR, em Bujumbura, Burundi. As 8ª e 9ª reuniões de altos funcionários da UA e das CER/MR, organizadas pela COMESA e CEDEAO, tiveram lugar em Lusaka e Abuja, nos dias 3 e 4 de Julho e de 19 a 21 Novembro de 2013, respectivamente.

61. Por último, de referir que os dez membros do Conselho de Paz e Segurança (CPS), eleitos para um mandato de dois anos, devem ser substituídos. Da mesma forma, devem igualmente ser eleitos novos membros para o Painel dos Sábios (PdS). Relatórios separados sobre estas duas questões são submetidos à Conferência de Janeiro de 2014.

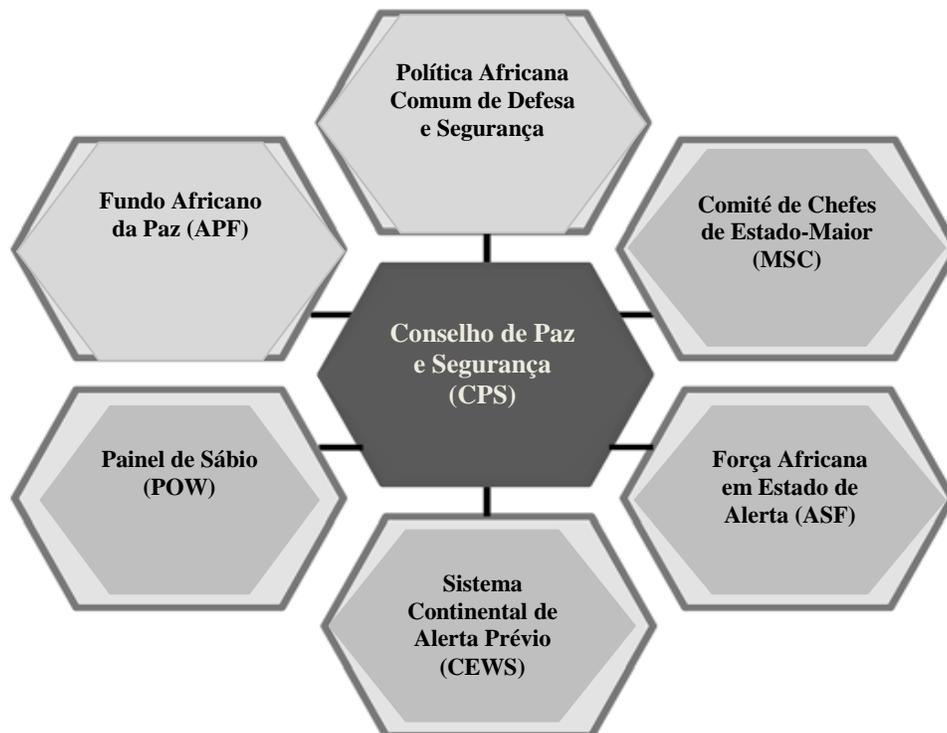


Figura 2: Arquitectura Africana de Paz e Segurança

Prevenção Estrutural

62. Um projecto de **Quadro Continental de Prevenção Estrutural de Conflitos (CSCPF)** foi desenvolvido durante o ano de 2013, no âmbito do estabelecimento de um mecanismo funcional para a prevenção de conflitos em África e para a promoção de sinergias, cooperação e coordenação entre a UA, as CER/MR, organizações da Sociedade Civil, sector privado e outros intervenientes.

63. Foram alcançados progressos significativos na implementação do **Programa de Fronteiras da UA (PFUA)**. Quanto à delimitação e demarcação das fronteiras, a Comissão, durante o período em análise, apoiou o Sudão e o Sudão do Sul no exercício de identificação das cinco áreas de fronteira em disputa, bem como na determinação da linha mediana da Zona Fronteira Desmilitarizada Segura (SDBZ).

64. Este apoio envolveu os esforços colectivos do Painel de Implementação de Alto Nível da UA no Sudão e Sudão do Sul. Outros Estados-membros beneficiaram igualmente de apoio na determinação das suas fronteiras. Além disso, e de acordo com as Declarações sucessivas adoptadas pelos Ministros Africanos responsáveis pelas questões fronteiriças, a Comissão recebeu arquivos coloniais sobre fronteiras africanas da Alemanha e da França. Processos semelhantes foram iniciados com as outras potências coloniais.

65. No que diz respeito à cooperação transfronteiriça, a Comissão organizou uma reunião em Bamaco, Mali, de 4 a 8 de Novembro de 2013, dedicada à gestão integrada das fronteiras, para a região Ocidental de África e do Sahel-Sahara. Uma reunião de coordenação foi igualmente organizada com as CER, a fim de envolvê-las ainda mais na implementação do PFUA. Os esforços de capacitação da Comissão centraram-se em destacar o Sistema de Informação sobre as fronteiras a partir de dados fornecidos pelos Estados-membros, bem como na publicação de guias práticos relativos a vários aspectos do PFUA.

66. O PFUA continua a beneficiar do apoio inestimável do Governo alemão, através da GIZ, bem como da assistência do Reino Unido no que diz respeito à resolução de disputas fronteiriças entre o Sudão e o Sudão do Sul.

Reconstrução e Desenvolvimento Pós-conflito

67. A Comissão continua a envidar esforços contínuos no sentido de apoiar a reconstrução e desenvolvimento pós-conflito (RDPC) nos Estados-membros acabados de sair de situações de conflito. Como acompanhamento da decisão sobre a Iniciativa de Solidariedade Africana (ASI), aprovada pela Conferência da União, em Julho de 2012, a Comissão tomou medidas com vista a organizar a **Conferência de Solidariedade Africano (ASC)**, agendada para ter lugar em Adis Abeba, a 1 de Fevereiro de 2014. O objectivo é mobilizar apoio para os países-piloto (Libéria, Sierra Leone, Burundi, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo (RDC), República Centro Africana (RCA), Sudão e Sudão do Sul) identificados no âmbito da ASI. Este apoio incluirá contribuições financeiras, a partilha em espécie de competências e boas práticas, oferta de meios de formação e outros compromissos de capacitação. Os Estados-membros são instados a contribuir activamente para este esforço. Os esforços actuais incluem igualmente a implementação de Projectos de Impacto Rápido e de Reforço da Paz (PIR & PSP), bem como o acompanhamento do Acordo assinado com o Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW), ao abrigo do qual 10 milhões de Euros foram prometidos para apoiar o Projecto Comércio para a Paz da COMESA na Região dos Grandes Lagos.

68. A Comissão continuou a acompanhar situações específicas de cada país. Na **Libéria**, e como seguimento das recomendações da Comissão da Verdade e Reconciliação, as autoridades liberianas lançaram oficialmente o Programa Nacional Palavra Hut a 19 de Outubro de 2013, cujo objectivo é abordar as causas que levaram à guerra civil liberiana. Embora o país continue a registar progressos substanciais, especial atenção deve ser dada ao reforço da capacidade das instituições liberianas relevantes, especialmente tendo em conta a partida do último grupo do contingente da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), prevista para 2015.

69. Na **Guiné**, na sequência do Acordo de 3 de Julho de 2013 celebrado sob os auspícios do Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas, do Facilitador Internacional e do Grupo de Facilitadores Nacionais, as eleições legislativas, que deveriam ter sido realizadas em 2011, foram finalmente

realizadas a 28 de Setembro de 2013. É gratificante notar que as partes lesadas durante o processo eleitoral procuraram recorrer através de canais legais para resolver disputas eleitorais. Os intervenientes guineenses devem ser encorajados a implementar, o mais rapidamente possível, as disposições do Acordo de 3 de Julho sobre as medidas de acompanhamento e de apaziguamento, bem como sobre a selecção do Operador Técnico que será responsável pela elaboração da lista eleitoral para as eleições presidenciais de 2015.

70. **Côte d'Ivoire** continua a fazer progressos no que concerne a consolidação da paz e reconstrução pós- conflito. A situação de segurança melhorou significativamente e a cooperação entre Cote d'Ivoire e os seus dois vizinhos, Gana e Libéria, resolveu a questão da insegurança nas fronteiras comuns. O Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) está em curso e o Conselho Nacional de Segurança (CNS), presidido pelo Chefe de Estado, adoptou os vários textos sobre a Reforma do Sector de Segurança (RSS). A Comissão do Diálogo, Verdade e Reconciliação (CDVR), cujo mandato terminou em Setembro de 2013, ainda não concluiu seu trabalho. O Governo tem igualmente procurado envolver-se num diálogo político com alguns partidos da oposição que se reagruparam no âmbito do Quadro de Consulta Permanente (QCP), bem como com a Frente Popular Ivoirense (FPI). De referir que a libertação de 14 colaboradores próximos do ex-Presidente Laurent Gbagbo, desde o início de Agosto de 2013, permitiu que a situação política melhorasse. Relativamente à economia, Cote d' Ivoire registou uma taxa de crescimento de 9,8 % em 2012. Prevê-se que irá registar uma taxa similar em 2013 e de 10% até 2015.

71. **Comores** continua a registar progressos no que diz respeito à reconciliação nacional e consolidação da paz. O Presidente da União e os Governadores das Ilhas Autónomas continuam a permitir que o espírito de consulta e diálogo prevaleça na tomada de decisões. As divergências entre as partes comorianas relativas à questão da harmonização dos mandatos dos deputados da Assembleia Nacional com os dos Conselhos das Ilhas Autónomas eleitos em Dezembro de 2009 foram resolvidos, depois de uma reunião convocada pelo Presidente da União e realizada em Moroni, a 7 de Novembro 2013. Além disso, o governo das Comores, com o apoio da Organização das Nações Unidas lançou, a 7 de Novembro de 2013, um segundo programa de consolidação da paz, que visa resolver a questão das armas ainda em circulação na Ilha de Anjouan. Por sua vez, a Comissão destacou um especialista para as autoridades das Comores, para o período de 20 Setembro a 20 de Outubro de 2013, para apoiar o programa de reforma do sector da defesa. Considerando as dificuldades económicas enfrentadas pelas Comores, é necessário redobrar os esforços para a concretização dos compromissos assumidos na Conferência de Doadores realizada em Doha, em Abril de 2010.

Situações no Terreno

72. Embora tenham sido registados progressos na resolução de algumas das crises que o continente está a enfrentar, muitos desafios ainda prevalecem. A Comissão e o Conselho de Paz e Segurança (CPS) envidaram esforços

contínuos com vista consolidar as conquistas e fazer face aos desafios actuais, quer relacionados com as situações de crise e de conflito ou com questões relacionadas.

73. A última Sessão do CPS foi realizada num contexto marcado por impasse político decorrente da decisão do Tribunal Eleitoral Especial (CES) de **Madagáscar** de 3 de Maio de 2013, que validou as candidaturas para a eleição presidencial. Durante o período que se seguiu, esforços contínuos foram envidados pelo mediador da SADC, o antigo Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, e pela Comissão, para superar o referido impasse. Isto resultou num acordo alcançado com as partes malgaxes no que diz respeito às disposições legais e práticas que devem ser adoptadas para reger a realização de eleições, de acordo com o Roteiro para a saída da crise em Madagáscar e com o código eleitoral malgaxe. É neste contexto, e em conformidade com as conclusões da reunião do Grupo de Contacto Internacional sobre Madagáscar (ICG-M), realizada a 26 de Junho de 2013, que as seguintes medidas foram tomadas:

- Publicação de uma nova lista de membros do CES a 9 de Agosto de 2013;
- Adopção de um decreto que permite, por um lado, a retirada voluntária de candidaturas ou a revisão da lista de candidatos pelo CES, e por outro lado;
- Apresentação de candidaturas individuais para substituição;
- Eliminação das oito candidaturas ilegais da lista de candidatos para a eleição presidencial pelo novo CES, a 17 de Agosto de 2013;
- Publicação de uma nova lista final de 33 candidatos que preencheram os requisitos legais para participação na eleição presidencial, a 21 de Agosto de 2013; e
- A adopção do calendário eleitoral revisto pela Comissão Nacional de Eleições Independente para a Transição (CENI-T) e representantes das Nações Unidas, a 22 de Agosto de 2013, que fixa a primeira volta das eleições presidenciais para 25 de Outubro de 2013 e a segunda volta, juntamente com as eleições legislativas, para 20 de Dezembro de 2013.

74. Como previsto, a primeira volta da eleição presidencial foi realizada a 25 de Outubro de 2013. A votação foi pacífica e sem grandes incidentes. A UA enviou uma missão de observação eleitoral constituída por observadores de longo e curto prazos. Uma vez que nenhum candidato obteve a maioria absoluta, uma segunda volta será realizada no dia 20 de Dezembro de 2013 e será disputada pelos dois principais candidatos na eleição, ou seja, o Dr. Jean Louis Robinson, que obteve 21,10% dos votos, e o Sr. Hery Rajaonarimampianina, que

obteve 15,93 %. Aquando da finalização do presente relatório, a Comissão foi tomando as medidas necessárias para levar a cabo uma missão de observação da segunda volta, agendada para 20 de Dezembro de 2013. Para além do processo eleitoral, é importante que a UA, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a comunidade internacional, como um todo, continuem a apoiar os actores malgaxes numa tentativa de facilitar uma solução duradoura para a crise, garantir a recuperação socioeconómica do Madagáscar e mobilizar os recursos necessários para esse fim.

75. Somália prossegue com a sua recuperação, não obstante os enormes desafios que ainda prevalecem. O Governo Federal da Somália (GFS) prosseguiu com os seus esforços para implementar o Plano de Seis Pilares, lançado em Novembro de 2012. O Plano compreende os seguintes elementos: boa governação, recuperação económica, reconciliação social, prestação de serviços, estabelecimento de relações internacionais conjuntas e manutenção da unidade e integridade do país.

76. Entre os principais desenvolvimentos durante o período em análise, importa mencionar o lançamento, a 16 de Junho de 2013, do Processo de Revisão Constitucional inclusivo, a criação, a 3 de Julho de 2013, da Comissão de Revisão Constitucional; Conferência sobre a Visão 2016, realizada em Mogadíscio, de 2 a 6 de Setembro, que aprovou as recomendações sobre a revisão e implementação da Constituição Provisória a transição para a legitimidade democrática e a finalização da Constituição, através de um referendo a ser realizado em Dezembro de 2015. Outro marco importante foi o Acordo alcançado, a 28 de Agosto de 2013, entre o GFS e a Administração Provisória de Jubba, sob a mediação do Presidente da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), Etiópia, seguido da Conferência de Reconciliação da Região de Jubba, realizada em Mogadíscio, de 3 a 6 Novembro de 2013. A situação de segurança continua a ser motivo de preocupação, uma vez que o Al Shabaab continua a realizar ataques contra civis, a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), a forças somalis, bem como contra outros Estados da região, como demonstrado pelos ataques terroristas em Nairobi, a 21 de Setembro de 2013, e em Mogadíscio, a 8 de Novembro de 2013.

77. De 26 de Agosto a 6 de Setembro de 2013, a UA e a ONU, com a participação de outros intervenientes, levaram a cabo uma Avaliação Conjunta da AMISOM, que incluí um exercício de avaliação comparativa de uma possível implantação de uma operação da ONU. A Avaliação foi levada a cabo no contexto de uma interrupção das operações militares contra Al Shabaab, devido a falta de meios em termos de força e ao fracasso em atingir o nível previsto de forças para o Exército Nacional Somali (ENS). Isto, associado a uma mudança deliberada de estratégia do Al Shabaab para uma guerra assimétrica desde Maio de 2013, levou a uma deterioração da situação de segurança. Concluindo que as condições ainda não foram cumpridas para a implantação de uma operação da ONU, a Revisão recomendou o fornecimento de recursos adicionais para a AMISOM e apoio ao ENS. Estas recomendações foram aprovadas pelo CPS a 10 de Outubro de 2013. A 12 de Novembro de 2013, o Conselho de Segurança das

Nações Unidas (CSNU), aprovou a resolução 2124 (2013), que autoriza o aumento da força da AMISOM, de 17 731 para 22 126 elementos, bem como apoio para o ENS. Estas medidas irão permitir a continuação da campanha militar contra Al Shabaab, a expansão da autoridade do GFS e facilitação do processo político, que deverá culminar com a conclusão e adopção de uma Constituição Federal, em Dezembro de 2015, e a realização de eleições em 2016.

78. A comunidade internacional continuou a apoiar os esforços em curso na Somália. A este respeito, uma série de conferências teve lugar em Londres, Tóquio e Bruxelas, em Maio, Junho e Setembro de 2013, respectivamente.

79. Não houve novos desenvolvimentos no que tange as relações entre a **Eritreia e a Etiópia**, e **Eritreia e Djibuti**. A Comissão continuará a acompanhar de perto estas situações, e manterá os órgãos relevantes da UA informados.

80. Durante o período em análise, o **Sudão e o Sudão do Sul** fizeram progressos significativos na implementação do Acordo de Cooperação assinado em Adis Abeba, a 27 de Setembro de 2012. A 9 de Junho de 2013, o Presidente do Painel de Implementação de Alto Nível da UA (AUHIP), o antigo Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, enviou uma carta aos Presidentes do Sudão e Sudão do Sul, propondo modalidades que visem acabar com o impasse, que caracteriza a implementação do Acordo de Cooperação. Mais especificamente, propôs a criação, pela Presidente da Comissão e Presidência do IGAD, de um Mecanismo de Investigação *Ad-hoc* (AIM) para analisar as acusações de que tanto o Sudão como o Sudão do Sul abriga e apoia grupos rebeldes armados que agem contra o outro Estado, bem como a criação, pela Comissão, de uma Equipa Técnica do Programa de Fronteiras da UA (AUBPTT) para determinar conclusivamente o eixo da SDBZ. Os dois Presidentes aceitaram estas propostas, e a Comissão estabeleceu e implantou essas estruturas.

81. O trabalho do AIM e os esforços para determinar o eixo da SDBZ foram vitais para a restauração da confiança entre o Sudão e o Sudão do Sul. Este progresso foi reforçado por duas reuniões, realizadas entre o Presidente Salva Kiir Mayardit e Presidente Omar Hassan Al Bashir. Na reunião realizada em Cartum, no dia 3 de Setembro de 2013, os dois Presidentes alcançaram resultados positivos, incluindo a decisão do Governo do Sudão de suspender indefinidamente o transporte e processamento de petróleo do Sudão do Sul, bem como a activação dos dois Comitês criados para supervisionar a implementação do Acordo de Cooperação. Os dois Presidentes comprometeram-se com a implementação imediata do Acordo de 20 de Junho de 2011 sobre Segurança Temporária e Disposições Administrativas para a Área de Abyei e a continuar as discussões sobre o estatuto final de Abyei. Uma outra reunião foi realizada em Juba, a 22 de Outubro de 2013, que reforçou os progressos realizados entre os dois Estados. Todavia, a situação em Abyei continua a ser motivo de grande preocupação. O atraso na implementação do Acordo de Junho 2011 levou a um vácuo administrativo e de segurança na região de Abyei, ameaçando assim as relações no terreno entre as comunidades locais, enquanto o estatuto final de Abyei carece ainda de uma decisão. O CPS, que tem repetidamente manifestado

o seu apoio à proposta do AUHIP de 21 de Setembro de 2012, uma vez que representa uma solução justa e viável, e rejeitou qualquer acção unilateral de ambas as partes, visitou a região de Abyei, nos dias 5 e 6 de Novembro de 2013. É fundamental que os dois Chefes de Estado intensifiquem os seus esforços para resolver a situação e cheguem a uma solução mutuamente aceitável.

82. Apesar dos repetidos esforços do AUHIP para colmatar as diferenças em relação ao conflito nos **Estados Sudaneses de Kordofan do Sul e do Nilo Azul**, as Partes, ou seja, o Governo do Sudão e o Movimento de Libertação do Sudão-Norte (SPLM-N), permanecem distantes. Obviamente, o recurso a acções militares não é a solução para o conflito e as partes têm que assumir os compromissos necessários para pôr fim ao conflito. A situação humanitária é uma questão de grande preocupação, e as Partes devem urgentemente resolver a situação, bem como permitir o acesso humanitário sem restrições às populações afectadas.

83. Durante o período em análise, os esforços para a implementação do **Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD)** continuaram. No entanto, uma série de desafios persiste, incluindo a insegurança contínua em diversas áreas, ausência de um acordo de paz inclusivo, capacidade inadequada da Autoridade Regional de Darfur (DRA) e a capacidade limitada do Governo do Sudão (GdS) para fornecer todos os recursos necessários relativos aos principais dispositivos previstos no DDPD. Em Novembro de 2013, os membros do Movimento para a Justiça e Igualdade - Bashar (JEM-Bashar), que assinou o DDPD, a 6 de Abril de 2013, regressou à Cartum. Por sua vez, o Mediador Chefe Conjunto (JCM), Dr. Mohammed Ibn Chambas, continuou com os seus esforços para o alcance de um acordo de paz de segurança em Darfur, através de um compromisso renovado dos movimentos não signatários.

84. A situação de segurança em Darfur continua volátil e imprevisível. **Durante o período em análise**, houve vários ataques as forças de paz. A situação é ainda exacerbada pelo aumento de confrontos inter-tribais, resultando em deslocações em massa de populações civis em toda a região, o que dificulta muito o aprovisionamento e a prestação de assistência humanitária aos necessitados. A Comissão insta o Governo do Sudão (GdS) para deter os autores dos ataques contra o pessoal da Missão da União Africana-Nações Unidas em Darfur (UNAMID) e trazê-los à justiça, bem como para desenvolver uma estratégia e criar mecanismos para o desarmamento das milícias tribais. O GdS e outros intervenientes têm que permitir o acesso e a livre circulação das forças de paz da UNAMID e das agências de ajuda humanitária em Darfur, a fim de permitir que possam cumprir de forma eficaz os seus mandatos.

85. Ao longo dos últimos anos, a Conferência da União apelou repetidamente para uma abordagem regional e global para os desafios à paz, segurança e estabilidade no Corno de África, em apoio à IGAD. Para este fim, solicitou à Comissão, em consulta com os países da região e a IGAD, bem como os parceiros internacionais relevantes, para que tomasse as medidas necessárias com vista ao lançamento deste processo. É neste contexto que a reunião do CPS

realizada em Nova Iorque, a 22 de Setembro de 2013, decidiu alargar o mandato do AUHIP para promover tal abordagem, em apoio à região. Esta abordagem, entre outras coisas, envolve a realização de uma conferência regional sobre a paz, segurança, estabilidade, cooperação e desenvolvimento. O AUHIP iniciará as consultas necessárias com o Presidente da IGAD e outros intervenientes.

86. **A região dos Grandes Lagos** continua a atrair a atenção da comunidade internacional, incluindo a UA. Os esforços feitos centraram-se na implementação do Quadro de Cooperação, Paz e Segurança na República Democrática do Congo (RDC) e na região, que foi assinado em Adis Abeba, a 20 de Fevereiro de 2013. Em Setembro de 2013, a segunda reunião do Mecanismo Regional de Acompanhamento do Quadro “11+4” foi realizada em Nova Iorque, sob os auspícios do Secretário-geral da Organização das Nações Unidas e da Presidente da Comissão, para analisar o relatório final do Comité de Apoio Técnico (CAT), bem como os critérios para a monitorização regional. Na sua quarta reunião realizada em Nairobi, nos dias 24 e 25 de Outubro de 2013, o CAT identificou as actividades prioritárias para a obtenção de resultados tangíveis a curto prazo, que serão apresentadas na próxima reunião do Mecanismo Regional de Acompanhamento, a ser realizada em Adis Abeba, em Janeiro de 2014.

87. Um outro componente dos esforços internacionais centrou-se na execução do mandato da Brigada de Intervenção da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), criada pela Resolução 2098 (2013) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Com o apoio da Brigada, as Forças Armadas da RDC retomaram o controlo de regiões antes ocupadas pelo grupo rebelde M23. A 5 de Novembro de 2013, o M23 anunciou que tinha posto fim à sua rebelião armada, prometendo procurar alcançar os seus objectivos através de meios políticos apenas. Entretanto, o processo de negociação entre o Governo e o M23 continuou em Kampala, sob os auspícios do Presidente Yoweri Museveni, em nome da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR). A 4 de Novembro de 2013, as partes assinaram um acordo preliminar sobre várias questões contidas na sua agenda. No entanto, este documento não foi assinado na data prevista, a 11 de Novembro de 2013, devido a diferenças de última hora que resultam principalmente do formato do documento. É neste contexto que o CPS, na sua reunião de 13 de Novembro de 2013, instou as partes a fazer as concessões necessárias para a promoção de uma paz duradoura, da segurança, da estabilidade e da reconciliação. O Representante Especial para a Região dos Grandes Lagos continuou a trabalhar em conjunto com outros Representantes e Enviados Especiais para apoiar o processo de Kampala. Neste contexto, reuniram-se regularmente com autoridades congolenses, os agentes regionais, bem como os parceiros internacionais.

88. A primeira Cimeira conjunta entre a ICGLR e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) foi realizada no dia 5 de Novembro de 2013, em Pretória, África do Sul. A UA foi representada pelo Comissário para a Paz e Segurança. A Cimeira discutiu aspectos políticos e militares relativos à situação no Leste da RDC e, mais importante, a implementação do Quadro de

Adis Abeba. As duas organizações concordaram em harmonizar os seus esforços na implementação do Quadro e estabelecer um mecanismo que compreende Ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, que irão se reunir a cada seis meses, bem como Chefes de Estado e de Governo, que irão se reunir uma vez ao ano.

89. A situação na **República Centro Africana (RCA)** continua a ser uma fonte de grande preocupação para a região, UA e o resto da comunidade internacional. Desenvolvimentos no terreno são caracterizados por insegurança persistente e graves violações dos direitos humanos por parte de elementos do antigo grupo armado Seleka e outros grupos armados. Os países da região, através da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), envidaram esforços contínuos para fazer face à situação, tanto política como militar. Várias cimeiras foram dedicadas à RCA, sendo que a última foi realizada em N'Djamena, a 21 de Outubro de 2013. Além disso, a Missão da CEEAC para a Consolidação da Paz na RCA (MICOPAX) aumentou significativamente o seu pessoal. Como continuação desses esforços, a 19 de Julho de 2013, o CPS autorizou o envio da Missão Internacional de Apoio liderada por África à República Centro Africana (MISCA). Com um total de 3 652 militares, policiais e civis, o mandato da MISCA é de contribuir para a protecção de civis, estabilização do país, reforma e reestruturação da defesa e segurança, bem como a criação de condições propícias para a prestação de assistência humanitária às populações necessitadas. A Comissão e o Secretariado-geral da CEEAC realizaram consultas sobre como seria feita a transição da Missão da CEEAC para a Consolidação da Paz (MICOPAX) para a MISCA. A transferência de autoridade entre as duas Missões ocorreu a 19 de Dezembro de 2013. O compromisso de apoio à MISCA de uma série de parceiros, nomeadamente, a França, os Estados Unidos e a União Europeia (UE), deve ser bem-vindo. O Conselho de Segurança das Nações Unidas está actualmente a explorar oportunidades para apoiar a MISCA com base no relatório da Missão de Avaliação Técnica, que visitou a RCA de 27 a 8 de Novembro de 2013.

90. O aspecto político da gestão da crise na RCA foi abordado em sucessivas Cimeiras da CEEAC, cujas decisões, apoiadas pelo CPS e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, levaram à criação de instituições do Governo de Transição, bem como adopção de um Roteiro para orientar os esforços das autoridades do Governo de Transição. Dois elementos merecem destaque aqui, a duração da Transição, que não deve exceder os 18 meses, e a não legibilidade das autoridades de transição para as eleições para restaurar a ordem constitucional. É importante que a comunidade internacional continue a insistir no cumprimento rigoroso desses compromissos, bem como na necessidade das autoridades de transição tomarem medidas que se espera delas para melhorar a situação de segurança, garantir a protecção de civis e o respeito pelos direitos humanos, bem como processem os perpetradores de actos de violência contra a população civil e assegurem o controlo, pelo Estado, das suas fontes de receita. A este respeito, de referir a realização em Bangui, a 8 de Novembro de 2013, da terceira reunião do Grupo de Contacto Internacional sobre a RCA (ICG-CAR). Na

Declaração aprovada nessa ocasião, as autoridades da República Centro Africana comprometeram-se a tomar várias medidas para melhorar rapidamente a situação no país. Nesta base, os parceiros internacionais manifestaram a sua disponibilidade para apoiar o processo em curso. Na sua reunião de 13 de Novembro de 2013, o CPS saudou o resultado da reunião do ICG-CAR. A situação na RCA deve continuar a receber a atenção do continente e do resto da comunidade internacional.

91. Uma série de medidas foram tomadas durante o período em análise para a implementação da Iniciativa de **Cooperação Regional para a Eliminação do Exército de Resistência do Senhor (RCI- LRA)**. O Enviado Especial da UA para a Questão do LRA, o Embaixador Francisco Madeira, visitou Bangui em Maio e Junho de 2013, para solicitar a cooperação das novas autoridades da RCA com vista à retomada, no seu país, das operações da Equipa de Trabalho Regional (RTF) contra o LRA. Visitou novamente a RCA em Outubro de 2013, para envolver as autoridades no seu diálogo com o líder do LRA sobre a suposta intenção deste último de se render e estabelecer-se na RCA. Em Junho e Outubro de 2013, viajou à Uganda e ao Sudão do Sul. Em meados de Setembro de 2013, obteve o aval das autoridades da RDC para que a RTF realizasse operações transfronteiriças contra o LRA no território deste último. Estes desenvolvimentos, bem como a extensão da formação dos EUA e o apoio logístico a todos os contingentes da RTF, abriu caminho para a retomada das operações militares RTF na RCA, a 9 de Agosto de 2013, e a operacionalização dos contingentes na RDC e Sudão do Sul, em meados de Setembro de 2013. A RTF, com uma força total actual de 3.085, está agora a realizar operações robustas, destruindo campos do LRA e negando-lhes a sua manutenção em bases permanentes, tanto na RCA como na RDC.

92. Além disso, tem havido uma colaboração activa entre a UA e os seus parceiros em relação à questão do LRA. De 22 a 24 Julho de 2013, a ONU e a UA realizaram a sua reunião técnica bianual de peritos do LRA e Pontos Focais, em Entebe, Uganda. Uma delegação da UA liderada pelo enviado especial para a questão do LRA participou, em Bruxelas, de 30 Setembro a 4 de Outubro de 2013, no Fórum Internacional sobre o LRA, e na reunião do Grupo de Trabalho Internacional sobre o LRA. Ambas as reuniões analisaram o ímpeto da RTF renovada em relação ao LRA, e apelaram para que a UE e outros parceiros prestassem o apoio necessário.

93. Houve vários desenvolvimentos importantes na **Guiné-Bissau** durante o período em análise. Em conformidade com o Acordo celebrado a 17 de Maio de 2013 pelos dois principais partidos políticos do país, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Partido de Renovação Social (PRS), e a aprovação consensual do Pacto de Transição revisto e do Acordo Político a 6 de Junho de 2013, o Presidente Interino nomeou um Governo de Transição, em grande parte, inclusivo. A 12 de Junho de 2013, a Assembleia Nacional Popular (ANP) elegeu o seu Presidente e a Mesa da Comissão Nacional de Eleições (CNE). Além disso, o Governo de Transição aprovou a opção de registo manual para as eleições e, nesta base, apresentou um orçamento de 19.3

milhões de \$EU para a conclusão do processo eleitoral. Nos dias 18 e 19 de Setembro de 2013, o Primeiro-ministro do Governo de Transição viajou para a Nigéria e a Côte d'Ivoire, acompanhado dos Representantes Especiais da UA, CEDEAO e das Nações Unidas, como parte de uma missão de sensibilização sobre o financiamento eleitoral. O objectivo foi alcançado, uma vez que os recursos mobilizados cobrem, em grande medida, as necessidades expressas. Após consultas na sequência da Cimeira Extraordinária da CEDEAO, realizada em Dakar, a 25 de Outubro de 2013, o Presidente do Governo de Transição assinou um decreto que fixa a data das eleições gerais para 16 de Março de 2014. A situação de segurança tem sido marcada por tensões esporádicas e violações dos direitos humanos que afectam tanto actores estrangeiros como da Guiné-Bissau. Ao mesmo tempo, a situação socioeconómica deteriorou-se de forma acentuada.

94. A comunidade internacional tem continuado a apoiar o processo em curso na Guiné-Bissau. É justo felicitar mais uma vez a CEDEAO pelo seu contínuo apoio ao processo de transição e pelo dinamismo do seu apoio ao processo em curso na Guiné-Bissau. Além disso, a UA, a CEDEAO, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a União Europeia, a OIF e as Nações Unidas, sob os auspícios da União Africana, realizaram uma segunda missão de avaliação conjunta à Bissau, de 8 a 11 de Julho de 2013. É importante incentivar a todos os intervenientes na Guiné-Bissau a prosseguir os seus esforços e apelar para um maior apoio internacional.

95. O período em análise foi marcado por progressos significativos no **Mali**. O processo de restauração da ordem constitucional foi concluído com êxito, com a realização de duas voltas das eleições presidenciais a 28 de Julho e 11 de Agosto de 2013. A eleição, que foi ganha pelo Sr. Ibrahim Boubacar Keita, foi realizada sob condições consideradas transparentes por todas as missões de observação eleitoral, incluindo a da UA. Foi seguido de eleições legislativas em Novembro e Dezembro de 2013. Desde a sua eleição, o Presidente Keita tem se esforçado para consolidar os progressos feitos e para a implementação do Acordo de Ouagadougou, de 18 de Junho de 2013, celebrado entre o governo do Mali e os grupos armados no Norte. Todavia, a situação permanece frágil, como evidenciado principalmente pelas dificuldades encontradas na aplicação do Acordo de Ouagadougou, pela contínua ocupação de edifícios públicos na cidade de Kidal pelo Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA) e outros grupos armados, bem como pelo reinício de ataques de grupos terroristas. A UA, através da sua Missão para Mali e Região Sahel (MISAHEL), que foi criada após a transformação da Missão de Apoio Internacional no Mali (AFISMA) liderada por África, a 1 de Julho de 2013, na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA), contribui activamente para o processo em curso. O Alto Representante da UA para Mali e Sahel, o antigo Presidente Pierre Buyoya, participou activamente nas negociações que levaram à assinatura do Acordo de Ouagadougou, e está fortemente envolvido na monitorização da sua implementação, o Comité de Monitorização e Avaliação e o Comité Técnico Conjunto para a Segurança criados ao abrigo do Acordo. A UA

prestou igualmente apoio para a realização da eleição presidencial. Por último, através do Grupo de Apoio e Acompanhamento (GAA) da situação no Mali, que co-preside com as Nações Unidas e a CEDEAO, a UA está ajudando a mobilizar a comunidade internacional para apoiar o Mali. O GAA realizou a sua quinta e sexta reuniões em Bamako, a 1 de Julho e 2 de Novembro de 2013.

96. A situação no Mali não se difere da região do Sahel em geral. É neste contexto que a **Missão da UA para o Sahel (MISAHÉL)** foi criada, sob a liderança do Alto Representante da UA para o Mali e Sahel, o Presidente Pierre Buyoya, com a tarefa de apoiar na promoção da boa governação, cooperação no domínio da segurança, desenvolvimento, igualdade do género e inclusão na região. O processo de cooperação regional no domínio da segurança já está a ser implementado através do Processo de Nouakchott. Iniciado pela Comissão em Março de 2013, este processo é baseado em reuniões regulares dos chefes dos Serviços de Inteligência e Segurança, e dos Ministros competentes. A segunda e terceira reuniões dos chefes dos Serviços de Inteligência e Segurança foram realizadas em Abidjan, nos dias 20 e 21 de Junho de 2013, e em N'Djamena, no dia 10 de Setembro de 2013, respectivamente. A última reunião foi seguida da segunda reunião ministerial dos países da região, a 11 de Setembro de 2013. Além disso, e de acordo com a Declaração aprovada pela Conferência da União em Maio de 2013, a Comissão, após os ataques terroristas em Agadez e Arlit, enviou uma missão de avaliação ao Níger, de 10 a 15 de Junho de 2013. A missão fez recomendações sobre a melhor forma de apoiar o Níger nos seus esforços para combater o terrorismo. Da mesma forma, a Comissão realizou, no início de Setembro de 2013, uma missão de avaliação à Líbia, bem como um workshop sobre segurança na fronteira terrestre, que contou com a participação dos países da região. Em suma, o processo de Nouakchott já provou ser uma ferramenta crucial para ajudar os países da região a fazer face colectivamente os desafios de segurança que enfrentam.

97. Na sua última Sessão Ordinária, o Conselho Executivo tomou nota do relatório da Comissão sobre a situação no Sahara Ocidental. Reiterou as decisões anteriores e declarações da OUA/UA, nomeadamente, o apelo para negociações directas entre as duas partes, sem condições prévias e de boa fé, com vista à obtenção de uma solução política justa, duradoura e mutuamente aceitável. Tal solução deve prever a autodeterminação do povo do Sahara Ocidental. Solicitou à Presidente da CUA para que realizasse mais consultas com as partes, e continuasse as interacções com as Nações Unidas e outros parceiros internacionais relevantes. A questão foi discutida em Nova Iorque, em Setembro de 2013, à margem da Assembleia Geral, com o Secretário-geral das Nações Unidas e o seu enviado pessoal. Além da questão fundamental de autodeterminação do povo do Sahara Ocidental, a questão da criação de um mecanismo para monitorizar a situação dos direitos humanos no território continua a atrair a atenção da comunidade internacional e requer esforços contínuos. Entretanto, a atenção da Comissão levou à assinatura de um acordo entre Marrocos e a União Europeia, que concede direitos de pesca ao último em

território Saraoui. A Comissão da UA escreveu à UE a procura de esclarecimento sobre esta matéria.

98. A Comissão continuou a acompanhar a situação na **Tunísia**. A 22 de Abril de 2013, a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) publicou um projecto de Constituição que foi submetido para apreciação por uma Comissão de Peritos, antes da aprovação da versão final. Todavia, o referendo constitucional, que estava marcado para Julho de 2013, não foi realizado como previsto, devido à evolução da situação de segurança e polarização política que se seguiu. Especificamente em relação à situação de segurança, destaca-se o assassinato do deputado da oposição Mohamed Brahmi, em 25 de Julho de 2013. Esse acto causou ondas de protestos e aumentou a polarização política. Da mesma forma, os grupos terroristas realizaram ataques em algumas partes do país. Para superar essas dificuldades, um grupo de organizações da Sociedade Civil da Tunísia, incluindo o Sindicato Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), iniciou as negociações de mediação entre os actores políticos tunisinos. Lançada em Outubro, e suspensa no início de Novembro de 2013, a mediação procurou fazer com que os políticos chegassem a um acordo sobre um novo governo apolítico, a fim de acelerar a finalização da nova Constituição, bem como criar uma comissão de eleições independente e um calendário realista para a realização das eleições legislativas e presidenciais em 2014.

99. Enquanto isso, a Comissão enviou duas missões à Tunísia para expressar solidariedade para com o Governo e o povo da Tunísia, e para transmitir a disponibilidade da UA para ajudar a resolver as dificuldades actuais. A primeira missão, composta de dois membros do Painel dos Sábios da União Africana, visitou a Tunísia de 1 a 6 de Julho de 2013 e realizou reuniões com os vários intervenientes, incluindo o presidente Moncef Marzouki. A segunda, liderada pelo antigo Presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, visitou a Tunísia de 11 a 15 de Setembro de 2013, e reuniu-se com os diversos actores políticos e sociais, incluindo o Presidente Marzouki. Os esforços dos actores tunisinos são louváveis e devem receber o apoio total do continente, uma vez que o resultado dos esforços em curso constituirão o sucesso não apenas para a Tunísia, mas para o continente como um todo.

100. Durante o período em análise, a Líbia continuou a enfrentar desafios políticos e de segurança significativos. Uma série de desenvolvimentos deve ser destacada a este respeito. A 10 de Outubro de 2013, o Primeiro-ministro Ali Zeidan foi sequestrado em Trípoli por homens armados pertencentes a uma das inúmeras milícias que continuam a operar na Líbia, e foi libertado algumas horas mais tarde. A UA condenou veementemente este acto inaceitável e instou as partes líbias para buscar soluções para as suas diferenças através do diálogo. Em meados de Novembro de 2013, houve confrontos entre milícias rivais e actos de violência contra civis que protestavam pacificamente, levando à morte de dezenas de pessoas, enquanto outras centenas ficaram feridas. No geral, o período em análise registou um aumento da violência e ilegalidade no país. A 24 de Outubro de 2013, o Movimento Federalista Oriental proclamou Cyrenaica como uma região autónoma, um movimento rejeitado pelo Congresso Geral

Nacional (GNC) e pelo Governo da Líbia. Além disso, alguns grupos têm, por vezes, bloqueado o funcionamento dos terminais de exportação de petróleo e gás nas regiões oriental e ocidental da Líbia como forma de reforçar as suas reivindicações, afectando negativamente a economia.

101. É no quadro dessa situação delicada que o Governo, sob a autoridade do Primeiro-ministro Ali Zeidan, e o GNC, está a envidar esforços para concluir com sucesso o processo de transição. Em Junho de 2013, o GNC aprovou uma decisão que solicita ao Governo para que elabore um plano de segurança para integrar todos os grupos armados legítimos nas forças de defesa e segurança do Estado e desmantelar todos aqueles considerados ilegítimos. A 10 de Novembro de 2013, o Governo solicitou todas as milícias que não aderiram ao exército nacional para deixar Trípoli. Além disso, estão a ser tomadas medidas para organizar eleições municipais, e o registo de eleitores começou em Junho de 2013. Estão igualmente em curso planos para organizar as eleições para a Assembleia Constituinte. Certamente, há necessidade de apoio africano e internacional mais forte para permitir que as autoridades líbias possam estabilizar a situação e concluir com sucesso a transição.

102. A Comissão continuou a acompanhar de perto a situação no **Egipto**. Embora um progresso significativo tenha sido feito após a Revolução de 25 de Janeiro de 2011, nomeadamente, a eleição, em Junho de 2012, de um Presidente da República, Egipto continuou a enfrentar sérios desafios, marcados pela crescente frustração de muitos egípcios face à gestão do país, continuação das dificuldades económicas, deterioração da segurança e polarização política e social. O período que se seguiu às Sessões Ordinárias dos órgãos decisórios da UA, em Maio de 2013, foi marcado por um agravamento da crise, levando ao derrube, a 3 de Julho de 2013, do Governo do Presidente Mohamed Morsi, suspensão da Constituição, nomeação e tomada de posse de um Chefe de Estado interino. Agindo no âmbito dos instrumentos pertinentes da UA sobre mudanças inconstitucionais de Governo, o CPS da UA, após reiterar a condenação da UA e rejeitar qualquer tomada ilegal do poder suspendeu, a 5 de Julho de 2013, a participação do Egipto em todas as actividades da UA.

103. Na sequência da decisão do CPS, a Comissão criou o Painel de Alto Nível da UA para o Egipto, composto do antigo Presidente do Mali, Alpha Oumar Konaré, como o Presidente do Painel, o antigo Presidente do Botswana, Festus Gontebanye Mogae, e o antigo Primeiro-ministro de Djibuti, Mohamed Dileita Dileita, com a missão de interagir com os intervenientes egípcios e auxiliar o processo que levará a um regresso rápido à ordem constitucional. Desde a sua criação, o Painel viajou ao Cairo por duas vezes, a de 27 de Julho a 5 de Agosto e de 28 de Agosto a 5 de Setembro de 2013, onde se reuniu com vários intervenientes egípcios, incluindo as autoridades de transição. Os membros do Painel mantiveram igualmente consultas com intervenientes internacionais relevantes, incluindo os países da Liga Árabe, e informaram-nos sobre os esforços da UA.

104. Ao longo das suas interacções com os intervenientes egípcios, o Painel enfatizou a necessidade de todos os envolvidos abraçarem o espírito de diálogo, adaptação mútua e absterem-se de quaisquer actos de violência e de vingança. Incentivou os intervenientes políticos egípcios a perseverar no caminho da reconciliação nacional. A este respeito, o Painel tomou nota da adopção, por parte das autoridades egípcias de transição de um Roteiro para a transição, que está prevista para ser concluída em 2014, com a adopção de uma nova Constituição e a eleição de um novo Parlamento e Presidente. Infelizmente, o período em análise foi igualmente marcado por actos de violência ligados à expulsão dos apoiantes da Irmandade Muçulmana que ocupavam alguns locais no Cairo em protesto contra o derrube do Presidente Morsi, levando à morte de centenas de manifestantes. Foram igualmente registados uma série de ataques terroristas, nomeadamente, no Cairo e na Península do Sinai.

105. O Painel pretendia levar a cabo missões de acompanhamento ao Cairo para informar as autoridades egípcias sobre as suas interacções com atores internacionais, avaliar o estado de implementação do Roteiro e promover o intercâmbio com outros intervenientes egípcios, nomeadamente, a Igreja Copta e a Universidade Al-Azhar. Todavia, estas missões não ocorreram, pois as autoridades egípcias informaram que ao invés do Painel voltar ao Egito, devia antes informar a sua embaixada em Adis Abeba e procurar interagir com os intervenientes egípcios por telefone. O Painel da UA continua com o seu trabalho de envolvimento e monitorização da situação no Egito.

Política Africana Comum de Defesa e Segurança

106. No âmbito da Política Africana Comum de Defesa e Segurança, conforme articulado na Declaração Solene, aprovada pela Conferência da União, em Sirte, Líbia, em Fevereiro de 2004, a Comissão levou a cabo uma série de actividades relativas à Reforma do Sector da Segurança (RSS) e Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos antigos combatentes, questões de desarmamento e terrorismo. Como acompanhamento do **Quadro de Política de RSS da UA**, a Comissão, em parceria com a União Europeia e as Nações Unidas, lançou, em Maio de 2013, um projecto que visa o reforço das capacidades africanas em RSS. No âmbito do projecto, a Comissão enviou especialistas em RSS à RCA e Comores para auxiliar na planificação da RSS. Além disso, a Comissão realizou, de 11 a 13 de Junho de 2013, em Libreville, Gabão, um workshop de capacitação em RSS para os Estados-membros da CEEAC. Quanto ao **DDR**, as actividades realizadas durante o período em análise incluem apoio à Somália, após um pedido dirigido à Comissão pelo GFS em Setembro de 2013, para lidar com a questão dos elementos que se desligaram do Al Shabaab; a organização, em Setembro de 2013, de uma reunião de peritos sobre mulheres e crianças em conflitos armados, com enfoque em DDR, bem como a realização de um seminário de validação do DDR nos dias 3 e 4 de Dezembro de 2013, para avaliar as orientações pertinentes.

107. Como parte dos esforços para reforçar a capacidade africana para resolver os problemas colocados pela **proliferação de minas terrestres**, a Comissão, em

conjunto com os Serviços de Acção contra Minas da ONU (UNMAS), realizou uma avaliação do Centro de Acção contra Minas de Benin, de 10 a 13 de Junho de 2013. A Comissão adquiriu equipamentos de desminagem em 2013 para serem doados aos países africanos mais afectados, em apoio aos seus esforços para a desminagem. Por último, a Comissão, em conjunto com o UNMAS, organizou nos dias 10 e 11 de Dezembro de 2013, em Entebe, Uganda, um workshop de formação sobre a redução da ameaça de explosivos, para países seleccionados acabados de sair de situações de conflito.

108. Durante o período em análise, foram igualmente feitos esforços para a operacionalização inicial do Secretariado da **Comissão Africana de Energia Nuclear (AFCONE)** e implementação do **Tratado que cria a Zona Livre de Armas Nucleares em África (Tratado de Pelindaba)**. Nos dias 11 e 12 de Novembro de 2013, em Pretória, África do Sul, a Comissão facilitou a organização da 3ª Sessão Ordinária da AFCONE. Os debates tiveram lugar no contexto do resultado da Segunda Conferência dos Estados Partes no Tratado de Pelindaba, realizada em Adis Abeba, nos dias 12 e 13 de Novembro de 2012, sobre a operacionalização da AFCONE. Além disso, a Comissão e a República da África do Sul têm continuado com as suas consultas para finalizar o acordo de sede para a AFCONE e outros aspectos conexos para a operacionalização do Secretariado da AFCONE.

109. Nos dias 10 e 11 de Dezembro de 2013, a Comissão organizou um workshop, em Adis Abeba, sobre a implementação da **resolução do Conselho de Segurança da ONU 1540 (2004)**. A resolução exige que os Estados se abstenham de prestar qualquer forma de apoio a actores não estatais que procurem desenvolver, adquirir, fabricar, possuir, desenvolver, transportar, transferir ou utilizar armas nucleares, químicas ou biológicas e seus meios de lançamento, e adoptem e façam cumprir as leis efectivas apropriadas a este respeito. O workshop chegou a um acordo sobre medidas práticas para aumentar a capacidade dos Estados-membros da UA para cumprir com as suas obrigações nos termos da resolução.

110. A Comissão, através do Centro Africano de Estudos e Investigação sobre o Terrorismo (ACSRT), organizou uma série de actividades de formação para os Estados-membros no domínio da segurança e gestão de fronteiras, recolha e análise de informações e respostas judiciais ao **crime de terrorismo e transnacional**. A formação incluiu:

- Análise operacional de informações para os países da região de Sahel-Sahara, de 4 a 12 de Novembro de 2013, em Bamako, Mali;
- A implementação de Boas Práticas Internacionalmente Aceites para Investigar e Processar Casos de Terrorismo: o uso de operações secretas e protecção da aplicação de leis e informações sensíveis, de 13 a 15 de Maio de 2013, Adis Abeba, Etiópia, e nos dias 1 e 2 de Outubro de 2013, em Argel, Argélia;

- Melhoria da Cooperação de Segurança Operacional das Fronteiras Terrestres na Região de Sahel-Sahara, nos dias 4 e 5 de Setembro de 2013, em Trípoli.

111. A Comissão realizou igualmente missões de avaliação aos Estados-membros para os ajudar a melhorar as suas medidas nacionais de combate ao terrorismo. A Comissão está a tomar as medidas necessárias, em consulta com os Estados-membros interessados, para fazer uso da experiência jurídica na implementação da Lei Modelo da UA de combate ao terrorismo.

112. Como seguimento da **Estratégia da UA para o Controlo da Proliferação, Circulação e Tráfico Ilícito de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (ALPC) e do seu Plano de Acção**, a Comissão continuou a prestar assistência aos Estados-membros na luta contra as ALPC ilícitas. Em Novembro de 2013, a Comissão, em parceria com o Centro Internacional de Bona para a Conversão (BICC), convocou uma reunião transfronteiriça sobre DDR e Segurança Comunitária e Controlo de Armas (CSAC).

Lições Aprendidas do Sudão e Sudão do Sul e a Via a Seguir

113. Os dois países chegaram a um acordo sobre a necessidade de uma estreita colaboração para combater o tráfico transfronteiriço ilícito de ALPC. A Comissão tomou igualmente medidas para incentivar os Estados-membros a tornarem-se partes no Tratado de Comércio de Armas (TCA), que foi aberto à assinatura a 3 de Junho de 2013. Finalmente, nos dias 18 e 19 de Novembro de 2013, a Comissão realizou a 2ª reunião do Comité de Coordenação das Regiões da UA sobre ALPC e DDR, em Arusha. A reunião sublinhou a necessidade de reforçar a colaboração e a coordenação em apoio aos Estados-membros. Recomendou igualmente a criação de um Mecanismo de Coordenação Policial da UA (AFRIPOL), e solicitou à Comissão a apresentar a proposta aos órgãos decisórios competentes da UA, para apreciação.

2º PILAR: INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

114. Os fundadores da Organização da Unidade Africana (OUA) compreenderam, desde o início, que a independência política seria desprovida de sentido sem a transformação social e económica do continente. Ao longo de décadas, esta agenda de transformação foi integrada em vários planos continentais, tais como a Declaração de Monróvia, o Plano de Acção de Lagos, o Tratado de Abuja e a NEPAD, e foi traduzida nos diferentes quadros e estratégias da Política Sectorial da União Africana.

115. O Pilar da Integração, Desenvolvimento e Cooperação abrange os esforços da Comissão da União Africana (CUA) durante o ano de 2013, para levar avante esta agenda de transformação, através da facilitação da execução dos vários quadros políticos, de acordo com o seu mandato. Portanto, o pilar inclui o trabalho feito em relação à integração regional; desenvolvimento económico, social e do capital humano; infra-estruturas e agricultura durante o período em análise.

116. A implementação desta agenda de desenvolvimento de transformação exige uma cooperação a diversos níveis e vários intervenientes entre os países africanos, Comunidades Económicas Regionais, instituições africanas tais como a Comissão Económica das Nações Unidas para África e o Banco Africano de Desenvolvimento, o sector privado, a Sociedade Civil e cidadãos comuns. Requer igualmente compromissos e parceria africanos com o resto do mundo.

117. Dado o vasto âmbito deste Pilar, ele se subdivide em três áreas no 2º Plano Estratégico da CUA, a saber:

- Programa de Integração;
- Programa de Desenvolvimento; e
- Programa de Cooperação

118. Os três programas são transversais em termos de funções departamentais da CUA e estão interligados.

A. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO

119. O Acto Constitutivo da União Africana combina o motor para a integração económica do Tratado de Abuja e a unidade política da Carta da OUA num único projecto de integração.

120. O 2º Plano Estratégico abrange uma série de iniciativas de integração, incluindo a Integração Regional, através da Implementação Acelerada do Tratado de Abuja, Infra-estruturas e Desenvolvimento da Conectividade e Integração e Desenvolvimento do Capital Humano, e este relatório concentra-se nas iniciativas de integração durante 2013.

Integração Regional

121. Num esforço destinado a acelerar a integração continental e resolver alguns dos problemas críticos que tem impacto no seu ritmo e profundidade, o Departamento de Assuntos Económicos embarcou numa série de novas iniciativas ao longo de 2013, e continuou a executar algumas actividades já existentes, destinando-se todas elas a contribuir para a produção de resultados tangíveis e visíveis para o processo em curso. Estas incluíram a convocação da primeira reunião de consulta entre a CEDEAO, CEEAC, CEN-SAD e seus Estados-Membros, sobre a formação de um Segundo Bloco de CER Combinadas, nos termos da Decisão Assembly/AU/Dec.392 (XVIII), que apela para a criação de um segundo bloco, seguindo o exemplo do Acordo Tripartido COMESA-EAC-SADC. A reunião teve lugar à margem da Sexta Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Integração (COMAI VI), em Balaclava Fort, Maurícias, de 15 a 19 de Abril de 2013. Um dos principais resultados foi o desenvolvimento de um roteiro de implementação. Prevê-se que o Departamento organize uma reunião de negociação entre as CER em questão antes do fim do ano de 2013, o que, espera-se, irá culminar com a assinatura de um Memorando de Entendimento (MdE) e seguido por actividades de implementação correspondentes.

122. Um Estudo de Viabilidade sobre a Criação de um Fundo de Integração Africano foi lançado em Julho/Agosto de 2013, e prevê-se que seja concluído até Dezembro de 2013. Após a conclusão, o estudo será submetido a Sétima Conferência de Ministros Africanos Responsáveis pela Integração para sua análise e orientação sobre o caminho a seguir rumo ao estabelecimento concreto do Fundo. Um *workshop* de validação do estudo de viabilidade foi organizado nos dias 5 e 6 de Dezembro de 2013, em Joanesburgo, África do Sul. O principal resultado consiste de contribuições e comentários a serem incorporados no estudo antes de ser analisado pela Conferência Conjunta dos Ministros Africanos da Economia, Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico e Responsável pela Integração a ter lugar em Março de 2014, em Abuja, Nigéria.

123. O Departamento realizou igualmente a sua Sexta Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Integração de 15 a 19 Abril de 2013, em Balaclava Fort, Maurícias, subordinada ao tema "A Governação da Integração". As recomendações relativas às necessidades dos Estados sem acesso ao mar e insulares, bem como a necessidade de se criar um observatório de integração como um instrumento de Monitorização e Avaliação (M & A), para o processo de integração serão posteriormente implementadas como parte do programa de trabalho do Departamento para 2014. Neste sentido, o Departamento pretende realizar uma avaliação das necessidades de integração dos Estados sem acesso ao mar e insulares, com vista a desenvolver um programa de assistência especial. Irá igualmente iniciar o processo de desenvolvimento de um quadro de monitorização e avaliação do processo de integração.

124. Importante para a realização oportuna da integração continental é a coordenação dos principais intervenientes envolvidos no processo,

nomeadamente, a Comissão e as CER, e as suas relações de trabalho. Neste contexto, a Comissão da União Africana, os Directores Executivos das Comunidades Económicas Regionais (CER) e o Director Executivo da Agência da NEPAD realizaram um Retiro a 28 e 29 de Março de 2013 em eThekweni, África do Sul, com vista a fortalecer a coordenação e implementação das prioridades estratégicas do continente. Os principais resultados do Retiro de Durban incluíram a identificação de actividades fundamentais para cada ano, decorrentes do Programa de Integração Mínima (PIM), que devem ser implementadas em conjunto pelas CER e a CUA. Para este fim, foram criados vários Grupos de Trabalho, com Chefes de Grupos designados nas áreas de Infra-estruturas, Desenvolvimento de Competências, Género e Capacitação das Mulheres e Comércio e Industrialização.

125. No que diz respeito ao Tratado de Abuja, algumas Comunidades Económicas Regionais (CER) fizeram progressos em termos de livre circulação de pessoas e interconectividade de infra-estruturas e comércio. A Comunidade da África Oriental (EAC) e alguns países da COMESA estão na fase da União Aduaneira. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) tornou a livre circulação de pessoas, bens e serviços possível e a União Aduaneira está prevista para Janeiro de 2014. Da mesma forma, a SADC e a CEEAC concluíram a fase da Área de Livre Comércio. Nas outras CER o progresso é lento.

Integração e desenvolvimento da conectividade

Desenvolvimento de infra-estruturas

126. As infra-estruturas desempenham um papel fundamental e determinante na integração física e económica. Portanto, o desenvolvimento de infra-estruturas tem como objectivo, entre outros, expandir o acesso à energia a preços acessíveis para diferentes usos; expandir as redes de transporte regionais e continentais e reduzir os custos de transporte; expandir o acesso e reduzir o custo das TIC e aumentar a conectividade regional, continental e global nos transportes e nas TIC.

127. No entanto, o enorme deficit de África em termos de infra-estruturas e o tamanho do continente criam uma série de desafios, dentre os quais:

- A falta de harmonização das políticas, leis e regulamentos continentais, regionais e nacionais para facilitar projectos regionais e continentais.
- Capacidade inadequada de elaboração de projectos e de financiamento, levando a dilatação de prazos e a uma escassez de projectos viáveis para financiamento pelos bancos.
- Coordenação e cooperação inadequada na execução de projectos nacionais, regionais e continentais. Por exemplo, foram construídos

segmentos de Estradas Transafricanas (TAH) que correspondem às prioridades do país envolvido, mas aqueles segmentos que não se adequam às prioridades do país estagnaram.

- A natureza inerentemente complexa de acordos de financiamento para projectos regionais e continentais, dada a diversidade de actores e de quadros políticos nacionais.
- Capacidades institucionais inadequadas para executar projectos de infra-estruturas regionais e continentais, bem como a incapacidade dos Intervenientes de executar e respeitar os prazos de entrega. Esta questão da falta de competências constitui um dos principais desafios na qual a Comissão da UA priorizou a sua intervenção logo após a aprovação do Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA).

128. Para superar estes desafios e em harmonia com os Planos Estratégicos da CUA e as várias decisões dos Órgãos Deliberativos da UA, foram realizadas as seguintes acções gerais como soluções de médio e longo prazo, em colaboração com a APCN, CER, BAD, UNECA, Estados-Membros, instituições especializadas, e Parceiros de Desenvolvimento Regional:

- (i) Desenvolvimento de estratégias e quadros regionais/continentais para a harmonização da política e da regulamentação;
- (ii) Desenvolvimento de planos directores sectoriais (Transportes, Energia, Telecomunicações/TIC e Turismo)
- (iii) Apoio à implementação de projectos concretos no Programa Emblemático da UA/NEPAD;
- (iv) Coordenação das principais instituições africanas envolvidas em actividades sectoriais;
- (v) Promoção dos interesses de África no desenvolvimento da política de infra-estruturas global e de quadros reguladores; e
- (vi) Promoção de parcerias para o desenvolvimento de infra-estruturas integradas.

129. As principais actividades e realizações da Comissão no domínio do Sector e Subsector de Infra-estruturas são descritas nas secções a seguir:

Implementação do Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA) para Abordar a Lacuna de Infra-estruturas

130. O PIDA destina-se principalmente a facilitar a integração continental em África através da melhoria das infra-estruturas regionais e considera-se como sendo os planos directores de infra-estruturas continentais para cada sector de

infra-estruturas. O seu Plano de Acções Prioritárias (PIDA-PAP) é composto de 51 projectos prioritários/programas principais. O custo total do PIDA é 360 biliões de dólares americanos para o período 2012-2040. O PIDA-PAP, que abrange o período 2012-2020, irá custar 68 biliões de dólares.

131. Um Roteiro de implementação do PIDA-PAP para 2012 - 2013, aprovado em Fevereiro de 2012, encontra-se na fase de implantação e as suas principais realizações incluem:

- (i) A adopção e implementação de programa abrangente de capacitação dos parceiros, a saber, as CER, APCN e CUA para apoio à implementação eficaz e coordenada do PIDA-PAP. A mobilização dos recursos financeiros necessários está a ser encerrada, bem como o processo de assinatura de concessão de 8,9 milhões de dólares do BAD e 5 milhões de euros da República Federal da Alemanha;
- (ii) A adopção da Estratégia de Comunicação do PIDA e o lançamento do Centro de Informação Virtual do PIDA (VPic);
- (iii) Elaboração de fichas/perfis de projectos, com o objectivo de, entre outros, ter uma descrição abrangente e dados compilados de cada projecto como contribuição para a promoção do PIDA-PAP através de exposições itinerantes, plano estratégico de comunicação, mobilização de fundos e envolvimento do sector privado;
- (iv) Promoção e envolvimento do sector privado na implementação do PIDA, após a organização de reuniões e *workshops*. O Fórum Económico Mundial está comprometido a implementar projectos-piloto seleccionados entre os programas do PIDA-PAP;
- (v) Organização da Cimeira de Financiamento de Infra-estruturas de África em Janeiro de 2014, em Adis Abeba, Etiópia, com o objectivo de alcançar o encerramento financeiro para os projectos primeiros prioritários do PIDA-PAP;
- (vi) Operacionalização da Arquitectura Institucional para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (AIDIA), através de adopção do Regulamento Interno do Conselho para o Desenvolvimento de Infra-estruturas (CDI), do Grupo Consultivo sobre Infra-estruturas (GCI) e a organização de sua primeira reunião em Dezembro de 2013, durante a Conferência Financeira de Dakar (CFD);
- (vii) Promoção de projectos de resultados rápidos do Plano de Acção Prioritário do PIDA junto do Banco Islâmico de Desenvolvimento, a fim de acelerar a sua implementação;

- (viii) Apoio para o desenvolvimento do sector de transporte no âmbito do Acordo da Parceria ACP-Comissão Europeia;
- (ix) O encerramento financeiro será alcançado em breve, com o apoio do Banco Islâmico de Desenvolvimento, para o último troço que falta no Níger (Assamaka - Arlit: 220 km) da Estrada Trans-Saariana Argel-Lagos (TAH2). A implementação física está projectada para arrancar em Julho de 2014;
- (x) A recente Reunião de Doadores realizada em Dakar em 30 de Outubro de 2013, sobre o Projecto de Energia da OMVG (Organização para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Gâmbia) (Projecto Hidroeléctrico de Sambangalou e a Componente de Transmissão de Energia Eléctrica) prometeu um montante até 120 milhões de euros para o projecto. Estes 120 milhões de euros foram o único valor residual para OMVG obter financiamento para a estimativa do custo total do referido projecto.

Transporte e Turismo

132. **Transporte Aéreo:** A Comissão centrou a sua atenção sobre a rápida implementação da Decisão de Yamoussoukro (DY) quanto à Liberalização dos Mercados do Transporte Aéreo em África, de 1999, e sobre a Política Africana de Aviação Civil (AFCAP), aprovada em Janeiro de 2012. Na tentativa de acelerar a implementação da DY, a Comissão concluiu o quadro jurídico e regulamentar para um mercado de aviação africano único previsto na Decisão. Este compreende o seguinte:

- (i) Regulamentos para Concursos;
- (ii) Mecanismos de Resolução de Litígios; e
- (iii) Regulamentos para Protecção do Consumidor.

133. Além disso, a arquitectura do banco de dados da aviação africana já foi desenvolvido. Estes documentos serão submetidos à apreciação e aprovação na Terceira Sessão da Conferência da UA dos Ministros Africanos dos Transportes que se avizinha.

134. Em relação ao impacto negativo de algumas políticas estrangeiras de transporte aéreo, a Comissão procura concluir quadros conjuntos de cooperação no domínio da aviação que sejam mutuamente benéficos com os Parceiros Internacionais de África.

135. **Transporte Marítimo:** A Carta Africana de Transporte Marítimo Revista, aprovada pela Cimeira da UA em Julho de 2010, que define a política continental e o quadro estratégico para o desenvolvimento do transporte marítimo, exige o depósito de quinze (15) instrumentos de ratificação para a sua entrada em vigor. Até à data, 15 (quinze) países assinaram a Carta mas apenas quatro (4) a ratificaram. A Comissão enviou avisos aos Estados-membros para a assinatura e

ratificação da Carta, bem como para as CER e instituições especializadas para ajudarem em fazer o acompanhamento, inclusive a colocação da ratificação da Carta na agenda dos seus principais eventos na área do transporte.

136. Uma Reunião Marítima Africana foi organizada pelo sector privado a 24 e 25 de Outubro de 2013, em Joanesburgo, África do Sul. O evento reuniu entidades de gestão portuária, companhias de navegação, profissionais e empresas marítimas, bem como ministérios competentes de vinte e dois (22) países africanos para discutir o desenvolvimento e cooperação entre si, visando impulsionar o crescimento e desenvolvimento do sector ao longo das próximas décadas.

137. **Transporte Rodoviário:** A Comissão, em colaboração com a UNECA, CER e o Programa de Política de Transporte Subsariano (SSATP) e com apoio do Mecanismo de Facilitação do Comércio do Banco Mundial, concluiu a elaboração de padrões e normas comuns para Estradas Transafricanas, incluindo o Acordo Intergovernamental, sobre a matéria. Em acréscimo, as três organizações elaboraram em conjunto o projecto final da Carta Africana de Segurança Rodoviária. Estes documentos serão submetidos à próxima sessão da Conferência dos Ministros Africanos dos Transportes.

138. **Desenvolvimento de Corredores de Transporte:** Os pré-estudos de viabilidade de ligações rodoviárias e ferroviárias em falta nos corredores de transporte Dakar-N'djamena-Djibouti e Djibouti-Libreville, que são apoiados pelo Mecanismo de Preparação de Projectos de Infra-estruturas da NEPAD (NEPAD-IPPF), foram concluídos com sucesso em Abril de 2012. Os Relatórios Finais de ambos os estudos foram apresentados pelas respectivas empresas de consultoria à CUA, que é o Organismo Responsável pela Execução.

139. Além disso, a Comissão, em colaboração com as CER, instituições especializadas, BAD, UNECA e países envolvidos, fez estudos preparatórios sobre projectos que visam superar a falta de ligações de transporte nalguns dos grandes corredores, com o apoio de 10 milhões de euros concedidos pela UE no âmbito do Quadro de Parceria de Infra-estruturas África-UE (9º FED). Os estudos, que foram concluídos com êxito até o final de 2012, são:

- (i) Avaliação Continental da Implementação da Decisão de Yamoussoukro sobre a Liberalização dos Mercados dos Transportes Aéreos em África;
- (ii) Operacionalização da Instituição Executora da Decisão de Yamoussoukro;
- (iii) Pré-Estudo de Viabilidade do Corredor Beira-Lobito (TAH N° 9);
- (iv) Estudo de Transporte Regional da Estrada Transafricana N° 3 (Na Ponte Kinshasa-Brazzaville) com Pré-Estudo de Viabilidade da Estrada e Opções dos Portos Regionais;

- (v) Análise Abrangente de Mercados e Estudo de Opções para Implementação, Funcionamento e Financiamento da Linha Férrea de Cotonou-Niamey-Ouagadougou; e
- (vi) Actividade de Apoio Técnico e Apoio para o Projecto da Ponte da Gâmbia.

140. A CUA e outros intervenientes estão actualmente a abordar questões relacionadas com a sua implementação no âmbito do Plano de Acção Prioritário do Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas (PIDA-PAP).

Energia

141. **A Iniciativa de Hidroelétricas de África 2020:** Lançada em Fevereiro de 2011, a Iniciativa está a ser implementada e pretendia instalar pelo menos 10.000 MW de uma nova capacidade de geração de energia hidroelétrica até 2020. Em 2013, a capacidade total de produção de energia hidroelétrica em África é de 26.000 MW. A Comissão está a promover o rápido desenvolvimento das principais centrais hidroelétricas do continente, tais como o Grande Inga, com impacto regional e continental e capaz de contribuir para uma melhor segurança de energia para todas as partes do continente. A CUA participou activamente no *workshop* internacional sobre os resultados do estudo de viabilidade do Projecto Inga realizado em Setembro de 2013, em Kinshasa, RDC. A construção da primeira fase deste importante projecto, designado INGA III, está previsto para ser lançada em Outubro de 2015 e recomenda-se muito que haja solidariedade e cooperação africanas.

142. **Programa Geotérmico Regional da África Oriental:** Esta iniciativa abrange os países do Vale do Rift, desde Moçambique até Djibouti. Além das reuniões de coordenação dos Doadores, realizada em Hamburgo, Alemanha, e Adis Abeba, Etiópia, em Agosto e Outubro de 2012, respectivamente, a Comissão organizou uma outra reunião para o mesmo fim em Outubro de 2013 para criar sinergias entre os vários programas e mobilizar recursos adicionais para o Mecanismo de Mitigação de Riscos Geotérmicos (GRMF).

143. Para além do quadro do GRMF, a primeira ronda de pedido de financiamento foi lançada em Outubro de 2012 e incidiu sobre cinco países como uma fase-piloto, incluindo prospecções geotérmicas do Uganda, Quénia, Tanzânia, Etiópia e Ruanda. Cinco projectos provenientes de dois países qualificaram-se e serão atribuídos fundos do GRMF, ou seja, o estudo de superfície de Dofan e o projecto de perfuração de Corbetti, da Etiópia, e três outros projectos de perfuração do Quénia, a saber: Bogoria-Silali, Longonot e Suswa. O total dos fundos do GRMF a ser concedido é de cerca de 22 milhões de dólares americanos. A cerimónia de assinatura da Subvenção do GRMF para o Projecto de Longonot, no valor de 6 milhões de dólares, foi realizada em Nairobi, Quénia, em 27 de Novembro de 2013. A segunda ronda de pedido de financiamento foi lançada em 21 de Outubro de 2013 e está aberta para onze países, incluindo o Burundi, Comores, Eritreia, RDC, Djibuti, Uganda, Quénia,

Tanzânia, Etiópia, Ruanda e Zâmbia. A CUA está em negociações com o DFID/UK para o financiamento adicional do GRMF de modo a apoiar mais países e projectos na região.



144. **Parceria África-UE no Domínio da Energia (AEEP):** A Comissão está a implementar a Parceria e fazer acompanhamento dos avanços registados para o alcance das metas políticas acordadas para 2020, de 10.000 MW em hidroelétricas, 5.000 MW de energia eólica, 500 MW de energia solar e triplicando a capacidade instalada de outras fontes de energia renováveis. Duas actividades principais realizadas foram a organização das reuniões da Equipa Africana de Implementação e do Grupo Misto de Peritos, em Setembro e Novembro de 2013, respectivamente, com o objectivo de preparar a 2ª Reunião de Alto Nível da AEEP, agendada para 12-13 Fevereiro de 2014 em Adis Abeba, Etiópia. A fim de melhorar a AEEP, foram feitas as seguintes principais recomendações:

- (i) Prioridade de harmonização da Parceria África-Europa para Energia (AEEP) com o processo PIDA (fundamentalmente porque o PIDA é uma iniciativa africana e centra-se sobre as infra-estruturas de energia). Além disso, a AEEP deve apoiar a implementação dos projectos prioritários africanos de energia para se alcançar os objectivos da iniciativa SE4ALL;

- (ii) Os projectos prioritários regionais poderiam ser propostos e rotulado no âmbito da e apoiados pela AEEP, a fim de dar mais-valia à parceria; e
- (iii) Uma forte necessidade de atrair empresários africanos locais para participar no investimento do sector de energia ou de negócios.

145. **Quadro de Políticas e Estratégia de Bioenergia:** A 2ª Reunião do Grupo de Peritos de intervenientes, realizada em Outubro de 2012, validou o Quadro de Políticas e Directrizes de Bioenergia de África. O projecto do quadro de políticas e directrizes foi aprovado pela última reunião da CEMA, juntamente com uma Resolução. O Quadro e as Directrizes estão em processo de divulgação. Um *workshop* para a integração do referido Quadro foi co-organizada em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA) em Nairobi, Quénia, de 16 a 18 Setembro de 2013.

146. **Sistema de Informação de Energia de África e Banco de Dados:** A Comissão Africana de Energia (AFREC) concebeu, criou e actualizou um banco de dados africano de energia e facilitou uma rápida disseminação e troca de informação entre os Estados-membros, bem como entre as CER, com apoio da Comissão através da AEEP. No seu Ciclo de 2013 de formação regional sobre estatísticas de energia para os Pontos Focais Nacionais da AFREC, este organismo, em associação com IEA e os Ministérios de Energia em alguns Estados-membros organizaram as seguintes sessões:

- (i) Brazzaville, Congo, em Setembro de 2013, para a Região da África Central;
- (ii) Joanesburgo, África do Sul, em Outubro de 2013, para a Região da África Austral;
- (iii) Acra, Gana, em Novembro de 2013, para a Região da África Ocidental; e
- (iv) Adis Abeba, Etiópia, em Dezembro de 2013, para as Regiões da África Oriental e do Norte.

147. **Estudo da Energia Solar:** Sob direcção da Comissão, a AFREC concluiu a I Fase da Decisão da Conferência Assembly/AU/Res.2 (XIV) relativa à preparação de um estudo sobre o Potencial da Energia Solar para Geração de Electricidade no Deserto do Saara, na África do Norte. A primeira fase do estudo foi aprovada pelo Conselho Executivo em Janeiro de 2011, enquanto em relação à Segunda, ela está em curso e abrange 28 países das Regiões da África Austral, Oriental e Central.

148. **Formação e Capacitação:** A AFREC, com o apoio financeiro da Comissão, organizou cinco seminários de capacitação em tecnologias de energias renováveis para beneficiar engenheiros e formuladores de política de energia africanos desde Março de 2010, incluindo formação em matéria de avaliação dos Recursos de Biocombustíveis em África, em associação com a Comissão de Energia da Nigéria, Abuja, Nigéria, (Dezembro de 2013).

149. **Implementação das Resoluções da Segunda Conferência da UA dos Ministros Responsáveis pela Energia em África (CEMA), 12-16 Novembro de 2012:** A Conferência decidiu aprovar o Regulamento Interno da CEMA e solicitou a CUA para submetê-lo à próxima reunião do Conselho Executivo da UA para adopção. Além disso, a Conferência aprovou as seguintes principais recomendações:

- Convidar os Estados-membros a estabelecer os seus bancos de dados nacionais de energia que podem ser conectados ao sistema principal da AFREC visando facilitar a troca de informações numa rede de dados continental;
- Solicitar a CUA, APCN e o BAD para coordenar e facilitar a implementação da Iniciativa de Energia Sustentável para Todos (SE4ALL) em África e encorajar todos os países africanos a aderir esta Iniciativa;
- Os países devem adoptar medidas a nível nacional e regional para acelerar a implementação da PAP de Energia do PIDA e abordar as barreiras regulamentares e institucionais para a adopção de estruturas de projectos inovadores e procedimentos de aquisição que são mais susceptíveis de se adaptar a projectos multinacionais;
- Realizar uma avaliação dos recursos energéticos renováveis para países que ainda não o fizeram;
- Lançar um apelo aos parceiros de desenvolvimento para a mobilização de fundos adicionais para o Mecanismo de Mitigação de Riscos Geotérmicos, a fim de abranger todos os países da África Oriental e Central;
- Os países africanos devem aderir à criação de ambiente jurídico, regulamentar e político propício para Parcerias Público-Privadas (PPPs) e IPPs e reforçar a sua capacidade institucional para implementar PPPs e IPPs;
- Os governos são solicitados a realizar reformas no sector de energia a longo prazo, a fim de melhorar o seu desempenho global, melhorar a idoneidade dos serviços, atrair mais investimentos e experiências do sector privado e reduzir o custo da energia para os consumidores;
- Finalmente, a Conferência adoptou cinco resoluções, a saber:
 - (i) Iniciativa da ONU sobre Energia Sustentável Para Todos (SE4ALL);
 - (ii) Quadro de Políticas e Directrizes de Bioenergia de África;

- (iii) Implementação do Plano de Acção Prioritário do PIDA para a Energia;
- (iv) Financiamento do Investimento e o Papel da PPP no desenvolvimento de energia renovável; e
- (v) Banco de dados Africano e Sistema de Informação de Energia.

150. As resoluções estão em implementação.

Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC)

151. Em relação à Comunicação e Tecnologias de Informação (CIT), que incluem Telecomunicações/TIC, serviços de radiodifusão e postais, as principais realizações durante o período em causa são as seguintes:

152. **Projecto do Nome do Domínios Geográficos de Topo (gTLD) *DotAfrica* (.África):** Através de um processo de licitação, a ZACR/UniForum SA foi seleccionada para requerer e iniciar o projecto *DotAfrica* (.África). Uma série de esforços, tempo, energia e recursos foram gastos na aplicação da CUA para o *DotAfrica*. Para o efeito, foram iniciadas as seguintes actividades:

- Em Maio de 2013, o Conselho de Sociedade da Internet para Nomes e Números Atribuídos (ICANN) aceitou o conselho do Comité Consultivo Governamental (GAC) para considerar o *DotAfrica* apenas o pedido aprovado pela CUA. Meados de Maio de 2013 foi o prazo fixado para notificar o requerente sobre a evolução inicial. Ao invés disso, uma série de Perguntas de Esclarecimento (PE), principalmente no que diz respeito a cartas de apoio dos Estados-membros como parte do pedido foi recebida no início de Junho de 2013.
- Negociações havidas entre a ICANN e a CUA permitiram a ICANN comunicar a avaliação inicial do *DotAfrica* em 3 de Julho de 2013. Este acontecimento representou o marco mais importante na implementação de *DotAfrica*. Ao mesmo tempo, a ZACR iniciou a fase de negociação do contrato com a ICANN para a acreditação final e execução. Esperava-se que até ao primeiro trimestre de 2014, o *DotAfrica* esteja em funcionamento. Portanto, em preparação para o *DotAfrica*, a Comissão da UA, em colaboração com ZACR, está a preparar a Política do Nome Reservado para todos os Estados-membros.

153. **Projecto de Sistemas Africanos de Intercâmbio de Internet (AXIS):** O projecto AXIS é financiado pela Agência de Desenvolvimento de Luxemburgo e implementado pela CUA, e visa manter o tráfego da Internet de África local, estabelecendo Pontos Nacionais e Regionais de Intercâmbio de Internet (IXP) -

que devem poupar mais de 500 milhões de dólares a África. As actividades implementadas centraram-se no desenvolvimento de capacidade de apoio ao estabelecimento de Pontos Nacionais de Intercâmbio de Internet da seguinte forma:

- (i) Foram organizados e realizados *Workshops* sobre as Melhores Práticas dos IXP em vinte (20) Estados-membros (EM) da UA. Os 20 Estados-membros chegaram a um consenso para estabelecer Pontos Nacionais de Intercâmbio de Internet;
- (ii) Foram organizadas e realizadas sessões de Formação sobre Aspectos Técnicos da Criação, Funcionamento e Geração de Pontos de Intercâmbio de Internet em treze (13) Estados-membros da UA;
- (iii) Um total de 256 participantes foi atribuído certificados sobre os Aspectos Técnicos de Criação, Funcionamento e Geração de IXP.

154. Liderança Africana no Programa das TIC (ALICT): A AUC, o Governo da Finlândia e a Iniciativa Global e-Escolas e Comunitária (GeSCI) assinaram um Memorando de Entendimento tripartido para implementar a primeira fase da Liderança Africana no Domínio das TIC. Em 2012, cento e trinta (130) funcionários do sector público abrangendo vários Ministérios da África Oriental e Austral receberam Certificados de Capacitação Profissional em Liderança no Domínio das TIC e Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento. Em 2013, uma segunda cerimónia de atribuição de certificados do curso em ALICT leva o número a totalizar 213 graduados de 12 países da África Oriental e Austral, e 9 funcionários da Comissão da UA. A segunda fase do projecto será estendida a outras regiões da UA e começaria em Fevereiro de 2014.

155. Transição da Televisão Terrestre Analógica para Digital: O prazo para desligar a transmissão analógica em África é de 17 Junho de 2015. A CUA lançou um projecto para promover o processo de transição digital e foram alcançados as seguintes acções:

- (i) Relatório de avaliação da apreciação do processo em África foi concluído;
- (ii) Orientação de referência para a elaboração do documento de estratégia de transição para a televisão digital; e
- (iii) *Workshop* sobre a gestão do espectro moderno do uso após a transição.

Harmonização de Políticas e Regulamentos Postais e Estratégias para o Desenvolvimento Postal

156. As actividades implementadas são:

- (i) A conclusão de um Estudo em matéria de Elaboração de Orientações sobre o Tratamento e Sistemas de Códigos Postais
- (ii) Foi implementado o Estudo sobre Orientações para o Desenvolvimento de Serviços Electrónicos Postais em África, como continuação e extensão do estudo da União Postal Universal (UPU) sobre a *"Medição do Desenvolvimento do Serviço Postal Electrónico: esta a ser desenvolvida Uma Perspectiva Global"*, com incidência nas perspectivas africanas, com a finalidade de propor directrizes e estratégias.

157. Rede Electrónica Pan-Africana (PAeN) para Telemedicina e Tele-Ensino: A partir de Dezembro de 2013, o ponto de situação da implementação resume-se no seguinte:

- (i) Foi instalada a Rede em 48 Estados-membros;
- (ii) Mais de 12.000 Estudantes estão a prosseguir os seus estudos através da rede; e
- (iii) Foram feitas 552 consultas médicas num período de dois anos.

Via a seguir sobre Infra-estruturas

158. Como caminho geral a seguir, a curto e médio prazos, a Comissão, no que diz respeito a infra-estruturas, prosseguirá a sua missão com incidência no seguinte:

- Estreita monitorização e fiscalização da implementação dos projectos do Plano de Acção Prioritário (PAP) do PIDA. Para este fim, é necessário que os Estados-membros contribuam para os Fundos de Preparação dos Projectos;
- Reforçar a capacidade das CER no âmbito da operacionalização da Arquitectura Institucional para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (IAIDA), para ajudá-las a implementar o projectos PIDA-PAP;
- Fazer o acompanhamento com os Estados-membros para acelerar a ratificação e integração das políticas regionais e continentais acordadas/adoptadas nos seus quadros nacionais.
- Envolver os Estados-membros quanto à necessidade de priorizar o projecto PAP do PIDA nos seus planos prioritários nacionais;
- Garantir que a liderança da Comissão da UA, em colaboração com a do BAD, realize uma forte advocacia ao nível dos Estados-membros no sentido de mobilizar recursos para a preparação dos projectos; e

- Envolver o sector privado no processo de execução dos projectos PAP-PIDA, dentro do quadro jurídico existente para determinados projectos considerados principais.

B. INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

Segunda Década de Educação em África

159. O Plano de Acção para a Segunda Década da Educação em África (2006-2015) incide sobre as seguintes áreas prioritárias: Género e Cultura, Sistemas de Informação de Gestão da Educação; Desenvolvimento Profissional do Professor; Ensino Superior; Ensino Técnico-Profissional e Formação; Desenvolvimento Curricular e Questões Relacionadas com Materiais Didácticos; e Gestão da Qualidade. Este relatório de desenvolvimento do capital humano incide sobre iniciativas tomadas em 2013 para levar avante o Plano de Acção numa altura em que a década avança para o seu encerramento em 2015.

Ensino Superior

160. **A Universidade Pan-Africana (UPA):** Desde o lançamento oficial da UPA em 2011, a Comissão já registou vários marcos na busca do estabelecimento da principal instituição de pesquisa de África. Os estudantes pioneiros nos primeiros três institutos (Quénia, Nigéria e Camarões) estão quase a concluir o seu primeiro ciclo académico e, em 2013, foi feito o segundo convite para estudantes, pessoal académico e não académico para o ciclo de 2014/2015.

161. A Cimeira de Maio de 2013 aprovou o Estatuto da UPA. Aprovou igualmente a sua estrutura inicial, incluindo um número limitado de pessoal necessário para permitir que a Universidade comece a funcionar como uma instituição autónoma até o final de Junho de 2014. A Comissão assinou acordos com os governos anfitriões, universidades de acolhimento e principais parceiros. O Banco Africano de Desenvolvimento, através do seu conselho de direcção, aprovou a concessão de 45 milhões de dólares para um período de cinco anos destinada a apoiar os três primeiros institutos e a fortalecer a Reitoria. Foi assinado um acordo de 20 milhões de euros para um período de cinco anos com o Governo alemão, especificamente para apoiar o Instituto da UPA das Ciências de Águas e Energia.

162. O financiamento sustentável da Universidade Pan-Africana continua a ser um desafio. A estratégia de mobilização de recursos adoptada exige que um terço do apoio financeiro e de outra natureza para a UPA provenha dos Estados-membros através da CUA, enquanto um terço vem do governo anfitrião, em colaboração com as respectivas Comunidades Económicas Regionais (CER), e um terço mobilizado do principal parceiro temático e outros principais patrocinadores. Por conseguinte, prevê-se que o apoio dos Estados-membros seja tido em conta no próximo orçamento do programa. Isto é importante para garantir que os estudos não sejam interrompidos por atrasos no pagamento de

bolsas e taxas de pesquisa para os estudantes, e que os funcionários sejam bem apoiados.

163. **O Programa Nyerere:** O Programa Nyerere consiste de três aspectos, a saber: o básico, alargado e as bolsas estudo África-Índia. No âmbito do Programa Nyerere básico, um total de 43 estudantes receberam bolsas de estudo, dos quais 34 se graduaram em 2013. Enquanto isso, para promover a participação activa das mulheres jovens, uma bolsa especial somente destinada a candidatos do sexo feminino foi lançada em 2013 para estudos ao nível de Mestrado. Decorre uma correspondência com as candidatas pré-seleccionadas para facilitar os preparativos para atribuição das bolsas de estudo.

164. No âmbito do Programa Nyerere alargado, 15 redes de universidades, envolvendo 120 universidades de 29 Estados-membros se qualificaram para uma concessão total de quase 35 milhões de euros, destinada a apoiar a mobilidade académica intra-africana. Deste montante, 17,5 milhões de euros foram desembolsados em 2013, sendo o terceiro o apelo intra-ACP, envolvendo sete parcerias.

165. No tocante às bolsas África-Índia para a Agricultura, 114 estudantes africanos de 24 países africanos estão a ser beneficiados, encontrando-se a estudar em 28 Universidades Agrícolas Indianas. Neste momento, decorre a selecção dos candidatos para o ano lectivo 2013/14.

166. **Harmonização do Ensino Superior em África:** Para implementar a Estratégia de Harmonização da UA para o Ensino Superior, a Comissão está a trabalhar para garantir que a Convenção de Arusha Revista seja aprovada através das estruturas competentes da UA. Em colaboração com a Comissão Europeia, um projecto-piloto para o desenvolvimento de currículos universitários harmonizados, utilizando a Abordagem de Ajuste Europeia, foi concluído com sucesso em Outubro de 2013, envolvendo 60 universidades africanas. O projecto será avaliado antes da implementação em grande escala.

167. Enquanto isso, uma Ferramenta Online para o Mecanismo Africano de Avaliação da Qualidade (AQRM) foi finalizada visando permitir as universidades africanas a se auto-avaliarem online utilizando o instrumento. O desenvolvimento de um Quadro de Garantia da Qualidade e Acreditação Continental foi igualmente iniciado conforme as instruções da Cimeira de Janeiro de 2013. Em Abril de 2013, foi realizado em Adis Abeba, Etiópia, um *workshop* sobre a Criação de uma Agência de Acreditação Continental para o Ensino Superior em África tendo como objectivo discutir possíveis modalidades de funcionamento.

Desenvolvimento Profissional do Professor

168. As reuniões da Mesa da Quinta Conferência da União Africana dos Ministros da Educação (COMEDAF V) e da Terceira Conferência Pan-Africana sobre o Desenvolvimento do Professor (PACTED III) foram realizadas em Julho de 2013, em Adis Abeba, Etiópia. Membros da Mesa COMEDAF

comprometeram-se a facilitar a identificação dos membros do Conselho Universitário Pan-Africano. Comprometeram-se igualmente a identificar os membros das Comissões da COMEDAF sobre Ensino e Formação Técnico-Profissional (TVET) e Ensino Superior. Foi adoptado um roteiro para fazer face aos desafios da qualidade e quantidade de professores em África, bem como monitorização e avaliação durante a Reunião do PACTED III.

Género e Cultura

169. **Instituto Pan-Africano de Educação para o Desenvolvimento (IPED) e Centro Internacional para a Educação da Rapariga e da Mulher em África (CIEFFA):** A Comissão está no processo de recrutamento do pessoal para o Instituto Pan-Africano de Educação para o Desenvolvimento (IPED), em Kinshasa e para o CIEFFA em Ouagadougou. Decorrem igualmente esforços para se obter um acordo dos Estados-membros que faziam parte do Comité Executivo do IPED para facilitar a compensação da dívida em curso de cerca de 2,7 milhões de dólares. O IPED era inicialmente um instituto da Organização de Unidade Africana (OUA), originalmente conhecido como o Bureau Africano de Ciências de Educação (ABES)/Bureau Africaine des Sciences de l' Education (BASE). Os Estatutos do IPED/ABES foram ratificados por onze (11) Estados-membros, nomeadamente: Angola, Benin, Burkina Faso, República Centro Africano, Congo, Gabão, Gâmbia, Guiné, República Democrática do Congo, Senegal e Sudão. Estes países faziam contribuições regulares ao IPED/ABES, embora a Organização de Unidade Africana (OUA), na altura, atribuisse igualmente subsídios. Ao transformar a ABES em IPED, a OUA encerrou vários escritórios e terminou os contratos de uma série de funcionários. A dívida de 2,7 milhões de dólares representa o custo total para cobrir os direitos de desvinculação de trabalhadores. Portanto, o pagamento desta dívida é primordial para IPED a fim de habilitá-lo realizar a sua importante tarefa de Observatório Africano de Educação e, ao mesmo tempo, encarregar-se dos Sistemas de Informação de Gestão da Educação, em colaboração com o CIEFFA.

170. O maior desafio no que diz respeito à implementação do programa de educação continua a ser o financiamento, uma vez que 50% do orçamento aprovado para a educação não foi atribuído. Para ser mais preciso, não houve nenhum financiamento para o Desenvolvimento Profissional do Professor e o Observatório Africano da Educação no ano de 2013.

Estratégia da UA para a Ciência, Tecnologia e Inovação para África 2024 (STISA-2024):

171. A Mesa da AMCOST IV recomendou, em 2012, que a Comissão fizesse uma revisão do Plano de Acção Consolidado da Ciência e Tecnologia de África (PAC). Tratava-se de uma execução directa de uma disposição do PAC de proceder a sua revisão após um período de cinco anos. O processo de revisão foi

feito por um Grupo de Trabalho⁶ e foi coordenado pela Comissão e Agência da NEPAD, sob a supervisão de um Painel de Alto Nível de destacados cientistas africanos. A revisão resultou no desenvolvimento de uma nova Estratégia da UA para a Ciência, Tecnologia e Inovação para a África 2024 (STISA 2014-2024), que foi concebido em torno da Visão da União Africana. A estratégia coloca a ciência, tecnologia e inovação no centro do desenvolvimento social e económico de África e é concebido por forma a responder aos desafios em todos os sectores. O STISA 2014-2024 faz parte de estratégias decenais no âmbito da Agenda Global da União Africana a longo prazo conhecida por Agenda 2063.

172. A STISA 2014-2024 procura abordar seis áreas prioritárias, a saber:

- Erradicar a fome e alcançar segurança alimentar e nutricional;
- Prevenir e controlar doenças e garantir bem-estar;
- Comunicação (Física e Intelectual);
- Proteger o nosso espaço;
- Criar Riqueza; e
- Viver em conjunto, Criar Comunidade.

173. O primeiro projecto da estratégia foi apreciado pela 5ª Sessão Ordinária da AMCOST na República do Congo, em 2012, que mandou a sua Mesa para agilizar o processo de revisão e apresentar o documento final aos Órgãos Deliberativos relevantes da UA. A Mesa da AMCOST V reuniu-se em Outubro de 2013 e aprovou a estratégia. A STISA 2014-2024 será implementada em fases, durante um período de uma década. Depois de criar os requisitos institucionais durante a primeira fase, as fases subsequentes são dedicados à implementação da estratégia através de programas de mobilização. A estratégia será implementada a nível nacional, regional e continental. A governação da STISA 2014-2024 é inclusiva, na qual todos os intervenientes têm um papel a desempenhar.

174. **Programa de Subsídio da União Africana para Investigação:** Após o lançamento, com sucesso, de dois apelos sucessivos para apresentação de propostas, em colaboração com a Comissão Europeia no âmbito da Cooperação África-UE, foram concedidos subsídios que variam de 500.000 a 750.000 euros a 20 instituições principais para fazer investigação em 46 locais em África, envolvendo uma rede de 54 instituições de investigação estabelecidas entre África e Europa. O programa presta apoio a investigação na Pós-Colheita e Agricultura; Energia, Energia Renovável e Sustentável e Água e Saneamento. A Comissão está actualmente a fazer a monitorização e avaliação destes projectos. O objectivo a longo prazo do Programa de Subsídio para Investigação é de estabelecer um instrumento financeiro pan-africano sustentável para subsídios de investigação competitivos destinados a apoiar a implementação da Agenda Africana de Ciência, Tecnologia e Inovação, particularmente a STISA 2024. Até

⁶ Os membros do Grupo de Trabalho são a Comissão da UA, Agência da NEPAD, UNESCO, UNECA, *Academia Africana de Ciências*, Banco Africano de Desenvolvimento, Escritório Regional do ICSU e as CER.

agora, o programa recebeu financiamento da 10^a Dotação Global intra-ACP do FED e os países africanos precisam ser mobilizados para apoiarem o programa.

175. **Prémio Científico Kwame Nkrumah da União Africana:** O Prémio Científico Kwame Nkrumah da UA é uma destas iniciativas e destina-se a atribuir prémios científicos aos cientistas africanos destacados a nível nacional, regional e continental. Dentro dos últimos 12 meses, 13 prémios foram atribuídos a nível nacional a jovens cientistas, em parceria com a Academia Mundial de Ciências, 4 prémios foram atribuídos a nível regional, sob a supervisão das Comunidades Económicas Regionais, e durante a Cimeira de Maio de 2013, foram atribuídas 2 prémios continentais.

176. **Programa Espacial da União Africana:** A Comissão iniciou duas grandes actividades no âmbito do domínio espacial, nomeadamente:

- Desenvolvimento de Política e Estratégia Africanas sobre a Ciência e Tecnologia Espacial pelo Grupo de Trabalho da UA sobre o Espaço; e
- Elaboração de um Programa Global de Monitorização para Meio Ambiente e Segurança (GMES) e do Plano de Acção de África.

177. Um Grupo de Trabalho Espacial foi criado em harmonia com a AMCOST IV. O mesmo é composto por dois países por região e que sejam membros da Conferência de Liderança Africana (CLA) sobre a Ciência e Tecnologia Espacial, e que possuam Agências e Programas Espaciais Nacionais. Os países são a Argélia e Egipto (África do Norte), Nigéria e Gana (África Ocidental), Congo e Camarões (África Central), Quênia e Tanzânia (África Oriental) e Namíbia e África do Sul (África Austral). O grupo produziu um projecto de Política Espacial e um quadro para o desenvolvimento da Estratégia Espacial.

178. Como seguimento ao desenvolvimento do GMES e do Plano de acção de África, a Comissão acordou com os seus parceiros em identificar algumas áreas temáticas em que se deve trabalhar em primeiro lugar. Neste sentido, nós acordámos o seguinte:

- *Áreas Marinha e Costeira;*
- *Gestão dos Recursos Hídricos; e*
- *Gestão dos Recursos Naturais.*

179. Foram realizados *workshops* para estas áreas temáticas e os seus respectivos capítulos desenvolvidos.

180. **Diálogo Político de Alto Nível África-UE sobre CTI:** A Comissão convocou várias reuniões durante o ano com a sua contraparte europeia no âmbito do Diálogo Político de Alto Nível (DPAN) sobre Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) para encontrar formas para a implementação das recomendações da primeira reunião do DPAN, que teve lugar Novembro de 2012 em Adis Abeba, Etiópia.

181. **1ª Reunião da Mesa da Quinta Sessão Ordinária da AMCOST V:** A Comissão organizou a primeira reunião da Mesa da Quinta Sessão Ordinária da Conferência Ministerial da União Africana de Ciência e Tecnologia (AMCOST V) em Adis Abeba, Etiópia, no dia 4 de Outubro de 2013. A reunião foi precedida pela dos Altos Funcionários que teve lugar de 1 a 3 de Outubro de 2013. A conferência discutiu, entre outras questões, o relatório de actividades sobre a implementação do Plano de Acção Consolidado (PAC) de Ciência e Tecnologia de África, a revisão do PAC e o Projecto da Estratégia da UA da Ciência, Tecnologia e Inovação para a África 2014-2024 (STISA-2024) bem como a implementação das Decisões da União Africana (UA) sobre a cooperação científica e tecnológica. A Mesa aprovou a STISA-2024 e solicitou a CUA para ter em conta as suas observações e apresentar a versão final da estratégia aos competentes Órgãos Deliberativos da UA para garantir que ela se torne efectiva em 2014. Concordaram ainda em fazer o lançamento da STISA-2024 em Brazzaville, República do Congo, em meados de Fevereiro de 2014, antes da AMCOST VI, agendada para o mesmo ano.

182. **As Ciências da Vida e Terra (Unidade de Biossegurança):** A decisão da Cimeira da UA de Janeiro de 2011, dentre outros assuntos, estipulou que as questões relativas à biodiversidade devem ser consideradas entre as prioridades da Comissão. Dada a importância dos objectivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) (à qual quase todos os países africanos são Partes) sobre a conservação e uso sustentável, em especial a partilha justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos, a Conferência Ministerial da UA sobre o Meio Ambiente (AMCEN), na sua 14ª Sessão, decidiu igualmente estabelecer um mecanismo de coordenação formal para o Grupo Africano de Negociadores sobre a Biodiversidade.

183. Em resposta, a Comissão está a desenvolver directrizes para a implementação coordenada do Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Partilha de Benefícios (APB). Para este efeito, estabeleceu-se uma cooperação entre RHCT e GIZ e foi recebido um subsídio para 2013 destinado a realizar as actividades relacionadas ao acima exposto e ao processo de validação do Projecto de Directrizes da UA pelos seus Órgãos Deliberativos.

Política da Juventude: Carta Africana da Juventude e actividades afins

184. **Ratificação e Relatórios sobre Carta da Juventude:** Em 2013, três Estados-membros (Benin, Etiópia e Tanzânia) anunciaram a ratificação da Carta da Juventude, mas a CUA aguarda o depósito dos instrumentos da sua ratificação. Isto levará o número total de ratificações e depósitos a 36. 41 Estados-membros assinaram a Carta Africana da Juventude como um passo para a implementação das Decisões da Cimeira de Malabo, que apelou aos Estados-membros para a sua implementação e mandatou a Comissão para apoiar o seu enquadramento jurídico ao nível nacional, bem como monitorar e reportar juntamente com o Mecanismo Africano de Avaliação de Pares (MAAP). Na implementação da Decisão do Malabo, a Comissão reuniu-se com o MAAP em Abril de 2013, para garantir que a Carta da Juventude esteja incluída como parte

dos seus indicadores de avaliação. A Comissão elaborou os indicadores para monitorização e preparação de relatórios sobre as realizações nos Estados-membros, mas aguarda aprovação pelos Ministros sectoriais competentes. Os indicadores serão igualmente utilizados por todos os Estados-membros para acompanhar o estado de implementação do desenvolvimento da juventude nos seus respectivos países.

185. Integração da Juventude em toda a CUA: Em harmonia com o novo Plano Estratégico 2014-2017 e a prioridade 5 da Comissão, o "Projecto das Directrizes para a Integração da Juventude nas Actividades da União Africana e de Âmbito Continental" foi desenvolvido durante o período em análise e aguarda a validação e aprovação pela Comissão.

186. Revisão da Estratégia Africana de 2007 sobre Desenvolvimento de Competências e Ensino Técnico-Profissional e Formação (TVET): A revisão de 2013 da estratégia africana do TVET está a ser realizada com o objectivo de desenvolver critérios mínimos e as normas para os centros de Formação Técnico-Profissional em toda a África, com incidência especial nos centros de Formação Técnico-Profissional no período pós-conflito.

187. A CUA patrocinou a participação de 12 jovens empresários para participar na formação em Agri-Negócio na Índia, em Setembro de 2013, sobre as mais recentes tendências e tecnologias do sector.

188. Corpo de Jovens Voluntários da União Africana (AU-YVC) 2013: O Corpo de Jovens Voluntários é um dos programas emblemáticos da Comissão. Promove a participação dos jovens no desenvolvimento, reforço de capacidades dos jovens em diversas áreas de competências e capacitação de jovens através de formação, serviços e competências, inspirados pelo Pan-Africanismo e pela Carta Africana da Juventude. Em 2013, a Comissão enviou 40 jovens profissionais a mais de 10 Estados-membros da UA. Isto leva o número total de voluntários da UA, desde que o programa começou em 2011, para 76 (36 mulheres e 40 homens).

189. O quarto lote de formação de AU-YVC decorreu em Debre-Zeit, Etiópia, em Maio de 2013, de modo a coincidir com o 50º Aniversário da OUA/UA. 50 potenciais voluntários receberam orientação e formação sobre os valores pan-africanos, voluntariado e liderança. Dois lotes de voluntários (14 no total) foram enviados para o Japão no primeiro intercâmbio jamais acontecido entre África e Japão, em que voluntários africanos estão a servir no norte global. Antes do seu envio para o Japão, os voluntários foram exigidos a completar 12 meses de serviço num país africano que não o seu.

190. Mesa da Conferência Africana dos Ministros Responsáveis pela Juventude (COMY VI): Os membros da Mesa da Conferência Africana de Ministros Responsáveis pela Juventude (COMY) reuniram-se em Agosto de 2013, em Brazzaville, República do Congo, para avaliar o progresso continental registado sobre as decisões ministeriais e o nível de implementação das

recomendações. A reunião solicitou a CUA para acelerar a revisão da estratégia de TVET, já que esta é fundamental para atacar o desemprego dos jovens. A revisão da estratégia do TVET foi concluída em Dezembro de 2013. A COMY solicitou, igualmente, uma acção urgente para finalizar os indicadores sobre a Carta Africana da Juventude para submissão à próxima Conferência de Ministros do sector em Abril de 2014.

191. A reunião da Mesa da COMY em Brazzaville recebeu igualmente relatórios sobre os eventos de jovens durante o 50º Aniversário e outros eventos, tais como a formação de voluntários, o fórum da juventude e o diálogo intergeracional.

192. A Comissão organizou igualmente uma consulta com a juventude durante o Dia Africano da Juventude, a 1 de Novembro de 2013, em Túnis, Tunísia, tendo como tema do Dia deste ano - "*Juventude em Acção Rumo a Agenda 2063*". As consultas proporcionaram aos jovens a oportunidade de afirmar o papel que podem desempenhar na conceituação e implementação da Agenda 2063.

Integração e desenvolvimento de capacidades produtivas das economias e instituições financeiras africanas

Questões Comerciais e Industriais

193. **Reunião da CAMI 20 e da Mesa da CAMI:** O Plano de Acção para a Aceleração do Desenvolvimento Industrial de África (AIDA), que foi adoptado pela Cimeira da UA em 2008, constitui o modelo de desenvolvimento industrial de África. Para fazer avançar a Agenda da AIDA, a Comissão, em colaboração com a ONUDI e a UNECA, organizou a 20ª Sessão da Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI-20), em Nairobi, Quénia, de 10 a 14 de Junho de 2013. A reunião teve como objectivo reflectir sobre algumas das principais questões para o desenvolvimento industrial africano dentro da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e contribuir para o Quadro de Desenvolvimento Pós-2015. O evento foi agraciado pela presença de S.E. Sr. Uhuru Kenyatta, Presidente da República do Quénia.

194. Relativamente aos esforços para garantir a adesão e o apoio do sector privado para o desenvolvimento industrial, a CUA organizou, em conjunto com o PNUD, PACCI, o Compacto Mundial das Nações Unidas (UNGC), a Conferência Pan-Africana de Negócios, a 24 de Maio de 2013, em Adis Abeba, Etiópia, na véspera da 21ª Cimeira da UA que marcou o 50º Aniversário da OAU/UA. O evento marcou igualmente o início dos preparativos para o estabelecimento do Conselho Africano de Negócios, em 2014, um dos órgãos aprovados pela Cimeira para a implementação da Iniciativa da Zona de Comercio Livre Continental/Promoção do Comércio Intra-africano.

Recursos Minerais

195. A Conferência dos Chefes de Estado e Governo da União Africana tomou, nos últimos anos, decisões importantes para melhorar a transparência, a

eficiência e a eficácia da gestão e desenvolvimento dos recursos minerais de África e tornar o sector mineral uma importante fonte de crescimento económico e transformação e de desenvolvimento sustentável para o continente. Para este efeito, a Cimeira adoptou a Visão Africana da Mineração (VAM) e o seu Plano de Acção e institucionalizou a Conferência dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento de Recursos Minerais como órgão da União Africana. A Cimeira da UA aprovou o Plano de Acção para a VAM como parte do Plano Estratégico da CUA 2014-17.

196. A Comissão levou a cabo várias actividades em 2013, para operacionalizar as decisões da Cimeira sobre o Desenvolvimento e Gestão dos Recursos Minerais de África, incluindo a operacionalização do Centro Africano de Desenvolvimento Mineral, com o apoio da UNECA, BAD, PNUD e outros parceiros.

197. Subsequentemente, a 3ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento de Recursos Minerais foi organizada pela CUA, em Maputo, Moçambique, de 12 a 13 de Dezembro de 2013, sob o tema *“Aproveitamento da Visão Africana sobre a Mineração para o Renascimento Africano no sentido de uma apropriação mais ampla”*. Esta foi precedida por uma reunião da Mesa da Conferência, a nível de Altos Funcionários e do Conselho de Ministros, igualmente em Maputo, nos dias 17 e 18 de Junho de 2013. A Conferência Ministerial tomou as decisões mais importantes que visam melhorar a gestão e o desenvolvimento de recursos minerais e reforçar os benefícios para os países africanos.

Promoção do Comércio Intra-africano, Aceleração da Zona de Comércio Livre Continental

198. O aprofundamento da integração dos mercados regional e continental é fundamental para que África possa utilizar de forma efectiva o comércio como um instrumento essencial para a geração de emprego, redução da pobreza e realização de um crescimento e desenvolvimento económico sustentável. Foi neste contexto que a Cimeira da UA, na sua Sessão Ordinária de Janeiro de 2012, tomou a decisão de estabelecer uma Zona de Comércio Livre Continental Pan-Africana (ZCLC), até uma data indicativa de 2017, e aprovou um Plano de Acção para a “Promoção do Comércio Intra-africano” (BIAT). Em 2013, a Comissão realizou várias actividades para implementar a decisão da Cimeira e para acelerar e reforçar a integração do mercado de África.

199. Um elemento essencial na estratégia para acelerar a integração do mercado de África e a Promoção do Comércio Intra-africano é a facilitação do comércio através de, entre outras, remoção de barreiras tarifárias e não-tarifárias. Para abordar as questões da facilitação do comércio, a Comissão organizou três Reuniões/Workshops do Grupo Técnico de Trabalho de Peritos sobre as Regras de Origem, a Interconectividade dos Sistemas Informatizados de Informações Aduaneiras e Gestão Coordenada das Fronteiras, respectivamente. A 5ª Sessão Ordinária do Subcomité da UA de Directores Gerais das Alfândegas foi realizada

em Setembro de 2013, em Cotonou, República do Benim, sob o tema “*Rumo à uma Estratégia de Facilitação Comercial para a Zona de Comercio Livre Continental*”.

200. Os resultados dos Workshops e reuniões supracitados incluem um Roteiro e Estratégia Continental para a Interconectividade dos Sistemas Informatizados de Informações Aduaneiras em África, um Projecto Quadro sobre as Regras de Origem para a ZCLC e recomendações para o estabelecimento de um “Guinchet Único Comum para África”, e para o desenvolvimento de um Quadro de Política Continental sobre Gestão Integrada de Fronteiras, com o objectivo de facilitar e promover o comércio intra-africano. As recomendações foram apresentadas e aprovadas pela 8ª Sessão Ordinária da Conferência da UA dos Ministros do Comércio, em Adis Abeba, Etiópia, em Outubro de 2013.

201. Na sequência da aprovação do Plano de Acção para a Promoção do Comércio Intra-africano, a Cimeira da UA em Janeiro de 2012 instruiu a Comissão no sentido de desenvolver, em colaboração com as CER e parceiros de desenvolvimento, uma Estratégia de Implementação do Plano de Acção. Esta directiva da Cimeira visava evitar a experiência de algumas iniciativas de desenvolvimento económico anteriores, nas quais a ausência de estratégias de implementação eficazes e eficientes, com modalidades de acompanhamento e avaliação sólidas, resultaram em lacunas entre os objectivos e as conquistas.

202. A CUA e a ATPC-UNECA, em colaboração com as CER, desenvolveram em conjunto uma Estratégia de Implementação para o Plano de Acção da BIAT. As estruturas propostas na estratégia foram apresentadas à 8ª Conferência da UA dos Ministros do Comércio, em Outubro de 2013, que orientou à Comissão a organizar uma reunião de Peritos para analisar a Estratégia e o Plano de Acção para a ZCLC, a fim de sequenciar e sincronizar as actividades aos níveis nacional, regional e continental.

203. A segunda iniciativa mais importante (além do Plano de Acção da BIAT) adoptada pela Cimeira da UA de Janeiro de 2012, para o aprofundamento da integração do mercado de África, é o estabelecimento da ZCLC até uma data indicativa de 2017. Para operacionalizar a referida iniciativa, a Cimeira aprovou um roteiro e aprovou a arquitectura para a ZCLC/BIAT. Prevê-se que até 2014, sejam concluídas as ZCL tripartidas e outras ZCL das CER, no âmbito do roteiro da ZCLC, ao mesmo tempo que essas ZCL regionais se consolidam na ZCLC através de negociações em 2015 e 2016.

204. Para acelerar o estabelecimento da ZCLC, a Comissão, em colaboração com as CER e os parceiros de desenvolvimento, empreendeu uma série de actividades preparatórias para a ZCLC em 2013. Estes incluíram a realização de Workshops para a troca de experiências sobre as ZCL tripartidas, missões para as CER com vista a sensibilizá-las em torno da iniciativa ZCLC/BIAT, e avaliação do seu estado de preparação para a ZCLC, com o objectivo de fazer recomendações à Conferência dos Ministros do Comércio e o Comité Africano de Comércio de Alto Nível (HATC), órgão instituído pela Cimeira da UA para

desempenhar um papel de facilitador e eliminar quaisquer bloqueios que possam surgir na implementação da Agenda da ZCLC.

205. Em Outubro de 2013, a Comissão realizou a primeira reunião do Grupo de Trabalho Continental sobre a ZCLC, para se chegar a acordo sobre as suas modalidades operacionais e reflectir em torno de algumas questões relacionadas com o processo preparatório para as negociações da ZCLC, incluindo a encomenda de estudos e documentos preliminares, engajamento dos intervenientes e estratégias de mobilização de recursos para o estabelecimento da ZCLC.

206. **Workshops sobre Mercado Interno:** como parte dos esforços para aprofundar a integração dos mercados de África, a CUA, sob a égide da Estratégia Conjunta da UA-UE, organizou dois Workshops sobre questões relativas ao mercado interno. Os workshops proporcionaram uma oportunidade para os Estados-membros, CER e CUA trocarem pontos de vista com a Comissão Europeia e para beneficiarem da experiência desta em matéria de integração regional e sobre questões de mercado interno, designadamente normas e regulamentos técnicos, política de concorrência e aquisições.

207. **Comércio de Serviços:** Embora o comércio de serviços se tenha tornado uma componente importante e crescente do comércio global, alguns países africanos estão a tirar proveito disso, apesar do seu enorme potencial de desenvolver a competitividade no comércio de serviços. Em resposta a esta oportunidade, a Comissão lançou, em 2013, uma iniciativa para promover a consciencialização e desenvolver estratégias para o desenvolvimento das capacidades dos países africanos de modo a integrar o comércio de serviços nas suas estratégias e planos de desenvolvimento nacional da ZCLC/BIAT. Foram organizados workshops internos para reforçar a consciencialização sobre a importância dos serviços no desenvolvimento de África e na Promoção do Comércio Intra-Africano. Por outro lado, estão a ser realizados estudos de casos para analisar as contribuições que subsectores de serviços específicos podem dar às economias de alguns países e regiões seleccionadas. O ITC e a CNUCED estão a prestar assistência técnica à Comissão para o reforço da capacidade em matéria de comércio de serviços.

Negociações Comerciais Multilaterais

208. Na sequência da Decisão da Cimeira da UA de Janeiro de 2012, sobre a ZCLC/BIAT, foi atribuída alta prioridade ao desenvolvimento do Comércio Intra-Africano no programa de trabalho do Plano Estratégico da Comissão para o período 2014-2017. A Cimeira da UA de Maputo em 2003 mandatou a Comissão a coordenar e harmonizar os esforços das CER e dos Estados-membros nas negociações dos APE e da OMC. Por conseguinte, a Comissão continua a levar a cabo actividades visando melhorar o acesso dos países africanos aos mercados globais, para eliminar os desequilíbrios entre os países no sistema de comércio multilateral e aumentar a participação do continente no comércio global, do seu actual nível baixo de cerca de 3 por cento. Tanto nas negociações dos APE como

da OMC, a força dos países africanos reside na unidade e solidariedade e falar a uma só voz.

209. **Acordos de Parceria Económica (APE):** A Parceria África-UE enfrenta um desafio resultante de prolongadas negociações dos APE desde 2000. Durante o período em análise, a UE adoptou, em Maio de 2013, as emendas ao seu Regulamento sobre o Acesso ao Mercado, com a implicação de que os países africanos que rubricaram os APE Provisórios em 2007, terão que os assinar e/ou ratificar e implementar até 1 de Outubro de 2014, ou correm o risco de perder o seu livre acesso ao mercado da UE. O problema é que muitas questões contenciosas não foram satisfatoriamente abordadas nos Acordos Provisórios. Em resposta, a Comissão organizou duas reuniões de coordenação CUA-CER sobre os APE, em Julho e Setembro de 2013, respectivamente. As reuniões deram oportunidades para a revisão do estado actual das negociações, a troca de experiências e a formulação de posições comuns. Os APE foram igualmente discutidos durante a reunião Colegial da Comissão Europeia e da Comissão da União Africana em Abril de 2013 e a missão de Alto Nível da CUA em Bruxelas em Julho de 2013. Com base numa análise com negociadores comerciais das regiões negociadoras dos APE, foi elaborada uma matriz e recomendações de questões controversas e apresentadas à Conferência dos Ministros do Comércio, em Outubro de 2013. Há o consenso de que houve poucos progressos nas negociações dos APE, não tanto pela dimensão técnica das negociações, mas devido à falta de vontade política dos decisores no seio da UE para que sejam flexíveis, a fim de as alinhar com as aspirações de desenvolvimento de África, incluindo as suas iniciativas de integração regional e continental.

210. A Comissão defende que os Chefes de Estado e de Governo africanos envolvam os seus homólogos da UE no processo dos APE, na próxima Cimeira África-UE, em Abril de 2014, com vista a celebrar APE favoráveis ao desenvolvimento de África e que, a longo prazo, sejam benéficos tanto para a África como para a Decisão/Recomendação da UE.

211. **Lei do Crescimento e Oportunidades para África (AGOA):** Dentre outras actividades da Comissão em 2013, com o objectivo de melhorar o acesso aos mercados e reforçar a capacidade comercial dos países africanos, destaca-se a organização do 12º Fórum da AGOA em Adis Abeba, Etiópia, de 9 a 13 de Agosto de 2013.

212. No âmbito dos preparativos para o Fórum da AGOA, a CUA em colaboração com a UNECA preparou documentos técnicos de referência e organizou uma reunião de revisão intercalar da AGOA, em Washington, para os Embaixadores dos países elegíveis à AGOA, com vista a preparar uma posição comum africana. Os elementos principais da Posição Comum Africana que foram apresentados pelos Ministros Africanos aos seus homólogos norte-americanos, durante o 12º Fórum da AGOA, incluem a reautorização da AGOA, que está prevista expirar em 2015, para pelo menos 15 anos, para garantir que as trocas comerciais com os EUA sejam feitas de forma previsível, fiável e juridicamente segura; o incentivo dos investimentos norte-americanos em África e a

capacitação para gerar uma maior participação do sector privado; aumento das trocas comerciais e do acesso ao mercado dos EUA para os países africanos; e reforço do diálogo político, através de uma reunião a nível de Cimeira com os EUA em 2014. Durante o 12º Fórum da AGOA, tanto África como os EUA, aceitaram a reautorização integral da AGOA. Dois outros resultados importantes do engajamento de África e dos EUA em 2013, no reforço das capacidades comerciais, traduzem-se nas duas iniciativas dos EUA: TradeAfrica, uma nova parceria entre os EUA e a África Subsaariana, que visa incrementar o comércio interno e regional em África, e o PowerAfrica, um fundo total de 7 mil milhões de \$EU a ser distribuído durante os próximos cinco anos, para a produção de energia eléctrica em África.

213. 3ª Reunião dos Ministros do Comércio de África-Índia: Durante a 3ª Reunião dos Ministros do Comércio de África-Índia, realizada em Joanesburgo, África do Sul, a 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2013, ambas as partes comprometeram-se a melhorar e fortalecer ainda mais as relações comerciais e de investimento entre África e Índia, e destacaram a necessidade de mudar as exportações de África para a Índia das matérias-primas para produtos de valor acrescentado, implementando de forma eficaz as iniciativas como o Plano de Acção para a Aceleração do Desenvolvimento Industrial de África (AIDA) e o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA), entre outras. A reunião procedeu à uma revisão da implementação de actividades relacionadas com o comércio, acordadas sob os auspícios do anterior Fórum da Cimeira África-Índia.

214. 8ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros do Comércio: A 8ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros do Comércio da UA realizou-se em Adis Abeba, Etiópia, de 21 a 25 de Outubro de 2013. A reunião recebeu relatórios sobre todas as actividades comerciais mais importantes do Departamento, que trabalha em colaboração com os parceiros. Foram apresentadas as principais recomendações sobre o Comércio Intra-Africano, ZCLC e Trocas Comerciais entre África e o resto do mundo, que emanaram dos workshops e reuniões organizados ou em que participou a Comissão, para apreciação e aprovação da Conferência. O principal resultado da Conferência dos Ministros do Comércio foi a adopção de declarações que reflectem a posição comum de África sobre as negociações da OMC, APE e AGOA e a reafirmação de que a unidade, integração económica de África e a sua transformação económica, continuam a representar a pedra basilar da sua agenda em todos os fóruns multilaterais.

Promoção do Desenvolvimento do Sector Privado

215. Para reforçar a promoção do investimento nos países africanos, a Comissão iniciou um estudo para a formulação de um modelo de código de investimento para África. O estudo tem como objectivo primordial propor um modelo de código de investimento, baseado nas melhores práticas, que pode ser adaptado por vários Estados-membros às suas respectivas situações locais. Isto irá simplificar a legislação relacionada aos investimentos e criar uma plataforma

para uma futura harmonização, à medida que a Agenda de Integração Regional e Continental se consolida. Prevê-se que o estudo seja concluído no primeiro semestre de 2014.

216. Na tentativa de dar soluções para o problema da microfinanciamento no continente, realizou-se um estudo para o estabelecimento de um pacote mínimo de políticas e estratégias, incluindo quadros jurídicos, regulamentares e operacionais para o desenvolvimento do microfinanciamento em África. O Plano de Acção sobre o Microfinanciamento em África já foi aprovado e enviado para todos os Estados-membros. O objectivo é o de convidar os Estados-membros a integrarem o Plano de Acção sobre o Microfinanciamento nos seus respectivos Programas Nacionais de Planificação e Desenvolvimento. Esse Plano foi concebido para gerar fundos e apoiar o desenvolvimento do sector privado em África, bem como para criar emprego e erradicar a pobreza.

MERCADOS E ACTIVOS FINANCEIROS

Instituições Financeiras Pan-Africanas

217. Relativamente ao **Banco Africano de Investimentos (BAI)**, o Protocolo constitutivo do Banco foi adoptado pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, em Fevereiro de 2009. Até 5 de Maio de 2013, dezenove (19) países assinaram o Protocolo; nomeadamente: Angola, Benin, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Comores, Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Líbia, Níger, Senegal, Sierra Leone, São Tomé e Príncipe, Togo e Zâmbia. O principal desafio para o estabelecimento do BAI é a lentidão registada na ratificação do seu Protocolo. Apenas dois países, a **Líbia** e o **Congo**, ratificaram o Protocolo, enquanto quinze ratificações são necessárias para a sua entrada em vigor.

218. Os Estados-membros são exortados a ratificar o Protocolo para permitir o estabelecimento do BAI. Os recursos a arrecadar pelo BAI, contribuiriam significativamente para colmatar a lacuna de financiamento que persiste actualmente no continente.

219. No que diz respeito ao **Fundo Monetário Africano (FMA)**, o seu Protocolo foi apreciado pela Cimeira da UA de Janeiro de 2011, que recomendou que o mesmo fosse revisto pelos Ministros da Justiça antes da adopção. Por outro lado, o Estatuto do FMA deverá ser revisto e aprovado pelo Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico, antes de ser apresentado à Cimeira para adopção.

220. O principal desafio que a Comissão enfrenta para a adopção do Estatuto do FMA prende-se com o montante do Capital, que foi estimado no valor mínimo de 22.640 mil milhões de \$EU. Alguns países membros consideraram esse montante pequeno, enquanto outros estão a solicitar a sua redução.

221. Alguns progressos foram feitos nos esforços para o estabelecimento do Banco Central Africano (BCA). A Comissão trabalhou estreitamente com a Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA) para a concepção de uma Estratégia Conjunta visando o estabelecimento do BCA. Prevê-se que este projecto de estratégia seja submetido para apreciação dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico, em Março de 2014. Posteriormente, será submetido à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, em Maio de 2014, para adopção.

222. Em relação à **Bolsa de Valores Pan-Africana**, foi realizado um estudo técnico. A principal constatação aponta para a necessidade de se adoptar uma abordagem gradual, incluindo a adopção de uma Bolsa de Valores Regional virtual e o reforço da cooperação entre as entidades regionais. O estudo foi realizado com base na Decisão EX.CL/Dec 464 (XIV) da 14ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo da União Africana (UA).

223. **Instituto Africano de Remessas (IAR):** Em conformidade com a implementação da Decisão da Conferência da UA, Assembly/AU/Dec.440(XIX), de Julho de 2012, que aprovou o estabelecimento do IAR e conferiu mandato à Comissão para facilitar a sua operacionalização inicial, a Comissão e os parceiros intensificaram os seus esforços na prestação de assistência técnica aos Estados-membros para melhorar os seus quadros regulamentares e facilitar assim o fluxo de remessas e alavancar as remessas para o desenvolvimento social e económico. Dessa forma, foi lançada uma base de dados do preço das remessas, Remessas de África (*Send Money Africa*) em Washington DC, Bruxelas e Londres, como parte dos esforços que visam sensibilizar os migrantes e as organizações da Diáspora sobre o futuro papel do IAR e os benefícios do custo reduzido de transferências de remessas.

224. Quanto à localização do Instituto, o Conselho Executivo na sua Decisão EX.CL/Dec.736(XXII) de Janeiro de 2013, instou os quatro Estados-membros – Djibouti, Egipto, Quénia e Ilhas Maurícias – que se ofereceram a sediar o IAR, a realizar consultas com vista a chegar a um consenso sobre a sede do Instituto. Os Estados-membros em causa realizaram consultas e informaram à Comissão que a República do Quénia deverá sediar o Instituto.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO

Programa de Desenvolvimento da Estatística

225. No âmbito da monitorização e avaliação do processo de desenvolvimento socioeconómico e para permitir a harmonização das políticas, há necessidade de se adquirem estatísticas relevantes e abrangentes que devem ser produzidas numa base regular. Nesse sentido, a Comissão desenvolveu a Carta Africana de Estatísticas (CAE) e uma Estratégia de Harmonização da Estatística em África (SHSA). A CAE foi adoptada pelos Chefes de Estado e de Governo, em Fevereiro de 2009, mas ainda não entrou em vigor, visto que apenas seis (6) países a ratificaram, de um total de quinze (15) necessários. Por conseguinte, a Comissão,

faz um apelo aos países que ainda não a rectificaram, para o fazer o mais rapidamente possível.

226. Além disso, a Comissão está a trabalhar no sentido do estabelecimento de dois grandes projectos continentais, nomeadamente o Instituto Pan-Africano de Estatísticas e o Centro Pan-Africano de Formação de Estatística.

Saúde

227. **População:** Durante o período em análise, a Comissão centrou-se em como aproveitar o dividendo demográfico para benefícios económicos e sociais do continente, com ênfase no investimento na saúde, particularmente da mulher e criança, abordagem das necessidades não satisfeitas de planeamento familiar; investimento na educação, especialmente nos domínios da ciência e tecnologia e formação profissional que são voltadas para as necessidades da economia e do mercado de trabalho. Dessa feita, a Comissão organizou, em conjunto com parceiros, um Painel Ministerial de Alto Nível sobre o Alcance do Dividendo Demográfico para África, durante a Sexta Reunião Conjunta Anual da Conferência da União Africana (UA) dos Ministros da Economia e Finanças e da Conferência da Comissão Económica para a África (ECA) dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico, em Abidjan, Côte d'Ivoire, em Março de 2013. De igual modo, o Relatório sobre a Situação da População Africana de 2013 centrou-se no "Aproveitamento dos Dividendos Demográficos para o Desenvolvimento Socioeconómico de África", ao passo que a Conferência Internacional sobre a População em Desenvolvimento (CIPD) Para Além de 2014, em Adis Abeba, Etiópia, de 30 de Setembro a 4 de Outubro de 2013, teve igualmente a mesma abordagem e tema. Os resultados da Reunião Regional da CIPD estão a ser integrados na Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

228. **Controlo do VIH/SIDA, Malária, Tuberculose e Outras Doenças Infecciosas:** O continente africano continua a suportar um elevado fardo de doenças devido a uma infinidade de outras doenças transmissíveis e infecciosas. O VIH/SIDA, Malária, Tuberculose e uma série de outras doenças infecciosas continuam a afectar o desenvolvimento do capital humano, apesar dos progressos registados, que resultam num fraco desempenho para o alcance das metas dos ODM e na baixa percentagem regional de África no índice de desenvolvimento humano. Para que os Estados-membros da UA possam renovar o seu compromisso político e acelerar a acção nesse sentido, o governo nigeriano acolheu uma Cimeira Extraordinária da União Africana, de 12 a 16 de Julho de 2013, em Abuja, Nigéria, cujo resultado foi uma nova Declaração, reafirmando os compromissos anteriores de Abuja e proporcionando um novo impulso rumo à erradicação do VIH/SIDA, Tuberculose e Malária em África até 2030.

229. Para acelerar a implementação do roteiro da União Africana sobre a Responsabilidade Conjunta e Solidariedade Global (2012-2015), foi concluída a estrutura do Observatório da SIDA em África (*AIDS Watch Africa*) com a

nomeação do Presidente Armando Guebuza, de Moçambique, como Vice-Presidente, cinco Líderes⁷ que são Chefes de Estado e de Governo e o Secretariado.

230. **Saúde Reprodutiva e CARMMA:** A situação da mulher e da saúde materna em África é crucial para o desenvolvimento social e humano e, de igual modo, importante para o desenvolvimento e crescimento económico equitativo e sustentável. Em reconhecimento desse facto, a Comissão da UA lançou, em Maio de 2009, a Campanha sobre a Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África (CARMMA) a nível continental, que visa aumentar o compromisso político e as acções concretas para a realização do ODM 5. Até Agosto de 2013, quarenta (40) Estados-membros da UA haviam lançado a campanha nacional, apropriando-se dessa iniciativa.

231. Dando continuidade aos esforços que visam colocar de forma firme a saúde materno-infantil na agenda continental e internacional, a Comissão organizou uma conferência internacional sobre Saúde Materno, Neonatal e Infantil, com o apoio do Governo da África do Sul e parceiros como DFID, FNUAP e USAID, em Joanesburgo, África do Sul, de 1 a 3 de Agosto de 2013. A conclusão da Conferência Internacional foi um Plano de Acção para pôr termo à morte materna, neonatal e infantil em África, passível de prevenção. Desde então começou a implementação do Plano de Acção.

232. A Comissão lançou igualmente o Prémio Anual *Mama Afrika*, no passado dia 1 de Agosto de 2013, em Joanesburgo, África do Sul, em reconhecimento à indivíduos, organizações, comunidades, empresas e governos que têm feito esforços notáveis e prestaram serviços de longa duração para garantir que tanto as mães como os recém-nascidos em África sobrevivam ao parto e prosperem em condições particularmente adversas; e aqueles que aumentaram as normas, qualidade e recursos para SMNI de forma significativa, aos níveis governamental, nacional e continental.

233. **Plano de Fabrico de Produtos Farmacêuticos para África (PMPA):** A Comissão, em parceria com a ONUDI, desenvolveu o Plano de Negócios para a implementação do Plano de Fabrico de Produtos Farmacêuticos para África (PMPA). A Comissão liderou um consórcio de parceiros a apoiar a implementação do Plano de Negócios na República do Gana, em Outubro de 2013, a pedido de S.E. o Presidente da República. Além disso, foi desenvolvido um Plano de Acção para catalisar a implementação do Plano de Negócios em vinte e quatro (24) outros Estados-membros, em colaboração com parceiros e os Estados-membros em causa.

Previdência Social e Humana

234. **Implementação Acelerada do Quadro da Política Social para África:** Adoptado pelo Conselho Executivo, em Janeiro de 2009, o Quadro da Política

⁷ Presidentes da Cote D'Ivoire, Gabão, Malawi, Tanzânia e Tunísia.

Social para África (QPS) é um documento de políticas abrangente, que aborda as áreas prioritárias para o desenvolvimento humano e social no continente. Para facilitar a implementação do QPS, a Comissão, em colaboração com o Instituto das Nações Unidas para o Desenvolvimento Económico e Planificação (IDEP), em Dacar, Senegal, deu formação ao grupo de responsáveis pela planificação de desenvolvimento, provenientes de 22 Estados-membros, em matéria de política social, de 2-13 de Setembro de 2013.

235. **Bem-estar das Pessoas portadoras de Deficiência:** A Decisão do Conselho Executivo EX.CL/750(XX) de Janeiro de 2013, solicitou à Comissão no sentido de apoiar o Comité Ministerial de 7 Estados-membros para supervisionar a liquidação dos Bens do Instituto Africano de Reabilitação (IAR), e desenvolver uma estrutura de substituição do IAR, para a implementação do Plano de Acção Continental sobre a Década Africana das Pessoas portadoras de Deficiência (2010-2019). Nesse sentido, a Comissão realizou uma reunião de 28 a 30 de Outubro de 2013, em Adis Abeba, Etiópia. A Comissão enfrenta dificuldades financeiras, que abrandaram a finalização da liquidação do IAR. Essas dizem respeito ao pagamento de emolumentos do actual pessoal do IAR, dos aposentados e dos já falecidos, uma vez que os Estados-membros não honram as suas contribuições anuais para o IAR, ao longo dos anos. **Portanto, os Estados-membros são instados a pagar as suas contribuições em atraso ao IAR, de modo que o processo de liquidação seja concluído.** A Comissão continua a envolver parceiros na questão da implementação do Plano de Acção Continental.

236. **Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança:** A Comissão da União Africana auxiliou o Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e Bem-estar da Criança (ACERWC) na organização das suas 21^a e 22^a Sessões, em Abril e Novembro de 2013 respectivamente, em Adis Abeba, Etiópia. Durante a 21^a Sessão, a Comissão organizou um debate geral entre os intervenientes, subordinado ao tema, “Crianças Africanas na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015”. Durante a 22^a Sessão, o tema para o Dia do Debate Geral foi: “A Discriminação e a Violência contra Raparigas em África”. O resultado foi uma Declaração defendendo a criação de mecanismos para a eliminação de todas as formas de discriminação e abusos contra raparigas em África.

237. Como parte dos esforços visados reforçar a capacidade dos membros da ACERWC, a Comissão organizou igualmente um workshop para a indução de novos membros do ACERWC, que foram eleitos durante a 23^o Sessão Ordinária do Conselho Executivo da União Africana, em Maio de 2013. A Sessão de indução apresentou aos membros o seu ambiente de trabalho, estrutura, políticas, processos e práticas do ACERWC e da Comissão da União Africana. A Comissão ajudou igualmente a Comissão a organizar um workshop para a finalização das orientações para os Relatórios Periódicos dos Estados Partes, relativamente à implementação da Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança.

238. Os principais desafios relativos ao trabalho da Comissão são de que, nem todos os Estados-membros ratificaram a Carta, e os que a ratificaram, não apresentaram qualquer relatório sobre a implementação das disposições da Carta, nos termos do seu Artigo 43º.

Controlo de Drogas e Prevenção da Criminalidade

239. O Plano de Acção da UA sobre o Controlo de Drogas Revisto (2013-2017) foi adoptado em Janeiro de 2013, para responder aos desafios emergentes associados ao tráfico ilícito e ao Consumo Abusivo de Drogas. O Plano de Acção visa essencialmente melhorar a saúde, a segurança e o bem-estar socioeconómico das populações de África, com a redução do tráfico ilícito e o consumo abusivo de estupefacientes e da criminalidade associada.

240. No que tange ao impacto na saúde e social dos estupefacientes, realizou-se uma consulta de peritos nacionais, em Kampala, Uganda, em Fevereiro de 2013, que analisou a arquitectura existente de prevenção e tratamento do consumo de estupefacientes nos Estados-membros, e detalhou uma matriz de implementação com intervenções prioritárias de cada Estado-membro. As Normas de Qualidade Mínima Continental para o Tratamento da Toxicodependência foram disseminadas e adoptadas por peritos técnicos, como referência para os seus programas de tratamento. A Conferência da UA dos Ministros da Saúde, na sua Sexta Sessão, realizada em Abril de 2013, em Adis Abeba, Etiópia, aprovou a implementação das normas Mínimas de Qualidade para o Tratamento da Toxicodependência e a Posição Comum Africana sobre Tratamento da Dor.

241. No âmbito da luta contra o tráfico de drogas e desafios associados da criminalidade transnacional organizada, a Comissão efectuou uma avaliação geral dos desafios socioeconómicos e de segurança do tráfico de drogas, assim como da criminalidade organizada associada às drogas em África, centrando-se inicialmente na África Ocidental e na região do Sahel, conforme solicitado pela Decisão do Conselho de Paz e Segurança da UA, em Janeiro de 2013; e organizou um Fórum Consultivo Nacional de Peritos sobre a Redução de Fornecimentos, de modo a identificar áreas prioritárias para intervenção, em Harare, Zimbabwe, de 15 a 17 de Outubro de 2013.

242. O principal desafio relativo à implementação eficaz das intervenções de combate ao tráfico ilícito e o consumo abusivo de estupefacientes traduz-se na falta de informação dos Estados-membros. A Comissão envidou esforços para o estabelecimento de redes virtuais de pontos de contacto relevantes no fornecimento de drogas e na redução da demanda de estupefacientes.

Trabalho, Emprego e Migração

243. **Quadro de Harmonização e Coordenação dos Sistemas de Informação do Mercado de Trabalho (LMIS-HCF):** A informação inadequada sobre o mercado de trabalho, que resulta na incompatibilidade entre as exigências do

mercado de trabalho e os diplomados de instituições de ensino, é um dos factores subjacentes às altas taxas de desemprego na juventude. Com o apoio do PNUD, a Comissão desenvolveu ferramentas técnicas para a implementação do Quadro de Harmonização e Coordenação dos Sistemas de Informação do Mercado de Trabalho (LMIS-HCF) da UA e ministrou sessões de capacitação de peritos dos Estados-membros e dos Secretariados das CER. Foi igualmente elaborado um Plano de Acção sobre o LMI-HCF, para o período 2012-2016.

244. **Emprego para a Juventude:** Em resposta ao compromisso dos Chefes de Estado e de Governo para reduzir o desemprego da juventude e da mulher (Malabo, Julho de 2011), a Comissão, o BAD, a CEA e a OIT lançaram uma iniciativa conjunta sobre o Emprego para a Juventude, tendo depois assinado uma Declaração de Intenções. A implementação da Iniciativa Conjunta iniciou com esquemas-pilotos em Burkina Faso e Senegal. O financiamento da Iniciativa Conjunta e a falta de capacidades para a gestão do mercado de trabalho continuam a ser os principais desafios.

Cultura

245. Importa aqui frisar que a lentidão do processo de ratificação da Carta para o Renascimento Cultural Africano (adoptada em 2006) impediu a sua entrada em vigor. Apenas seis 6 Estados-membros ratificaram a Carta para o Renascimento Cultural Africano (Mali, Nigéria, Senegal, Congo, Etiópia e Chade), que exige dois terços de ratificação pelos Estados-membros para a sua entrada em vigor.

246. A Comissão, em colaboração com a Comissão da União Europeia, fez o Inventário do Património Cultural, que permitirá o retorno aos seus países de origem, dos artefactos culturais que foram traficados de forma ilícita. O relatório do inventário será publicado em 2014.

Desporto

247. Na implementação da nova Arquitectura para o Desporto em África, a Comissão formulou estratégias para aproveitar e integrar o grande potencial do desporto num conjunto de estratégias de paz e desenvolvimento nacional e internacional mais amplas, incluindo a pesquisa sobre o impacto do desporto no PIB aos níveis nacional e regional, e para justificar a relevância do incremento do investimento no desporto.

248. Renovando o compromisso de África para o desenvolvimento do desporto e o desenvolvimento através do desporto e dar o devido reconhecimento ao papel central que os governos e actores não-governamentais desempenham no desporto, a Comissão desenvolveu parcerias estratégicas para o desenvolvimento do desporto em África e assinou Memorandos de Entendimento (MdE) com a Confederação Africana de Futebol (CAF), em Joanesburgo, África do Sul e com a Confederação Africana de Atletismo (CAA), em Julho de 2013, visando a utilização do potencial do futebol e do atletismo à favor da mudança social e transmitir importantes mensagens da UA, como “Acção para a Paz”,

“Combate à Violência Contra a Mulher”, “Combate à Tuberculose, Malária e VIH/SIDA”, entre outros, durante importantes eventos desportivos.

AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

249. **CAADP:** O CAADP continua a proporcionar a plataforma para a mobilização e harmonização dos investimentos e parcerias multilaterais em torno dos planos nacionais de agricultura e de investimentos no domínio da segurança alimentar.

250. Continua igualmente a incentivar e facilitar a planificação fundamentada e o compromisso com as reformas institucionais e em matéria de políticas, com um sentido de responsabilidade mútua para as acções e os resultados, bem como para a apropriação africana comprovada. A Comissão tem prestado a tão necessária orientação e liderança neste processo.

251. Até à data, 36 Estados-membros da UA assinaram os Compactos do CAADP; dos quais 27 desenvolveram planos nacionais e formais de investimento na agricultura e segurança alimentar – e estes tornaram-se os seus quadros de despesas de médio prazo para a agricultura, resultando numa melhor planificação agrícola. Em média, as despesas públicas na agricultura aumentaram para mais de 7 por cento por ano, em toda a África, desde 2003; ou seja, quase duplicaram as despesas públicas na agricultura desde o lançamento do CAADP⁸. Quatro CER desenvolveram igualmente os seus respectivos Compactos do CAADP regionais, que serão úteis para a promoção da integração regional e da agenda de desenvolvimento sustentável. Durante o período em análise, a Comissão trabalhou com a Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA) e os Estados-membros no sentido de promover e mobilizar tanto o investimento do sector público como do privado na agricultura, de modo a apoiar a implementação dos planos de investimento nacionais.

252. A Comissão, em colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e o Instituto Lula do Brasil, organizou uma Reunião de Alto Nível, em Julho de 2013, em Adis Abeba, Etiópia, sobre uma Parceria para Erradicar a Fome em África até 2015. O resultado mais importante da reunião foi uma Declaração sobre a Erradicação da Fome em África até 2025 e um Roteiro de Implementação.

253. De igual modo, a Comissão, em conjunto com a Fundação Koffi Annan e a Fundação Bill e Melinda Gates, co-organizaram uma Reunião de Alto Nível sobre o Aproveitamento da Inovação para a Agricultura Africana e Sistemas Alimentares: enfrentar os desafios e definir estratégias para o Século XXI, realizada em Novembro de 2013, em Adis Abeba, Etiópia.

Progresso na implementação de programas agrícolas emblemáticos

⁸ Evidências recentes indicam que nove países já atingiram ou ultrapassaram a meta de 10% de atribuição orçamental. Um outro grupo de nove países está hoje a disponibilizar entre 5% e 10%.

254. **Desenvolvimento do Sector de Sementes:** A Comissão, através do Programa Africano de Sementes e Biotecnologia (ASBP), trabalhou com Institutos Africanos de Controlo da Certificação de Sementes, para formar analistas de modo a compreenderem os princípios fundamentais da formação, controlo, certificação, colheita, processamento e armazenamento de sementes.

255. **Pastorícia:** No âmbito da implementação do Quadro da Política da UA sobre a Pastorícia, que foi aprovado pela Conferência da UA em Janeiro de 2010, a Comissão, em colaboração com as Redes Nacionais de Pastores, iniciou um trabalho de identificação de oportunidades de desenvolvimento e de como os serviços e abordagens inovadoras podem contribuir para a produção de investimentos pecuários e capacitação. Subsequentemente, foi elaborado um quadro de investimento para a África Oriental e o Corno de África.

256. **Apoio para Organizações de Agricultores:** A Comissão tem apoiado o desenvolvimento de estratégias para reforçar os vínculos e a parceria entre o Fórum de Agricultores da África Oriental (EAFF) e o Fórum Pan-Africano dos Agricultores (PAFO), parceiros de desenvolvimento e a vasta Sociedade Civil.

Desenvolvimento de Recursos Animais

257. Um programa de apoio para Planos de Acção Nacionais Integrados contra a Gripe Aviária e Humana Altamente Patogênica, foi feito nos países, através de dois projectos, nomeadamente: *Programa de Apoio aos Planos de Acção Nacionais Integrados contra a Gripe Aviária e Humana Altamente Patogênica (SPINAP)* e *Ajuda de Emergência contra a Gripe Aviária (GA)*.

258. Como resultado, foi aprimorada a vigilância de doenças animais e as capacidades de diagnóstico em cada um dos 14 países beneficiários, ou seja, Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Côte d'Ivoire, Djibouti, Gana, Quénia, Mali, Níger, Nigéria, Sudão e Togo e, em conjunto com a OMS, foram desenvolvidos planos de preparação integrados contra o potencial surgimento da GA e de prevenção para um possível surto de gripe humana em África.

259. É importante indicar que durante o período em análise, a Declaração Mundial de Indemnidade da Peste Bovina, foi feita em Roma, pela Organização Mundial de Saúde Animal. O BIRA-UA elaborou igualmente um livro que captura da história de erradicação da peste bovina do continente.

260. **Mecanismo Regional Integrado de Coordenação (IRCM):** O IRCM visa reforçar a capacidade das CER de coordenar e harmonizar a capacidade de resposta, prevenção e controlo de TAD e Zoonoses a nível regional, e o reforço das capacidades técnicas dos departamentos dos Estados-membros responsáveis pelas TAD e zoonoses. A planificação da implementação arrancou e foi concluída com a SADC e a EAC, tendo já sido iniciada a mobilização de recursos.

261. **Sistema de Informação de Recursos Animais (ARIS2):** O BIRA-UA desenvolveu e apresentou nos Estados-membros da UA e nas Comunidades Económicas Regionais (CER), o novo Sistema de Informação de Recursos Animais (ARIS2), um sistema de informação destinado a melhorar a gestão de informações e recolha de dados visados a melhoria das políticas e tomada de decisões. O sistema já está a ser utilizado em 27 Estados-membros⁹ da UA. Foi igualmente compilado o Anuário Pan-Africano sobre a Saúde Animal (PAHYB), com informações relativas à situação da doença no continente em 2011, e publicado pelo BIRA-UA.

262. A realização da Campanha Pan-Africana de Erradicação da Mosca Tsé-Tsé e Tripanossomíase (PATTEC), permitiu melhorar as capacidades nacionais de planificação, execução e acompanhamento do programa de combate à mosca tsé-tsé e tripanossomíase (T&T), com a conclusão do desenvolvimento de um programa de formação que envolve vários Estados-membros. Por outro lado, uma reunião consultiva organizada para os países da África Oriental, de 21 a 25 de Outubro de 2013, em Arusha, Tanzânia, abriu caminhos para uma melhor planificação e programação conjunta regional de combate à T&T. Foi prestada assistência em matéria de acompanhamento e avaliação ao Quênia, Etiópia, Guiné Equatorial e Burkina Faso.

263. Por outro lado, nos termos do Memorando de Entendimento celebrado entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial de Saúde Animal, foram envidados esforços para o fortalecimento da capacidade da Comissão no sentido de implementar a campanha com mais eficácia. De um modo geral, a conclusão em 2013, do desenvolvimento dos Planos Estratégico e de Acção Revistos da PATTEC, permitiu melhorar a documentação das lições aprendidas na implementação de projectos nacionais da PATTEC, servindo assim de base para informar futuras acções nos esforços de erradicação da T&T. A 38ª Reunião do Comité Executivo do ISCTRC, bem como a Conferência Geral do 32º Conselho Científico Internacional da Tripanossomíase e Controlo (ISCTRC) realizou-se em Cartum, Sudão, em Agosto de 2013, tendo proporcionado uma orientação e política relativas ao controlo da mosca tsé-tsé e tripanossomíase e o funcionamento do Conselho.

264. a Comissão, através do seu Centro Pan-Africano de Vacinas Veterinárias (PANVAC) levou a cabo as seguintes actividades:

- Efectuou um Controlo da Qualidade Independente Internacional de Vacinas Veterinárias em África: O PANVAC fez a certificação do controlo da qualidade de vacinas veterinárias recebidas de alguns

⁹ Namíbia, Lesoto, Sudão, Ruanda, Tanzânia, Nigéria, Gana, Senegal, Togo, Benin, Chade, Camarões, Mali, Djibuti, Etiópia, Quênia, Uganda, Sudão do Sul, Egito, Argélia, Tunísia, Líbia, Mauritânia, Suazilândia, Burkina Faso, Guiné-Bissau e Botswana.

laboratórios produtores de vacinas dos Estados-membros da UA¹⁰ e da Jordânia;

- Facilitou a padronização da produção de vacinas veterinárias e a harmonização das suas técnicas de controlo de qualidade em África: O repositório de produtos biológicos tem sido mantido e linhas de células e sementes de vacinas foram enviadas para laboratórios produtores de Vacinas Veterinárias de vários Estados-membros da UA¹¹;
- Prestou serviços de assistência técnica e de formação aos laboratórios de vacinas veterinárias e de controlo da qualidade de vários Estados-membros da UA;
- Produziu e distribuiu reagentes biológicos essenciais para o diagnóstico e vigilância de doenças animais;
- Desenvolveu um quadro estratégico para a produção e distribuição de reagentes biológicos em África.

265. Participação de países africanos em Organizações que Definem as Normas Sanitárias e Fitossanitárias (PAN-SPSO): Durante o período em análise, foram realizadas reuniões continentais de Médicos Veterinários (VO) e Organizações Nacionais de Protecção de Plantas (NPPO), a fim de harmonizar e coordenar a posição africana sobre as normas de saúde animal e segurança alimentar. O BIRA-UA continuou a empenhar-se no reforço de capacidade dos médicos veterinários e dos pontos de contacto do Codex sobre questões relativas as Normas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), através de seminários de formação. O BIRA-UA igualmente continuou a apoiar a criação e as actividades dos Comitês Nacionais de SPS para coordenar as questões relacionadas com as Normas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) aos níveis nacional e melhorar a contribuição e participação dos Estados-membros no estabelecimento de Normas.

266. Métodos e Procedimentos Normativos de Sanidade Animal (SMP-AH): O BIRA-UA, em parceria com a IGAD, está a implementar Métodos e Procedimentos Normativos de Sanidade Animal (SMP-AH) em nove países da Região do Grande Corno de África (GHOA). O projecto tem por objectivo padronizar procedimentos para a detecção de e resposta a TAD específicas e sensíveis ao comércio, garantindo a protecção do estado de saúde animal e humano dos países importadores.

267. Reforço de capacidade de negociação de acordos de acesso (parceria) de pescas justos e sustentáveis: Peritos de Estados-membros e

¹⁰ Botswana, Egipto, Chad, Uganda, Senegal, África do Sul, Sudão, Líbia, Nigéria, Etiópia, Quénia, Gâmbia, Níger, Mali, Benin, Camarões.

¹¹ Botswana, Egipto, Sudão, Senegal, Mali, Côte d'Ivoire, Etiópia, Tanzânia, Chade, Sudão, Camarões e Níger

Organizações de pescas regionais beneficiaram de formação em matéria de ingredientes essenciais e princípios para a negociação de acordos de parceria de pescas equitativos e sustentáveis para uma clara concessão de acesso externo às suas zonas económicas exclusivas.

268. No âmbito das medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) que regem o comércio, a Comissão, em colaboração com a Organização Mundial do Comércio (OMC), apoiou o reforço de capacidade de peritos africanos dos Estados-membros em relação aos acordos de SPS. O esforço destina-se ao reforço de capacidade do comércio internacional e um maior acesso aos mercados, com o cumprimento dos acordos internacionais de SPS.

Agricultura Orgânica Ecológica

269. Em conformidade com a Decisão (EX. CL/Dec.620(XVIII)) da Cimeira sobre a Agricultura Orgânica, a Comissão, em colaboração com outros parceiros, apoiou a capacitação de agricultores e outros intervenientes da EAC, SADC, CEDEAO e COMESA em matéria de normas orgânicas e sistemas de certificação para agricultura orgânica ecológica (AOE). A actividade traduziu-se numa maior consciencialização e no reforço de capacidades institucionais das plataformas da AOE nessas CER. Prevemos um melhor acesso dos agricultores africanos à exploração de nichos de mercados e incremento dos seus rendimentos.

270. A Comissão iniciou o desenvolvimento de um quadro sobre a política continental relativa às indicações geográficas, através do apoio à capacitação de peritos africanos sobre indicações geográficas (GI). A actividade é parte do apoio da UA, facilitando o comércio intra-africano e global.

271. A Comissão iniciou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão da Sanidade Vegetal para África, com vista a garantir uma gestão eficaz da saúde das plantas e promover a produção e comércio agrícola.

272. Por meio do seu programa sobre o Conselho Fitossanitário Inter-Africano (IAPSC), a Comissão reforçou a capacidade dos Estados-membros, em conformidade com as Normas Internacionais para Medidas Fitossanitárias (ISPMs) e participação efectiva na definição e revisão do processo de estabelecimento de normas. De igual modo, foi desenvolvida uma política para a harmonização do registo de pesticidas em África, para que os países africanos possam assim fazer face aos efeitos nocivos da má utilização de pesticidas.

273. Foi reforçada a capacidade dos Estados-membros em relação às questões de biossegurança e o intercâmbio de germe-plasmas, actualização da lista de pragas, registo de pesticidas, sistemas de gestão da sanidade vegetal e promoção da gestão integrada da mosca das frutas. Por outro lado, o IAPSC está a criar um tipo modelo de uma estrutura de Organização Nacional de Protecção Vegetal e o Guia Referencial de Inspeção Fitossanitária para África, no âmbito da análise de Sistemas de Gestão da Sanidade Vegetal.

274. Com a operacionalização da Parceria para o Controlo da Aflatoxina em África (PACA), que está sediada na Comissão, foi concebida uma Estratégia de 10 Anos, identificando as áreas principais de destaque da PACA e dos seus parceiros, de modo a abordar com sucesso a questão da contaminação e exposição de aflatoxinas de modo a garantir a segurança alimentar.

275. A 2ª Conferência Conjunta de Ministros da Agricultura África-Árabe foi realizada em Outubro de 2013, em Riade, Arábia Saudita. O principal resultado da Conferência foi a Declaração de Riade sobre a Promoção de Investimentos Sustentáveis no Sector da Agricultura, no contexto do CAADP. A Declaração Ministerial foi aprovada pela Cimeira África-Árabe, realizada em Kuwait, em Novembro de 2013.

Alterações Climáticas e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais

276. **Alterações Climáticas:** A Comissão tem vindo a defender e facilitar a articulação de uma posição comum unificada sobre as alterações climáticas e o desenvolvimento sustentável de África. Isso tem sido feito através da mobilização de apoio e da racionalização da coordenação entre o Grupo Africano de Negociadores, a AMCEN, que realizou a sua sessão especial em Outubro de 2013 e o CAHOSCC que se reuniu em Setembro de 2013. Isso contribuiu para uma melhor coordenação e articulação de uma posição comum africana durante a Conferência sobre Alterações Climáticas de Novembro de 2013, em Varsóvia, Polónia. A Comissão tem vindo igualmente a trabalhar com parceiros para contribuir para os esforços de reforço das capacidades dos Estados-Membros, por meio da formação de jovens cientistas, sobre os impactos das alterações climáticas, agricultura e segurança alimentar.

277. **Monitorização Global do Ambiente e Segurança em África (MESA):** The AUC oversaw a successful transition from the African Monitoring of Environment for Sustainable Development (AMESD) to the Monitoring for Environment and Security in Africa (MESA) programme. This resulted in the development of seven environmental thematic actions in response to regional and continental environmental needs, and a programme on thematic action for pan-African climate monitoring.

278. **Meteorologia:** A Comissão tem vindo a coordenar a implementação da Estratégia Africana Integrada sobre Meteorologia (Serviços Meteorológicos e Climáticos), incluindo a implementação do Quadro Global para os Serviços Meteorológicos (GFCS) em África, aprovado pela Conferência da UA durante a Cimeira de Janeiro de 2013. Os esforços para melhorar os Serviços Meteorológicos e Climáticos em África continuam a ser dificultados pela pouca disponibilidade de dados de Observação da Terra e pelos altos custos dos dados de alta resolução.

279. **Redução do Risco de Desastres (RRD):** O Grupo de Trabalho Africano sobre RRD foi reconstituído para coordenar e prestar assistência técnica aos Estados-membros para a implementação da Estratégia Regional Africana para a

Redução do Risco de Desastres e seu Programa de Acção, em conformidade com a Declaração Ministerial de Nairobi de 2010. A Comunidade da África Oriental (EAC), criou uma plataforma regional sobre RRD com o apoio da Comissão. A Capacidade Africana de Risco (ARC), que foi criada como uma agência especializada da UA, entrou em funcionamento e realizou a sua primeira Conferência das Partes, em Fevereiro de 2013, em Dacar, Senegal. A ARC é mecanismo financeiro de propriedade africana autónomo destinado a prestar aos governos africanos com financiamento de contingência oportuno, viável e de baixo custo em caso de uma grave seca.

280. **Capacitação sobre Acordos Ambientais Multilaterais (AAM):** Na sequência da decisão da AMCEN de Setembro de 2012, que insta os Estados-membros a adoptar e implementar a Estratégia para a ratificação da Convenção de Maputo para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, foram obtidas três ratificações adicionais (Guiné – Setembro de 2012, África do Sul – Abril de 2013 e Côte d'Ivoire – Setembro de 2013). Ainda relacionado à esta foi o desenvolvimento, pelo Uganda, do seu Regulamento Nacional sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), em Março de 2013.

281. **Celebração do Dia Africano do Meio Ambiente e Wangari Mathaai:** Como parte dos seus esforços contínuos para aumentar a consciencialização sobre a gestão ambiental sustentável no continente, a Comissão, em colaboração com a República da Tunísia e parceiros marcou as comemorações anuais do Dia Africano do Meio Ambiente e Wangari Mathaai, sob o tema **“Parceria para a transição de África para a Economia Verde em Apoio ao Renascimento Africano”**. O tema foi escolhido para reconhecer os progressos realizados pelos Estados-membros da UA para o desenvolvimento sustentável, bem como incentivá-los a adoptar uma economia verde para acelerar e consolidar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

282. **Reforço do envolvimento da Comissão no processo da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação:** Conforme mandatado pela Cimeira da UA de Maio de 2013, a Comissão continua engajada na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. A Comissão promoveu uma reunião regional dos negociadores da UNCCD em preparação para a Décima Primeira Conferência das Partes, que foi organizada pela República da Namíbia, em Setembro de 2013, cujo resultado será apresentado separadamente. A Comissão foi solicitada a desempenhar um papel importante na coordenação dos esforços dos Estados-membros para uma Posição Comum Africana nesse sentido. A Comissão organizou igualmente um Pavilhão Africano que serviu de ponto de encontro para os intervenientes africanos durante a COP11.

283. **Iniciativa da Grande Muralha Verde do Sahara e Sahel (GGWSSI):** Os parceiros da GGWSSI mobilizaram mais de 50 milhões de euros para a cooperação regional e Sul-Sul, monitorização, desenvolvimento de capacidades, gestão do conhecimento e acções transfronteiriças. O Programa de Mil Milhões de Dólares Americanos para o Sahel e África Ocidental, financiado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Global para o Meio Ambiente, está em fase de

implementação, com projectos em 12 países, além de um projecto do centro regional denominado “Criação da Resistência por meio da Inovação, Comunicação e Serviços de Conhecimento” (BRICKS). Além disso, foi lançada a “*SLM-Finance*” uma plataforma baseada na internet dedicada ao financiamento sustentável a gestão da terra.

284. Está a ser desenvolvido um plano estratégico na criação de resistência para melhorar os meios de subsistência rurais nas regiões semi-áridas de África.

285. **Água e Saneamento:** O primeiro Relatório de Monitorização & Avaliação sobre a Água e Saneamento foi preparado e apresentado aos Órgãos Deliberativos da UA para a sua apreciação. Foi desenvolvida uma Posição Comum Africana para a meta da água no processo do quadro de SDG. Continuando com os esforços em curso para a concretização da **Visão da Água para África 2025**, foi encomendada, em Junho de 2013, a Fase II do Programa de Apoio à Comissão e ao Conselho de Ministros Africanos da Água (AMCOW), em implementação da **Declaração de Sharm-El-Sheikh de 2008 para Acelerar a Concretização dos Objectivos da Água e Saneamento em África [Assembly/AU/Decl.1 (XI)]**, com uma contribuição de 2 milhões de euros por parte do Governo da República da Alemanha.

286. **Implementação da Declaração da UA sobre as Questões e Desafios da Terra:** A Comissão liderou os esforços para aumentar a consciencialização sobre a necessidade de melhorar a gestão dos investimentos em grande escala na terra. Isso culminou com a aprovação do Plano de Acção de Nairobi sobre o Investimento em Grande Escala na Terra (LSLBI). Na sequência da mobilização de recursos bem-sucedida, foram igualmente realizadas avaliações do LSLBI em todas as regiões de África pela Iniciativa Conjunta sobre a Política Fundiária da Comissão, UNECA e BAD.

287. Em resposta ao apelo da Declaração da UA sobre a Terra para fortalecer a posse da terra para as mulheres, o que requer uma atenção especial, foi realizado um estudo, que fez recomendações e acções concretas sobre como os Estados-membros poderiam ser apoiados para melhorar o acesso à terra e reforçar os direitos à terra das mulheres.

288. Por meio da Iniciativa da Política Fundiária conjunta da Comissão, UNECA e BAD, estão em curso colaborações com as CER na identificação de acções necessárias para integrar as preocupações da política fundiária no Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP). A Comissão continua a colaborar com os seus principais parceiros na defesa de sinergias das iniciativas globais complementares para melhorar a coordenação e implementação a nível do país.

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO

289. A implementação da transformação africana e agenda de desenvolvimento requer a cooperação a vários níveis e de vários intervenientes, entre os países

africanos, as Comunidades Económicas Regionais, as instituições africanas, tais como Comissão Económica das Nações Unidas para África e o Banco Africano de Desenvolvimento, o Sector Privado, a Sociedade Civil e os cidadãos. Requer igualmente compromissos e parcerias africanas com o resto do mundo. Durante o ano de 2013 uma série de compromissos foram realizados com base na cooperação e parcerias já existentes.

290. A Cimeira de Janeiro de 2013 incumbiu à Comissão a analisar todas as parcerias existentes e apresentou uma moratória sobre todas as novas parcerias. Um novo projecto quadro de parcerias está a ser elaborado pela Comissão.

Cooperação com as Comunidades Económicas Regionais

291. Estão em curso esforços para reforçar as relações com as CER, incluindo o Retiro conjunto CUA-CER realizado este ano, em Março de 2013, em Durban, África do Sul, e a contínua participação da Comissão nas várias reuniões dos Órgãos Deliberativos das CER durante o ano de 2013. Está igualmente em curso trabalho sobre a recomendação para localizar uma Unidade de Coordenação das CER no Gabinete da Presidente.

Cooperação com a Comissão Económica das Nações Unidas para África e Banco Africano de Desenvolvimento

292. A nível estratégico, as três instituições primárias pan-africanas, a CUA, a UNECA e o BAD, pela primeira vez realizaram um Retiro em Janeiro de 2013, para analisar as áreas prioritárias de cooperação, a fim de fortalecer as relações entre si. Decorrente desse Retiro, foram identificadas duas áreas emblemáticas da cooperação: (a) A cooperação para o desenvolvimento da Agenda 2063; e (b) Cooperação em matéria de fontes alternativas de financiamento para o desenvolvimento de África e instituições continentais e regionais. Essas duas áreas são, além das outras questões em que a CUA, BAD e UNECA continuar a cooperar, incluindo a agricultura, infra-estruturas, desenvolvimento económico, e instituições financeiras e mercados.

293. Durante o ano de 2013, as três instituições participaram igualmente em outras reuniões e programas de política, incluindo:

- 50º Aniversário da OUA/UA, em Maio de 2013, em Adis Abeba;
- Reunião Anual do BAD em Marraquexe, Marrocos, de 31 de Maio – 03 de Junho de 2013;
- Mesa Redonda sobre o Financiamento de Infra-estruturas de África, realizada em Junho de 2013, Tunes, Tunísia, concentrando-se na proposta do Fundo de Capital de Investimento Privado *Africa50* do Banco Africano de Desenvolvimento, para Infra-estruturas;

- A Sexta Conferência Anual Conjunta da UA-CEA dos Ministros da Economia e das Finanças e dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para a África foi realizada em Abidjan, Côte d'Ivoire, de 21-26 de Março de 2013, com o tema “A Industrialização para uma África Emergente”;
- A Conferência Africana de Economia em Joanesburgo, de 28 a 30 de Outubro de 2013, sobre o tema “Integração Regional em África”.

294. Além disso, as três instituições colaboraram igualmente na publicação dos seguintes importantes relatórios africanos durante o ano de 2013:

- Relatório sobre a Competitividade de África de 2013: esta publicação bienal é feita conjuntamente pelo Fórum Económico Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e Banco Mundial (BM). A partir de 2011, a Comissão da União Africana juntou-se como parceiro e, portanto, parte da publicação conjunta do Relatório de 2013;
- Relatório dos ODM para 2013. A avaliação dos progressos em África rumo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Conjuntamente publicado pela UNECA, UA, BAD e PNUD.

Cooperação com Parceiros Internacionais

295. Durante o período em análise, a Comissão, em colaboração com os países e organizações parceiras, e em conformidade com o Calendário Anual, realizou as seguintes Cimeiras:

- **3ª Cimeira África-América do Sul** em Malabo, Guiné Equatorial, de 20 a 23 de Fevereiro de 2013, sob o tema “*Estratégias e Mecanismos para Reforçar a Cooperação Sul-Sul*”. Um dos principais resultados foi um mecanismo de conjunto de financiamento para projectos de desenvolvimento;
- A **5ª Conferencia Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África (TICAD V)** foi realizada sob o tema “*Desenvolvimento Inclusivo e Dinâmico em África*”, em Yokohama, Japão, de 1 a 3 de Junho de 2013. A Cimeira adoptou a Declaração de Yokohama e o Plano de Acção da TICAD V para os próximos cinco anos;
- A **3ª Cimeira África-Árabe** foi realizado na Cidade do Kuwait, Estado do Kuwait, de 18 a 20 de Novembro de 2013, sob o tema “*Parceiros no Desenvolvimento e Investimento*”. A Cimeira adoptou a Declaração do Kuwait e Resoluções para facilitar a

implementação do Plano de Acção Conjunto para os próximos três anos.

296. Além dessas Cimeiras, a Comissão realizou uma série de actividades destinadas a reforçar a parceria de África com a União Europeia, Turquia, Índia, China, EUA e Coreia.

297. **Cooperação África-União Europeia:** A Comissão continuou a reforçar a cooperação com a UE, durante o período em análise. Para o efeito, foram realizadas as seguintes reuniões e actividades, que monitorizaram os progressos na implementação da Estratégia Conjunta África-UE (JAES) e analisou os preparativos para a 4ª Cimeira África-UE prevista para 03 – 04 de Abril de 2013, em Bruxelas:-

- A 14 e 15 de Fevereiro de 2013, a União Africana acolheu a Décima Quinta Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto União (JTF) Europeia (UE)-África, em Adis Abeba, Etiópia;
- Em Maio de 2013, as duas Comissões reuniram-se na Sexta Reunião Colegial que teve lugar em Adis Abeba, Etiópia;
- A sessão de reflexão conjunta realizada em Zanzibar, Tanzânia, de 10 a 13 de Junho de 2013, organizada pela CUA e contou com as principais partes interessadas, incluindo: Sociedade Civil, Comunidades Económicas Regionais (CER), Estados-membros do Comité de Acompanhamento sobre o Diálogo UE-África e Parlamento Pan-Africano (PAP);
- Uma Segunda Sessão Conjunta de Reflexão África-UE foi realizada em Bruxelas, Bélgica, a 18 de Setembro de 2013, para discutir os Acordos de Parceria Económica;
- As duas Comissões realizaram igualmente intercâmbios de alto nível durante o ano de 2013, incluindo reuniões bilaterais entre a Comissão da UA e o Presidente da Comissão Europeia e os Presidentes do Conselho Europeu, em Bruxelas, e uma visita a Adis Abeba, Etiópia, do Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Baronesa Katherine Ashton;
- O fórum da Sociedade Civil África-UE, realizado em Bruxelas, a 17 de Outubro de 2013; e
- A 16ª reunião da Equipa de Trabalho Conjunta, realizada a 18 de Outubro de 2013, em Bruxelas.

298. O projecto de Plano de Acção **África-Índia** 2011-2014, discutido pela Segunda Cimeira África-Índia, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Março de

2011, foi assinado em Nova Deli, no início de Setembro de 2013. O Plano de Acção concentra-se em actividades de desenvolvimento social.

299. Sobre a parceria **África-Coreia**, foi assinado um Memorando de Entendimento (MdE) em Dezembro de 2013, para o financiamento de projectos, cuja implementação teve início em Dezembro de 2013. As negociações com a Coreia tiveram lugar no mês de Dezembro, sobre o aumento do seu apoio aos programas da CUA para 2014.

300. A **2ª Cimeira África-Turquia** devia ter sido realizada em 2013, mas foi adiada para permitir uma preparação adequada.

301. No que diz respeito à parceria **África-China**, foram criadas duas Comitês Técnicos para chegar a acordo sobre os projectos a serem financiados pelo Fundo Atribuído pela China. Estão em curso discussões sobre um novo programa da estratégia conjunta com a União Europeia, que será apresentado à próxima Cimeira África-UE.

302. Através da Missão Permanente em Bruxelas, a CUA acompanhou o seguinte:

- A Estratégia Conjunta África-UE (JAES);
- O Acordo de Cotonou ACP-UE;
- Compromissos com as Instituições de Bretton Woods;
- Apoio às actividades do Grupo de Embaixadores Africanos em Bruxelas;
- Monitorização das relações de trabalho regulares com as instituições da UE; e
- A realização de outras tarefas de representação.

303. **CUA-EUA:** Foi celebrado um Memorando de Entendimento sobre as quatro áreas de cooperação: paz e segurança, democracia e governação; crescimento económico, comércio e investimento; e promoção de oportunidades e desenvolvimento, em Janeiro de 2013, seguido de reuniões de grupos técnicos conjuntos em Junho e um intercâmbio de alto nível em Dezembro de 2013, para fazer avançar a implementação do acordo. Além disso, a Comissão continuou a acompanhar e a colaborar com os Estados-membros e o Governo e Congresso dos EUA sobre a Lei do Crescimento e Oportunidades para África (AGOA).

304. Durante o curso de 2013, foram exploradas e fortalecidas **outras relações**, incluindo por meio de iniciativas e compromissos, tais como:

- Conferência Conjunta sobre a Erradicação da Fome com o Instituto Lula, de 29 de Junho – 1 de Julho, em Adis Abeba; Conferência Conjunta com o Banco Mundial, a 19-20 de Julho, em Adis Abeba, sobre “Abordagens regionais para o desenvolvimento dos países dos Grandes Lagos; e missão conjunta ao Sahel com o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki Moon, a Presidente da Comissão da UA, Dra.

Dlamini Zuma, os Presidentes do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento, Jim Yong Kim e Dr. Donald Kaberuka ao Mali, Níger, Burkina Faso e Chade, de 2 a 5 de Novembro de 2013;

- Visitas bilaterais e intercâmbios do Presidente, Vice-Presidente e Comissão, incluindo à Rússia, Suécia, EUA, Sérvia, Polónia e Hungria e acolhimento de delegações ministeriais e/ou parlamentares da Dinamarca, Cazaquistão, Reino do Bahrein, Polónia, San Marino, Turquia e Reino Unido;
- Reunião sobre as Abordagens Regionais para o Desenvolvimento dos Países da Região dos Grandes Lagos.

3º PILAR: VALORES COMUNS

305. Na área de Assuntos Políticos, a Comissão centrou-se nas seguintes áreas:

- Implementação da Carta Africana sobre a Democracia
- Eleições e Governação – Constitucionalismo e o Estado de Direito
- Direitos Humanos
- Eleições e Assistência Eleitoral
- Reforma do Sector Público; e
- Assuntos Humanitários.

Implementação e Promoção da Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação

306. Na implementação da Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação (Constitucionalismo e o Estado de Direito), e após a violação da ordem constitucional na República Centro Africana, a Comissão consultou as partes interessadas com vista a definir uma estratégia sobre como melhorar o cumprimento do conceito operacional para a criação da Missão de Apoio Internacional liderada por África para a República Centro Africana (AFISCAR). O objectivo das consultas com as partes interessadas era de elaborar estratégias ou acções para abordar de forma eficiente vários desafios humanitários, de governação, democracia, eleições e Direitos Humanos que a República Centro Africana enfrenta, visando o restabelecimento da ordem constitucional no país.

307. O processo de consulta identificou a necessidade de criar um grupo de trabalho apoiado pela comunidade internacional para concluir o primeiro projecto da Constituição que será submetido às partes interessadas do país. Realçou igualmente a necessidade de:

- Lidar com os desafios relacionados com o deslocamento das populações, segurança e reconciliação nacional como um pré-requisito para eleições bem-sucedidas;
- Estabelecer e operacionalizar imediatamente a Autoridade Nacional de Eleições (ANE);
- Implementar um método biométrico para identificar eleitores elegíveis e estabelecer uma lista eleitoral fiável (registo);
- Desdobrar as instituições administrativas e de justiça; e a necessidade de desenvolver a capacidade do Tribunal Constitucional de transição.

308. As consultas indicaram igualmente que os Direitos Humanos dos cidadãos estão a ser comprometidos devido à insegurança no país, o que resultou em violações de Direitos Humanos tais como prisões e detenções arbitrárias, violência sexual contra as mulheres e crianças, tortura, assassínios selectivos e

recrutamento de crianças - soldados. Além disso, foram igualmente observados outros abusos cometidos por elementos não controlados do Grupo Séléka e grupos armados não identificados. Os mecanismos de protecção dos Direitos Humanos em África a nível sub-regional e regional foram considerados necessários para garantir o cumprimento das disposições relevantes sobre os Direitos Humanos e tomar medidas para exigir a prestação de contas dos autores de actos de violência cometidos.

309. Em relação à **Arquitectura Africana de Governação (AGA)**, a Comissão que funciona como Secretariado e órgão de implementação da plataforma da AGA, realçou a necessidade de um impulso necessário para avançar com o processo da AGA, que incluiu a convocação de uma reunião técnica da Plataforma da AGA em Junho de 2013, em Abuja, Nigéria. A Plataforma é o quadro institucional para a arquitectura que reuniu a Comissão da UA, vários órgãos da UA e as Comunidades Económicas Regionais (CER) com mandatos de governação e providenciou um quadro para interacção, envolvimento activo, síntese e convergência entre as entidades. A reunião decidiu que o processo de formalização da Arquitectura deve iniciar e um dos primeiros passos será o desenvolvimento de um protocolo que irá formalizar a relação entre o Departamento de Assuntos Políticos da Comissão da União Africana (DPA) na qualidade de Secretariado da Arquitectura com os Órgãos e as CER, bem como outras instituições da Comissão com mandatos de governação relacionados. Esta formalização irá garantir o aproveitamento da sinergia, coordenação e cooperação entre os órgãos da UA, instituições e as CER a fim de garantir a implementação eficaz das decisões e normas da UA e dos Estados-membros na promoção da governação democrática, eleições, Direitos Humanos e assistência humanitária em África.

310. Durante o período abrangido pelo relatório, a Comissão definiu igualmente como prioridade a criação de sinergia entre a AGA e a Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA). Ambas as arquitecturas abordam duas prioridades fundamentais da UA sobre a sua agenda para a unidade, integração e desenvolvimento. A AGA aborda a agenda de governação da visão da UA, enquanto a APSA aborda a agenda da paz e segurança. Em termos normativos, as duas arquitecturas estão relacionadas através da Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação (do lado da AGA) e o Protocolo Relativo à Criação do Conselho de Paz e Segurança (do lado da APSA).

Promoção dos Direitos Humanos

311. Na área dos Direitos Humanos, a Comissão, através da AFISMA, destacou **Observadores dos Direitos Humanos (HROs)** no Mali, especificamente em Bamako, Gao, Timbuktu, Mopti e Kidal, a partir de 1 de Março de 2013 como parte da estratégia para resolver o conflito no país. Os observadores monitorizam a situação dos Direitos Humanos nas zonas libertadas, promovem e apoiam o respeito pelos Direitos Humanos e Liberdades fundamentais. Os Observadores dos Direitos Humanos trabalham com funcionários do governo, agentes de segurança, organizações da Sociedade Civil, vítimas de conflitos, líderes

tradicionais e religiosos, mulheres em cargos de liderança e organizações internacionais no terreno.

312. A equipa de HROs concluiu os seus relatórios referentes ao período que vai de Abril a Junho de 2013 e Julho a Setembro de 2013, respectivamente. Os relatórios trimestrais realçam os principais desafios relativos aos Direitos Humanos e assuntos humanitários no Mali, que incluem:

- Violações dos Direitos Humanos pelo Estado e pelos intervenientes não estatais;
- Falta de presença física das estruturas de governação e administrativas na parte norte do Mali;
- Proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre;
- Insegurança alimentar;
- Clivagens étnicas profundamente enraizadas;
- Falta de acesso à justiça, inclusão limitada nos processos de manutenção da paz e desvio de procedimento.

313. Os relatórios recomendam igualmente a necessidade de prestação de contas dos autores de violações graves dos direitos humanos, envolvimento consciente das organizações da Sociedade Civil nos programas de recuperação pós-conflito, reformas no sector de segurança, capacitação dos órgãos de aplicação da lei e um processo de reconciliação nacional inclusivo. Os relatórios serão submetidos ao Conselho de Paz e Segurança para futuras acções.

314. Uma outra realização importante durante o período abrangido pelo relatório é a orientação pela Comissão e a contribuição no desenvolvimento de um **Quadro Africano de Política de Justiça de Transição** abrangente, em colaboração com o Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos (OHCHR) e outras agências das Nações Unidas.

315. A Comissão levou igualmente a cabo várias actividades para comemorar os seguintes eventos, com a cooperação do OHCHR:

- O Genocídio do Ruanda
- O Dia Africanos dos Direitos Humanos
- O Dia Internacional dos Direitos Humanos
- O Dia Internacional da Tolerância

316. **O Diálogo UA-UE sobre os Direitos Humanos** centrou-se na Declaração de Durban e no Plano de Acção (DDPA), bem como nos Direitos Humanos.

317. Realização da **4ª Conferência das Instituições Nacionais dos Direitos Humanos (NHRI)** em Banjul, Gâmbia em colaboração com a Rede das Instituições Africanas Nacionais dos Direitos Humanos. O objectivo principal da reunião era de melhorar as relações de trabalho entre as NHRIs e os Órgãos da UA com um mandato relativo aos Direitos Humanos, nomeadamente a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (ACHPR), o Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos (AfCHPR) e a Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar das Crianças (ACEWRC).

318. **10º Diálogo UA-UE sobre os Direitos Humanos** em Bruxelas, que, entre outros assuntos, tomou nota das recomendações que emergiram do 4º Workshop das Organizações da Sociedade Civil de África e da União Europeia sobre os Direitos Humanos, realizado em Bruxelas, de 18 a 19 de Outubro de 2013.

319. **2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre os Direitos Humanos e Justiça de Transição da Plataforma Africana de Governação** realizada em Dakar, Senegal, de 22 a 25 de Novembro de 2013 como parte das actividades da Plataforma. O propósito da reunião era de reforçar a Estratégia dos Direitos Humanos para África (HRSA) com vista a aprofundar a cultura de democracia e Direitos Humanos em conformidade com os objectivos da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e outros instrumentos relevantes.

Eleições e Assistência Eleitoral

320. Na área de Eleições e Assistência Eleitoral, a Comissão introduziu e implementou na fase piloto Missões de Observação Eleitoral a Longo Prazo (LTO) no Quênia, Mali, Zimbabwe, Guiné e Madagáscar. A introdução de LTO constitui uma mudança de metodologia nas abordagens da União Africana em relação à observação eleitoral. O objectivo principal da Missão de LTO é de garantir a visibilidade adequada e uma presença rápida dos observadores da UA, para permitir a recolha de informação crítica que pode servir de aviso prévio e estímulo para a tomada de medidas rápidas por parte da liderança da União Africana, onde for considerado necessário. Com base nos resultados positivos obtidos anteriormente, as Missões de LTO estarão completamente operacionais em 2014 posicionando, desta forma, a UA como uma missão de observação eleitoral de liderança no continente.

321. Além de LTO, Missões de Observação Eleitoral de Curto Prazo (STO) envolvendo, em média, 50 observadores por missão foram destacadas nos seguintes países: Camarões, Djibouti, Guiné, Guiné Equatorial, Madagáscar, Mali, Mauritânia Quênia, Ruanda, Suazilândia, Togo e Zimbabwe. Estas missões tinham como objectivo promover eleições livres, justas e transparentes, em linha com a Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação e a Declaração dos Princípios de Eleições Democráticas na Governação em África.

322. Em 2013, a Comissão elaborou igualmente uma estratégia para a **integração da perspectiva de género** nas Missões de Observadores Eleitorais da UA (AUEOM), com vista a melhorar o equilíbrio do género na representação e

questões relacionadas com o género nas AUEOM. A Comissão desenvolveu ainda uma base de dados de potenciais mulheres como observadoras eleitorais e peritas a serem destacadas para as AUEOM. Por outro lado, desde o início do ano, os Relatórios das AUEOM incluem agora uma secção sobre a participação das mulheres e dos homens na esfera política e nos processos eleitorais dos países que realizam eleições. Pela primeira vez, a Comissão organizou uma Formação de Observadores Regionais da África do Norte (Março de 2013), incorporando módulos relacionados com a integração da perspectiva de género no processo de observação de eleições.

323. Trabalhando com o Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA), a Comissão lançou a **Ferramenta de Gestão do Risco Eleitoral em África (ERT)**, que é um instrumento de capacitação no seio dos Órgãos Africanos de Gestão de Eleições (EMBs). Espera-se que a Ferramenta de Gestão do Risco Eleitoral ajude as EMBs no seguinte:

- Aprender sobre os diferentes factores que poderiam estimular a violência relacionada com as eleições;
- Identificar os factores que podem ser relevantes num determinado contexto e criar modelo(s) analítico(s);
- Recolher e analisar dados relevantes, incluindo a violência perpetrada contra as mulheres e grupos minoritários
- Apoiar a tomada de decisões fundamentadas;
- Colmatar o fosso que separa as comunidades eleitorais, de segurança e a Sociedade Civil através da promoção da colaboração sobre as estratégias de prevenção e mitigação antes, durante e depois do dia das eleições; e
- Informar sobre possíveis cursos que podem ser adequados na resposta às ameaças identificadas.

324. **A Comissão continuou a prestar assistência técnica às EMBs** na realização de eleições em linha com os instrumentos internacionais e regionais de eleições, especialmente a Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação e ajudar a reforçar a capacidade das EMBs para intervirem nos vários mandatos nacionais. Por exemplo, a Comissão destacou um Consultor de curto prazo na Comissão Nacional de Eleições Independente (INEC) da Nigéria para prestar apoio na planificação eleitoral para as eleições de 2015 e foram destacados dois consultores de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Gestão Eleitoral para o Escritório do Delegado Geral para Eleições e a Comissão Nacional de Eleições Independente (CENI) no Mali.

325. A Comissão convocou igualmente uma reunião de 8 Presidentes de todas as regiões em África para deliberações e criação de um roteiro sobre a

reactivação da, até então existente mas actualmente extinta, Associação das Autoridades Eleitorais Africanas (AAEA).

326. Sobre os **Programas Nacionais de Capacitação (BRIDGE) para os Órgãos de Gestão de Eleições (EMBs)**, a Comissão organizou Workshops de Formação de Facilitadores (TtF) em Pretória, África do Sul, para os EMBs de 5 Estados-membros e subsequentemente organizou Workshops de BRIDGE nos seguintes países: Botsuana Burundi, Camarões, Cote d'Ivoire, Guiné, Malawi, Nigéria e Quênia. Sobre as actividades relacionadas com as eleições, está em curso a implementação de um programa de *Acompanhamento da Implementação das Recomendações das Missões de Observadores Eleitorais da UA (AUEOMs)*. Os objectivos do programa são:

- Criar instituições democráticas e transparentes mais fortes em África;
- Melhorar a legitimidade dos governos em África; e
- Garantir que o pluralismo político e o consenso para a mudança democrática sustentável sejam garantidos nos Estados-membros.

327. Em linha com os objectivos acima mencionados, a Comissão desenvolveu uma estratégia para a implementação das recomendações das AUEOMs. A estratégia está actualmente a ser implementada na fase piloto na República da Serra Leoa em colaboração com a Comissão de Eleições do mesmo país.

Reforma do Sector Público

328. Na área da Reforma do Sector Público, foi realizada uma Conferência de dois dias dos Ministros Africanos da Função/Administração Pública (CAMPS) relativa à reunião de Planificação Estratégica, na Quarta Edição da Celebração do Dia Africano da Função/Administração Pública (APSD), de 30 de Maio a 2 de Junho de 2013 em Lagos, Nigéria. A conferência reuniu funcionários do Governo do Gana, pessoal do Secretariado da UA-CAMPS e funcionários das Redes Africanas das Instituições de Gestão do Desenvolvimento (AMDIN) para planificarem as celebrações do APSD em 2013 que terão lugar em Acra, Gana. A Quarta Edição da Celebração do Dia Africano da Função/Administração Pública (APSD) foi subsequentemente acolhida pelo Governo do Gana sob os auspícios do Secretariado da Conferência dos Ministros da Função/Administração Pública da União Africana (AU-CAMPS). Reflectiu sobre o papel da função/administração pública e realçou a necessidade de prestação de contas e transparência na gestão do sector público e sublinhou a necessidade de os povos africanos fazerem parte do processo de formulação, implementação e avaliação de políticas do sector público.

329. Em Julho de 2013, foi realizado em Kinshasa, República Democrática do Congo (RDC) um Seminário de Validação das Partes Interessadas da **Estratégia da União Africana Contra a Corrupção na Função/Administração Pública**. O seminário reuniu peritos da função/administração pública e de combate à corrupção do continente para validarem um projecto da Estratégia Contra a

Corrupção para a Função/Administração Pública em África. A Estratégia foi submetida à 8ª AU-CAMPS para análise e adopção.

330. A Oitava Conferência dos Ministros da Função/Administração Pública da União Africana (AU-CAMPS), realizada na República do Congo, de 26 a 27 de Julho de 2013 foi uma das principais actividades levadas a cabo durante o presente ano. O objectivo da Conferência foi de definir estratégias sobre como acelerar a ratificação da Carta da União Africana sobre os Valores e Princípios da Função e Administração Públicas, e promover a prestação de contas e a produtividade na função/administração pública em África, através da implementação eficaz da Carta. O evento enfatizou ainda a necessidade de uma maior prestação de contas e transparência na administração pública e para uma separação clara entre a política e a administração em África.

331. Os cinco países abaixo foram eleitos como Membros da Mesa:

- República do Congo como Presidente
- Tanzânia como 1º Vice-presidente
- Côte d'Ivoire como 2º Vice-presidente
- Lesoto como 3º Vice-presidente
- Argélia como Relator.

332. O Prémio Africano de Inovação dos Serviços Públicos (**AAPSIA**) é uma das dez áreas temáticas de Promoção dos Serviços da Conferência dos Ministros da Função/Administração Pública da União Africana. Esta área temática é liderada pela África do Sul como promotor principal. É co-presidida pelo Egipto. A África do Sul organizou o evento na qualidade de Promotor, enquanto o Congo acolheu a cerimónia de atribuição de prémios, uma vez que foi anfitrião da 8ª Conferência. O Prémio é organizado no final da Conferência Ministerial realizada de dois em dois anos. O sistema de atribuição de prémios tem várias categorias, nas quais os seguintes países receberam prémios na área da Função/Administração Pública: África do Sul, Cabo Verde, Cote D'Ivoire, Namíbia e Quénia.

Autoridades e Governos Locais

333. A Comissão, em colaboração com o Governo do Senegal e GIZ, organizou uma reunião técnica intensiva com a duração de oito dias sobre o Alto Conselho das Autoridades Locais (HCLA), de 29 de Julho a 4 de Agosto de 2013 em Dakar, Senegal. A reunião reviu, fez emendas e concluiu documentos antigos preparados para apoiar a criação do Alto Conselho das Autoridades Locais da União Africana proposto dentro da Arquitectura de Governação da União Africana. A reunião elaborou ainda um orçamento de um ano para o HCLA e um acordo de acolhimento para a República do Senegal como potencial anfitrião do Secretariado do HCLA.

334. Na área de reformas do sector público, a Conferência Extraordinária da União Africana sobre a Descentralização e dos Ministros de Desenvolvimento

Local foi organizada em colaboração com o governo do Senegal, de 13 a 14 de Setembro de 2013 em Dakar. A Conferência reviu o Projecto da Carta da União Africana sobre os Valores e Princípios de Descentralização, Governação Local e propôs o Desenvolvimento Local. Igualmente fez as emendas necessárias ao Alto Conselho para as Autoridades Locais e adoptou-as.

Assuntos Humanitários

335. Na área de Assuntos Humanitários, a Comissão, juntamente com o Subcomité para os Refugiados, Regressados e Deslocados Internos do Comité de Representantes Permanentes (CRP) e em estreita cooperação com as CER, parceiros da UA, Sociedade Civil e outras organizações relevantes realizou as seguintes actividades:

- Como seguimento da implementação do Plano de Acção dos Resultados da Cimeira Especial da UA realizada em Kampala em 2009 sobre os Refugiados, Regressados e Deslocados Internos em África, a Comissão iniciou o processo de aplicação a nível local e implementação da Convenção sobre os Deslocados Internos. Realizou um seminário para estabelecer um diálogo para a acção nos países que ratificaram a Convenção de Kampala e facilitar o futuro processo de aplicação a nível local e implementação da Convenção.
- A Comissão realizou em Julho de 2013 um workshop para a Região da África Austral, com a participação do Lesoto, Suazilândia e Zâmbia, onde foram feitas apresentações sobre a Lei Modelo, bem como o desenvolvimento de Planos de Acção Nacionais e elaboração de mecanismo de monitorização e avaliação.
- A Comissão realizou a segunda das suas formações, de 20 a 23 de Agosto de 2013 em Kampala, Uganda com vista a melhorar a compreensão e o cumprimento do Direito Humanitário Internacional, Direitos Humanos Internacionais e outras formas relevantes para os oficiais do Exército Nacional da Somália.
- Nos termos do seu mandato de rever e monitorizar a protecção e a assistência às populações afectadas por conflitos e calamidades, a Comissão levou a cabo missões conjuntas de avaliação com o Subcomité do CRP para os Refugiados, Regressados e Deslocados Internos em Moçambique, para avaliar o impacto das cheias que assolaram o país, bem como na República Centro Africana e no Mali em Agosto e Novembro de 2013, respectivamente. Foi alocado um valor de 100,000 \$EU aos programas do ACNUR na República Centro Africana e aos Governos do Mali e de Moçambique em solidariedade com as populações afectadas.

- A Comissão comemorou o Dia Mundial Humanitário através da organização de uma Sessão Aberta do Conselho de Paz e Segurança sobre a Situação Humanitária e de Protecção na República Centro Africana e na República Democrática do Congo, que reuniu o Conselho de Paz e Segurança, membros do Comité de Representantes Permanentes e a comunidade humanitária de uma forma geral.
- Ainda no âmbito da comemoração do Dia Mundial Humanitário, a União Africana lançou a Campanha de Mãos de Ajuda, que procurou realçar o trabalho dos cidadãos africanos comuns na assistência aos seus vizinhos, comunidades e países em geral.

336. Outras actividades relacionadas com Assuntos Humanitários foram:

- Convocação do Segundo Simpósio Anual Humanitário da União Africana organizado pela UA, subordinado ao tema: Para além da Assistência – Desafios Humanitários e Soluções Duradouras em África, em Outubro de 2013 em Nairobi, Quênia. O Simpósio atraiu participantes dos Estados-membros, organizações nacionais, agências das Nações Unidas e Organizações Internacionais que discutiram soluções duradouras e abrangentes para os desafios humanitários de África e prioridades imediatas para uma agenda humanitária africana e passos concretos para avançá-los em várias formas.
- Foi realizada uma reunião com as CER e OSC para rever os relatórios regionais e continentais elaborados sobre a análise do ponto de situação relativo à livre circulação de pessoas em África. O lançamento do relatório final será feito em Janeiro de 2014.
- A Comissão dirigiu uma delegação dos Gestores de Calamidades de vários Estados-membros para participar no Segmento Humanitário de ECOSOC em Julho de 2013.
- À margem da 68ª Assembleia Geral, a Comissão co-presidiu várias sessões paralelas sobre assuntos humanitários.
- A Comissão participou igualmente na Reunião Executiva do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, que teve lugar em Genebra, em Setembro de 2013, onde foi discutida a situação humanitária em África e o progresso alcançado em África na abordagem da situação.

GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

337. A Comissão, em parceria com o PNUD, está a implementar um projecto regional sobre o género com a duração de três anos e que tem em vista *Criar um*

Ambiente Favorável para a Capacitação Económica das Mulheres e Participação Política em África. O PNUD disponibilizou 6 milhões de \$EU do orçamento total do projecto orçado em 12 milhões de \$EU como financiamento para 3 anos. Alinhado com a Década da União Africana para a Mulher Africana (2010-2020), as prioridades estratégicas da CUA para o período 2014 - 2017 e o Plano Estratégico do PNUD e a Estratégia sobre a Igualdade do Género, o projecto possui quatro grandes componentes, nomeadamente:

- Melhoria da capacidade da União Africana e das CER no apoio aos investimentos agrícolas de resposta à perspectiva de género
- Melhoria do acesso da mulher e dos jovens empresários aos serviços de financiamento e desenvolvimento de negócios
- Aumento da representação das mulheres nas posições eleitas de política/liderança, bem como nos órgãos públicos, tribunais e Comissões ao nível regional; e
- Melhoria da integração da igualdade de género nos processos de planificação, orçamentação e monitorização institucionais a nível regional (UA, CER).

338. Implementação está a ser acelerada nas áreas de melhoria da produtividade das mulheres agricultoras e o lucro das empresas agrícolas pertencentes às mulheres, bem como melhoria da liderança, participação e representação das mulheres nas instituições públicas e privadas aos níveis nacional e regional. Estas acções estão a ser implementadas sob a forma piloto nas regiões de Sahel e dos Grandes Lagos. O projecto está a ser institucionalizado dentro de uma Comissão com vista a garantir a sustentabilidade a longo prazo. Já foi criada uma equipa do projecto que está a trabalhar no DGWD, em colaboração com os departamentos relevantes.

339. A Comissão continua a desembolsar fundos para o projecto a partir do Fundo da Mulher para os Estados-membros.

340. A Comissão realizou ainda actividades de formação sobre Operações de Manutenção da Paz da UA e nos Estados-membros que conseguiram apresentar relatório sobre SDGEA.

341. A Comissão realizou várias actividades no âmbito do 50º Aniversário da OUA/UA, incluindo a Comemoração do 10º Aniversário do Protocolo de Maputo sobre o Género, à margem da Cimeira da SADC realizada no dia 15 de Agosto de 2013. Como parte da Celebração do 50º Aniversário da PAWO, a Comissão está a preparar um manual para as Mães Fundadoras da PAWO como parte da Celebração do 50º Aniversário da UA.

ASSUNTOS JURÍDICOS DA UNIÃO AFRICANA

342. As funções do Gabinete de Assessoria Jurídica incluem a prestação de serviços para os outros Departamentos dentro da Comissão para garantir a legalidade de todo o processo de tomada de decisão e continuou a envidar

esforços com vista a garantir o fortalecimento do Quadro Institucional da União Africana. Neste âmbito, o Gabinete levou a cabo várias actividades que tinham em vista harmonizar as leis dos Estados-membros; garantir que a União Africana lute contra a impunidade; prestar assistência à aceleração do processo de integração e reforçar os órgãos da União Africana para torná-los mais eficazes e eficientes.

Harmonização das Leis

343. **Funções de depositário:** Desde a submissão do último relatório em Janeiro de 2013, os Estados-membros continuaram a envidar esforços com vista a assinar, ratificar e/ou aderir aos Tratados da OUA/UA. Saliente-se que o ritmo do processo de assinatura dos tratados tem sido muito superior em relação ao anterior período de elaboração do relatório e as ratificações/adesões têm sido ligeiramente mais baixas. Cinquenta e uma (51) novas assinaturas foram anexas aos tratados em comparação com os nove (9) e os vinte e seis (26) instrumentos de ratificação/adesão que foram depositados, contra trinta e um (31) durante o período de elaboração do relatório.

344. Para promover a ratificação dos tratados da OUA/UA no âmbito das decisões relevantes do Conselho Executivo e da Conferência, a Comissão realizou um workshop sobre a Promoção da Ratificação dos tratados da OUA/UA das Regiões do Norte e Ocidente, em Dakar, Senegal, nos dias 26 e 27 de Agosto de 2013. O objectivo principal do workshop era de sensibilizar os Estados-membros das referidas regiões sobre a importância da ratificação e aplicação a nível local dos tratados da OUA/UA (especificamente as que têm relevância directa para os valores comuns), incentivá-los a tornar-se Partes dos tratados e para que tomem as medidas necessárias para acelerar a ratificação/ou adesão a todos os tratados da OUA/UA.

345. Na área de Transportes, a Carta Revista de Transportes Marítimos de África adoptada pela Cimeira da UA em Julho de 2010, a qual realça a política e o quadro estratégico continental para o desenvolvimento de transportes marítimos, pressupõe quinze (15) instrumentos de ratificação para que possa entrar em vigor. Até à data, apenas quinze (15) países assinaram a Carta e quatro (4) ratificaram-na. A Comissão enviou lembretes aos Estados-membros para a assinatura e ratificação da Carta e às CER e instituições especializadas para prestarem apoio ao processo de acompanhamento, bem como a inclusão da ratificação da Carta na agenda dos seus principais eventos relacionados com transportes.

346. Importa referir que há ainda muitos aspectos pendentes e apela-se aos Estados-membros para que dêem a máxima prioridade à assinatura e ratificação/ou adesão aos tratados da OUA/UA, o que iria demonstrar compromisso dos Estados-membros de estarem vinculados aos princípios, valores e padrões comuns da União Africana.

Criação de um Comité Ministerial sobre os Desafios de Ratificação/Adesão e Implementação dos Tratados da OUA/UA

347. O Conselho Executivo autorizou, durante a sua 20ª Sessão Ordinária realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2012, a criação do Comité Ministerial sobre os Desafios da Assinatura, Ratificação/Adesão e Implementação dos tratados da OUA/UA no âmbito do 50º Aniversário da OUA". O Comité foi criado e os seus membros são compostos pelos seguintes países:

Região da África Central: República Democrática do Congo e Gabão;

Região da África Oriental: Etiópia e Tanzânia

Região da África do Norte: Egípto e Líbia

Região da África Austral: Botswana e Zâmbia

Região da África Ocidental: Guiné e Senegal

Combate à Impunidade

348. **Julgamento do Sr. Hissene Habré:** Após a assinatura, no dia 22 de Agosto de 2012 em Dakar, entre a União Africana e o Governo da República do Senegal, do Acordo sobre a criação de Câmaras Africanas Extraordinárias nos tribunais de Senegal para instaurar processos contra as pessoas responsáveis pelos crimes internacionais cometidos no Chade entre 1982 e 1990, houve um progresso assinalável em relação à organização do julgamento do Sr. Habré, antigo Presidente do Chade, em aplicação das várias decisões da Conferência.

349. Progresso foi alcançado na operacionalização das Câmaras Africanas Extraordinárias e na actividade judicial. Após a nomeação do Administrador das Câmaras Africanas Extraordinárias, no dia 8 de Janeiro de 2013 e o lançamento oficial das actividades das Câmaras no dia 8 de Fevereiro de 2013, foram realizadas as seguintes actividades:

- Nomeação, no dia 1 de Março de 2013, de Juizes da Câmara de Pré-Julgamento e a Câmara de Acusação, bem como os Procuradores das Câmaras pela Presidente da Comissão da UA, em conformidade com o disposto nos Artigos 11º e 12º do Estatuto das Câmaras.
- Assinatura, no dia 3 de Maio de 2013 em Dakar, de um Acordo de Cooperação Judiciária entre Chade e Senegal.
- Primeira missão do Procurador Principal e os seus adjuntos para o Chade em Junho de 2013, no âmbito das investigações preliminares.
- Acusação e colocação em custódia do Sr. Habré, no dia 2 de Julho de 2013, em vários fundamentos de acusação incluindo crimes contra a humanidade, crimes de guerra e torture e

- Segunda Missão do Procurador Principal das Câmaras e seus Adjuntos para o Chade em Agosto de 2013, para a audição das vítimas e das testemunhas.

350. **Financiamento das Câmaras Africanas Extraordinárias:** O orçamento aprovado das Câmaras é de 9,773,654 \$EU. Até à data, as contribuições totais recebidas são de 8,966,000 \$EU. Com base nas Conclusões da Mesa Redonda dos Doadores, realizada no dia 24 de Novembro de 2010, as contribuições haviam sido recebidas da União Africana, do Governo da República do Chade, países e instituições parceiras, conforme se descreve abaixo:

- **União Africana:** um (1) milhão de Dólares Americanos;
- **Chade:** dois (2) biliões de Francos CFA;
- **Holanda:** um (1) milhão de Euros;
- **Bélgica:** Adiantamento de 250,000 Euros, dos 500,000 Euros prometidos;
- **Alemanha:** 200,000 Euros;
- **União Europeia:** Adiantamento de 1,279,975.85 Euros, dos dois (2) milhões de Euros prometidos;
- **França:** 300,000 Euros;
- **Estados Unidos da América:** um milhão (1,000,000) de Dólares Americanos;
- **Luxemburgo:** Primeira prestação de cinquenta mil (50,000) Euros, dos 100,000 Euros prometidos.

351. Saudámos o Senegal, Chade e a todos os Estados-membros da União Africana, bem como aos países e instituições parceiras que contribuíram para o financiamento do julgamento. Isto demonstra eloquentemente o compromisso do nosso continente na luta contra a impunidade em África.

352. O Chade e o Senegal, bem como a UA continuam comprometidos com a realização do julgamento do Sr. Habré. Este compromisso foi evidenciado pela disponibilização da contribuição do Chade e a assinatura do Acordo de Cooperação Judiciária entre Senegal e Chade, no dia 3 de Maio de 2013 em Dakar (Senegal).

353. Deve-se ter em conta que as diferentes fases do julgamento, nomeadamente as investigações, o julgamento e recurso (se for o caso), poderão durar vinte e sete (27) meses.

354. **Decisão do Tribunal de Justiça da CEDEAO sobre o caso do Sr. Habré na República do Senegal:** O Tribunal de Justiça da CEDEAO rejeitou, no dia 5 de Novembro de 2013, o pedido do Sr. Habré para a suspensão do processo contra ele pendente perante as Câmaras Africanas Extraordinárias. Esta decisão segue uma petição apresentada pelos advogados do Sr. Habré no dia 23 de Abril de 2013, solicitando, como medidas provisórias, que o Tribunal deve "*ordenar a República do Senegal a suspender qualquer acção, investigação, processos*

penais no âmbito da aplicação do Estatuto das Câmaras...” por motivos relacionados com o facto de as Câmaras Africanas Extraordinárias não serem legítimas, de acordo com a petição. Os advogados alegaram igualmente que o Sr. Habré não teria um julgamento justo caso comparecesse perante as Câmaras.

355. O Tribunal declarou que carecia de jurisdição para decidir sobre a petição, devido ao facto de as Câmaras Africanas Extraordinárias terem sido criadas com base num acordo entre a União Africana e o Senegal. Além de rejeitar o fundamento para a tomada de medidas provisórias, o Tribunal rejeitou o fundamento subjacente, encerrando pelas mesmas razões, o processo relativo ao pedido apresentado ao Tribunal pelo Sr. Habré e os seus advogados.

CIDADANIA E DIÁSPORA

356. Durante o período em análise, a Comissão, no âmbito dos valores comuns, continua a definir como prioridade a necessidade de consolidar, estabelecer e manter uma parceria activa com as organizações da Sociedade Civil, a Diáspora Africana, profissionais e grupos sociais, organizações comunitárias e vários actores não estatais no cumprimento do compromisso do Acto Constitutivo que visa criar uma comunidade centrada nas pessoas dentro da União Africana.

357. Os esforços centraram-se em quatro áreas principais, nomeadamente:

- A comemoração do 50º Aniversário da OUA/UA;
- A concepção e consolidação da Agenda 2063;
- O apoio ao Fórum Intercontinental das Organizações da Sociedade Civil da Parceria África - UE;
- A implementação dos resultados da Cimeira Mundial da Diáspora.

358. Fórum Intercontinental das Organizações da Sociedade Civil da Parceria África – UE: Do mesmo modo, as Organizações da Sociedade Civil continuaram a desempenhar um papel fundamental no âmbito da consolidação das parcerias estratégicas globais como processos centrados nas pessoas. Neste contexto, é de salientar em particular, a realização do 2º Fórum Intercontinental das Organizações da Sociedade Civil em Bruxelas, Bélgica, de 23 a 25 de Outubro de 2013. O Fórum foi precedido por quatro reuniões preparatórias dirigidas pelo Comité de Gestão de África e da UE e contou com a participação de representantes da Comissão da União Africana e do Embaixador da Etiópia em Bruxelas, como representante do Presidente da União Africana.

359. O Fórum foi realizado como parte da preparação da próxima Cimeira África - UE em Abril de 2014, na qual as suas recomendações seriam formalmente apresentadas aos líderes africanos e da UE. O Fórum reviu a história e o progresso da parceria África - UE, os seus sucessos e retrocessos e, em particular, o papel e as contribuições da Sociedade Civil e de outras partes interessadas. O Fórum culminou com recomendações substantivas sobre as áreas temáticas da parceria, o papel da Sociedade Civil, as estruturas

operacionais e os processos de reforma da Estratégia Conjunta África – UE (JAES). Representantes da Sociedade Civil participaram igualmente na reunião conjunta do Grupo de Trabalho de acompanhamento do processo realizada em Bruxelas, no dia 29 de Outubro de 2013.

360. Implementação dos resultados da Cimeira Mundial Africana da Diáspora: Além da comemoração do 50º Aniversário e consultas sobre a Agenda 2063, o enfoque do Programa da Diáspora foi sobre a implementação dos resultados da Cimeira Mundial Africana da Diáspora. Duas áreas principais foram realçadas como centro de atenção neste âmbito. A primeira foi a implementação de cinco projectos de herança sobre:

- O Instituto Africano de Remessas (AIR);
- O Corpo de Voluntários da Diáspora Africana;
- O Mercado Mundial Africano da Diáspora (DMADA);
- A Base de Dados de Habilidades da Diáspora Africana; e
- O Banco de Investimento da Diáspora Africana.

361. No início do ano, a Comissão, através da Direcção de Cidadãos e da Diáspora organizou um workshop de reflexão em Washington, de 23 a 25 de Março de 2013, para consolidar o processo e elaborar cada um dos projectos, explorar opções para o seu desenvolvimento e envolver potenciais parceiros do projecto. O Workshop foi realizado com ênfase para os resultados, calendário de actividades, componentes do programa e avaliação das necessidades com vista a criar condições para o início das actividades do projecto. Progresso significativo foi alcançado neste âmbito e foi alcançada uma compreensão clara sobre a garantia de apoio do Banco Mundial para alguns aspectos do processo. A Fundação de Capacitação para África que participou igualmente na consulta prometeu algum apoio ao DMADA. Foi desenvolvido um programa de acompanhamento para a actividade prática.

362. Subsequentemente, a 21ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana realizada em Maio de 2013 adoptou a Decisão da Conferência designada AU/Dec. 478 (XXI) sobre a Implementação de Projectos do Legado da Diáspora Africana no Mundo. A Decisão criou um Comité Técnico de Auto-financiamento de Peritos composto por dirigentes da CUA, NEPAD, BAD, PNUD, UNECA, CER, Fundação de Capacitação para África, Chefes das Agências de Implementação e Representantes da Diáspora e do Sector Privado para supervisionarem o processo, criar parâmetros, identificar agências de implementação, desenvolver termos de referência e explorar as modalidades de financiamento. A Comissão foi solicitada a facilitar a convocação deste órgão.

363. Neste contexto, houve igualmente necessidade de alinhar o progresso alcançado anteriormente e enquadrá-lo devidamente no trabalho do Comité. Consequentemente, houve necessidade de consultas amplas entre a Comissão, África do Sul e os anteriores órgãos. As consultas serão concluídas brevemente e consequentemente antecipa-se que uma reunião deste Comité Técnico será convocada logo após a Cimeira em Fevereiro de 2014.

364. Entretanto, o desenvolvimento de redes regionais como estruturas organizacionais eficazes para o envolvimento da Diáspora prosseguiu a bom ritmo. A Rede Europeia da Diáspora foi lançada em Bruxelas, Bélgica, de 2 a 4 de Dezembro de 2013 em estreita cooperação com a CIDO e o Escritório da UA em Bruxelas. Do mesmo modo, foi igualmente lançada a Rede Canadana na América do Norte em Dezembro de 2013.

365. Ligações Institucionais e com a Sociedade Civil e a Diáspora: A Comissão continua a manter fortes ligações institucionais com as redes da Sociedade Civil e da Diáspora e organizações através do Memorando de Entendimento, programas de cooperação e participação em actividades transversais dentro da Comissão no continente na Diáspora Africana. Por exemplo, a Comissão, em colaboração com o Centro Internacional Rei Abdullah Bin Abdulaziz para o Diálogo Inter-religioso e Intercultural (KAICID), co-acolheu um seminário sobre a Educação Inter-religiosa e Intercultural nas instalações da UA, no dia 25 de Agosto de 2013, entre outros eventos.

366. O processo de criação e consolidação da parceria entre a UA, organizações da Sociedade Civil e a Diáspora continuou a desenvolver-se em várias dimensões. A Comissão continua a participar e a informar a Sociedade Civil e a comunidade da Diáspora sobre os eventos e actividades da UA e a receber *feedback* sobre o mesmo assunto. A perspectiva de fertilização cruzada das Organizações da Sociedade Civil e da Diáspora com as instituições dos Estados-membros, o sector privado, a Comissão e outros órgãos da UA criou igualmente esperanças e expectativas e às vezes, momentos críticos. Por outro lado, enriqueceu profundamente a agenda da UA tal como está evidente nas celebrações do 50º Aniversário, o processo em curso de desenvolvimento da Agenda 2063 e a consolidação das Parcerias Estratégicas da UA.

Eleições para o Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOCC)

367. Esforços para rever as candidaturas para membros do ECOSOCC iniciaram em 2012 e continuaram em 2013. A Comissão criou um Comité Interdepartamental para este propósito. Durante o ano de 2013, o Comité reuniu-se duas vezes para analisar mais candidaturas que foram recebidas. No fim do processo em Setembro de 2013, foi decidido que havia candidaturas insuficientes de candidatos qualificados da Sociedade Civil africana para permitir a realização de eleições para a Assembleia Geral da ECOSOCC.

368. O Comité recomendou várias opções sobre a via a seguir, que ainda está a ser analisado pela Comissão.

4º PILAR: REFORÇO INSTITUCIONAL E DAS CAPACIDADES

Introdução

369. Desde a sua criação em 2003, a Comissão cresceu em termos de pessoal e funções no Continente. Nos últimos quatro anos, os principais desafios foram a reavaliação das capacidades financeiras e administrativas da Comissão. A Comissão empreendeu várias iniciativas com o objectivo de dar resposta ao rápido crescimento, com incidência no aprofundamento do crescimento e equilíbrio entre a eficiência e a eficácia na transição para uma Comissão baseada nos resultados.

370. O ano de 2013 foi o ano da consolidação e de construção, com base nos anos anteriores para colocar a Comissão na boa via que iniciou com a adopção oportuna em Maio de 2013, do Plano Estratégico 2014-2017, pela primeira vez na história da União Africana. Um dos cinco (5) Pilares do Plano Estratégico da UA é o Reforço Institucional e das Capacidades (RIC), uma prioridade principal da sua capacidade para atingir os seus objectivos estratégicos de consolidar a responsabilidade, eficiência operacional, inovação e capacidade de resposta, trabalhando para a prossecução da integração e desenvolvimento em África. Para implementar de forma eficiente o RIC, foi elaborado um Plano de Actividades de quatro (4) anos, a fim de proporcionar um mandato claro e orientação para o alcance dos objectivos da Comissão. O Plano de Actividades identificou 4 prioridades principais que são:

Reforço, Fortalecimento e Manutenção da Boa Gestão Corporativa e Prestação de contas em toda a Comissão

371. Como órgão continental, é importante que tenha estabelecido sistemas que garantem o equilíbrio de interesses dos seus vários intervenientes, proporcionando mecanismos para o alcance dos seus objectivos. O reforço e manutenção da boa gestão corporativa e prestação de contas envolvem praticamente todas as esferas de gestão, incluindo os planos de acção e controlos internos para garantir a avaliação do desempenho e das práticas de gestão corporativa.

Promoção do Desempenho e da Eficiência Operacional no seio da Comissão

372. Desde 2008, a Comissão tem aplicado uma abordagem agressiva e ambiciosa sobre as reformas para garantir a efectividade, eficácia e melhor prestação de serviços. Foram empreendidos esforços para garantir o reforço da capacidade institucional, que continuam no quadro do Plano Estratégico 2014-2017. Várias reformas e iniciativas foram empreendidas com vista a melhorar o desempenho do pessoal e a eficiência operacional no seio da Comissão, alterando os métodos de trabalho e a melhoria do ambiente de trabalho por meio da transparência e da prestação de contas, promovendo a eficiência, a relação

custo-eficácia e o aumento da utilização das TIC em toda a Comissão para promover e adoptar as melhores práticas e normas internacionais.

373. O presente Relatório aborda os trabalhos que têm sido desenvolvidos pela Comissão relativamente às prioridades acima referenciadas de Janeiro a Dezembro de 2013, destacando os trabalhos de programação, planificação, orçamentação, processo de fortalecimento, reforma estrutural da Comissão e dos Órgãos da União, outros serviços administrativos e o reforço das capacidades.

Melhoria, Reforço e Manutenção da Boa Gestão Corporativa

374. Para melhorar, reforçar e manter a boa gestão corporativa em toda a Comissão, foram concebidas e estão actualmente a ser implementadas várias iniciativas coordenadas de reformas.

375. **Regulamento do Pessoal:** A elaboração de um Regulamento do Pessoal claro é um elemento crucial no reforço da boa gestão no seio da União Africana. A Comissão continua a trabalhar em estreita colaboração com o Comité de Representantes Permanentes (CRP) para garantir a implementação das suas disposições. O novo Regulamento do Pessoal facilita melhor as relações empregador-empregados, a eficiência operacional e a transparência. O Regulamento do Pessoal sem implicações financeiras foi plenamente implementado. Um organismo interdisciplinar consultivo reviu as relevantes disposições do Regulamento do Pessoal e apresentou mais recomendações sobre a sua implementação. Esta será levada à atenção do CRP em devido tempo.

376. **Órgãos de Gestão:** A Comissão acredita que a efectiva gestão dos processos administrativos tais como aquisição, recrutamento e reclamações melhorará a moral do Pessoal e finalmente criará métodos de trabalho propícios e eficientes. Os Órgãos de Apoio a Gestão tal como estatutariamente exigidos pelo Regulamento do Pessoal estão criados e considerados necessários pela gestão e foram recentemente reconstituídos uma vez que são imperativos para a manutenção da boa gestão e para coibir a impunidade no seio da Comissão. Até a segunda metade de 2013, todos os órgãos estiveram em funcionamento, realizando regularmente reuniões semanais. O Conselho de Disciplina foi reestabelecido para tratar das alegações de má conduta. Os Órgãos continuarão a apoiar o processo de tomada de decisões através de processos inclusivos, transparentes e participativos.

377. **Painel de Reclamações:** Para aumentar ainda mais a boa gestão, foi criado um Painel de Reclamações para tratar das reclamações, conforme estabelecido no Regulamento do Pessoal. O Painel de Reclamações analisará e fará deliberações sobre reclamações apresentadas, além de apresentar recomendações detalhadas para resoluções que deverão ser aperfeiçoadas e adoptadas pelas Partes envolvidas no conflito. A Comissão acredita igualmente que a resolução efectiva das reclamações pendentes irá melhorar a moral do Pessoal e, finalmente criará um ambiente de trabalho propício.

378. Como parte da revisão da estrutura organizacional, a Comissão está em fase de elaboração de um Gabinete de Ética e de uma função de Provedoria. A revisão da Política e a elaboração de um Código de Ética foram realizadas em 2013. O Código de Conduta foi introduzido e implementado de forma efectiva. A formação obrigatória sobre ética será instituída, incluindo os papéis de prevenção e de mediação para reduzir a incidência de reclamações. Serão propostos Sistemas aos Órgãos Deliberativos da UA antes dos mesmos serem instituídos no quadro do novo Plano Estratégico.

379. **SAP Planificação dos Recursos Empresariais (ERP):** A introdução do software SAP Planificação dos Recursos Empresariais (ERP) permitiu igualmente o reforço da gestão corporativa por meio da partilha de informações e transparência. Desde Julho de 2008, tem permitido transacções mais rápidas que são mais baratas e mais transparentes com mecanismos de verificação e de balanceamento apropriados. Em termos de licenças, a Comissão tem 200 Utilizadores do SAP R/3 e 1200 Utilizadores do ESS/MSS. A formação *no local* permitiu a formação de 8 funcionários a custo de dois na Academia SAP. Entre os benefícios do sistema estão a melhoria da visibilidade, compreensão e tomada de decisões; melhoria do alinhamento das operações e dos processos, melhoria da gestão financeira e da gestão corporativa. Além disso, são igualmente benefícios do sistema a redução do risco em termos de uma distinção mais clara dos papéis e autorizações, melhor controlo do sistema e aprovação por meio de fluxos de trabalho.

380. O SAP ERP foi lançado nos Escritórios de Bruxelas e de Genebra além dos Escritórios do BIRA e da AMISOM e, estão em curso preparativos para cobrir Nova Iorque. Como medida económica alternativa, o Sistema QuickBooks foi implementado em todas as outras Representações/Missões/Escritórios Regionais e será integrado no sistema SAP.

381. **Apresentação de Relatórios:** Em 2013, a Comissão melhorou a gestão corporativa e prestação de contas através da melhoria na apresentação dos seus Relatórios. Tendo introduzido um sistema trimestral, os Relatórios de gestão são publicados mensalmente ao passo que o Relatório Anual é apresentado à Cimeira em Janeiro de cada ano. A Comissão continua igualmente a publicar semestralmente o *Jornal Oficial da União*, cobrindo todas as Decisões de todos os Órgãos da UA, que está amplamente divulgado entre os Estados-membros e todas as estruturas da UA.

382. Em cada Sessão dos Órgãos Deliberativos, a Comissão apresenta um Relatório sobre a implementação das Decisões Anteriores da Conferência e do Conselho Executivo. Nesse sentido, o Relatório compilado sobre a implementação das Decisões Anteriores foi apresentado à Cimeira de Janeiro de 2013 para análise. A Cimeira de Maio de 2013 foi dedicada à Celebração do 50º Aniversário, com uma Agenda simplificada como tal e com carácter excepcional nenhum Relatório sobre a implementação das Decisões foi apresentado. A Comissão coordenou a preparação do Relatório a ser apresentado a Cimeira de Janeiro de 2014.

Promoção do Desempenho e da Eficiência Operacional

383. O objectivo geral da Comissão é o de reforçar a prestação de contas e tornar a Comissão mais eficiente e operacional através *de uma gestão simples*. De forma a apoiar a transformação da CUA e expandir o mandato, foram empreendidas várias iniciativas de reforma com vista a contribuir para:

384. **Gestão de Conferências:** em 2013 a Comissão facilitou 1.283 reuniões, utilizando 173 tradutores e intérpretes, o que resultou na reprodução de 19.687 páginas e 2.330 documentos traduzidos. Durante primeiro trimestre do ano, foram realizados exercícios de sensibilização do Pessoal da CUA. Os inquéritos aos clientes feitos após cada reunião foram instrumentais para melhorar a coordenação das reuniões e os serviços prestados.

385. A Comissão continuou no seu esforço para melhorar a prestação, fornecendo uma ampla variedade de serviços que incluíram: gestão das tecnologias de informação, aquisições, viagens, defesa e segurança, gestão de instalações e outros serviços administrativos. Foi iniciada a implementação da Estratégia dos RH de médio prazo para tratar das lacunas existentes nas questões dos Recursos Humanos. Tais medidas incluem a Atracção e Emprego de Talentos através da identificação, recrutamento e contratação de profissionais altamente qualificados no momento certo para os cargos certos; Manutenção da excelência operacional através da criação e manutenção da excelência dos locais de trabalho e alinhamento aos sistemas de TIC para apoiar os processos de um serviço administrativo eficiente.

386. Nos esforços da Comissão para recrutar candidatos de ambos os géneros adequados e de todas as regiões de África, foram realizadas 33 nomeações em 2013, que foram anunciadas tanto no Sistema interno de *E-Recruitment* como no novo Sistema de *E-Recruitment* do SAP com base na internet.

387. **Mecanismo de Gestão do Desempenho e de Prestação de Contas (PMAF):** O PMAF foi aprovado pela Comissão e nesse quadro o ciclo de desempenho dos funcionários foi sincronizado para iniciar em Março de cada ano e finalizar em Fevereiro do ano seguinte. Um ciclo unificado de desempenho é fácil de gerir uma vez que as metas de desempenho e os serviços a prestar são acordados no início do período, monitorizados durante todo o período e avaliados no fim do período. Essa abordagem garante objectividade, transparência, actividades orientadas para os objectivos e uma distribuição equitativa da carga de trabalho.

388. O Sistema de Desempenho e de Avaliação do Pessoal no quadro do PMAF está a mobilizar a Comissão para uma maior incidência corporativa na realização das prioridades e objectivos acordados através de um maior esclarecimento dos papéis e responsabilidades e da prestação de contas. Estão a ser implementadas ferramentas e instrumentos necessários para facilitar a planificação, implementação, avaliação e apresentação de Relatórios sobre o desempenho. O Sistema inculca uma cultura de aprendizagem contínua

orientada para os resultados e melhoria do desempenho que facilita a mudança organizacional e de atitude do Pessoal, necessários para atingir eficiência e excelência.

389. A comunicação interna foi identificada como promotora do reforço do desempenho, colaboração e interacção entre o Pessoal em toda a União. Nesse contexto, a Comissão lançou uma plataforma interactiva denominada “*Open Space*” que é um aplicativo online da intranet disponível para todo o Pessoal com acesso à informações acerca das políticas da CUA, um canal para apresentar questões ou preocupações específicas, partilha de ideias, comentários e aprender sobre recentes desenvolvimentos.

390. **Estrutura da CUA:** No esforço de transformar de uma Comissão com base nas actividades para um órgão orientado para resultados, a Comissão, em estreita colaboração com vários Órgãos, nomeadamente a NPCA, PAP, Tribunal, APRM, AFREC e o Conselho Anticorrupção, está actualmente a realizar uma revisão estrutural abrangente da União de forma a garantir que as considerações sobre a eficiência sejam defendidas e que as aptidões disponíveis se compatibilizem com as necessidades para atingir os resultados planificados no novo Plano Estratégico (2014-2017) e na Agenda 2063. O aperfeiçoamento, alinhamento e intercâmbio do Pessoal entre e pelos Órgãos são algumas das estratégias que a Comissão realiza actualmente para melhorar as capacidades da Comissão no cumprimento do seu mandato para a União.

391. Como parte da revisão da estrutura organizacional, a Comissão levou a cabo passos preliminares para a criação de um Gabinete de Ética e de um cargo de Provedoria. A revisão de política e elaboração de um Código de Ética foram realizadas no primeiro semestre de 2013, com um projecto a ser disponibilizado para análise do CRP no primeiro trimestre de 2014. Será institucionalizada a formação obrigatória sobre Ética, incluindo o papel preventivo e de mediação para reduzir a incidência de reclamações. Serão feitas propostas de sistemas aos Órgãos Deliberativos da UA antes dos mesmos serem institucionalizados no quadro do novo Plano Estratégico.

392. *Serviços Médicos:* A eficiência operacional e de desempenho é determinante para o contínuo crescimento e bem-estar do Pessoal da CUA. Além das novas reformas tendentes a reforçar a produtividade do Pessoal, é importante que a Comissão tenha desenvolvido várias iniciativas para garantir a saúde tanto para o Pessoal actual como o vindouro. Essas actividades resultaram na introdução de um Sistema Integrado de Registo Médico e na formação de 37 funcionários de saúde em SAP e IMRS, resultando na redução do tempo de espera dos pacientes de 90 para 30 minutos. A clínica iniciou um Plano de Renovação e de Expansão de forma a acomodar o crescente número de funcionários e da comunidade diplomática em Adis Abeba, concluindo a primeira fase do Projecto de 1.796.948 \$EU, através da generosa doação do Estado do Kuwait.

393. **Gestão e Manutenção de Instalações:** Com recursos limitados e envelhecimento dos bens móveis, há necessidade de garantir a manutenção contínua e renovação dos bens da Comissão. Foram iniciadas duas Estratégias principais sobre:

1ª Estratégia: redução dos custos de funcionamento das instalações (redução das facturas de água e energia); e

2ª Estratégia: implementação de um plano anual de manutenção preventiva. Relativamente à gestão de instalações, a Comissão fez melhorias significativas na gestão e manutenção do património e na planificação de outros projectos de renovações e construção.

394. **Inventário das Principais Propriedades da CUA:** No quadro do mecanismo da Estratégia de Desenvolvimento da Propriedade da União Africana, foi lançada uma campanha abrangente sobre o património e propriedades móveis da União Africana. O objectivo final desse exercício foi o de dar a conhecer, controlar, garantir e posteriormente desenvolver a propriedade móvel da Comissão da UA. A primeira fase desse projecto, especificamente o inventário, foi concluído e os resultados são os seguintes:

- A União Africana possui 24 lotes de terreno e 46 edifícios localizados em várias partes do Mundo, nomeadamente: África (40 edifícios e 21 lotes), América (3 edifícios e 2 lotes) e Europa (3 edifícios e 2 lotes);
- Em África: Argélia (4 edifícios e 1 lote), República Democrática do Congo (3 edifícios e 1 lote-Kinshasa, 4 edifícios e 1 lote-Kisangani), Etiópia (16 edifícios e 4 lotes-Adis Abeba, 2 edifícios e 1 lote-Debrezeit), Guiné (1 edifício e 1 lote), Mali (1 lote), Níger (1 edifício e 1 lote), Nigéria (7 lotes e 7 edifícios);
- Na América: EUA (2 edifícios e 1 lote-Nova Iorque, 1 edifício e 1 lote-Washington);
- Na Europa: Suíça (1 edifício-Genebra), Bélgica (2 edifícios e 2 lotes).

395. A conclusão e operacionalização do novo Complexo de Escritórios e Centro de Conferências da União Africana facilitou o antigo problema de limitação de espaço. Gerou nos anos 2012 e 2013 (Janeiro a Julho) receitas no valor de 556.160 e 371.409 \$EU respectivamente através do arrendamento das salas para conferências, gabinetes, espaços internos dos edifícios para exposições, armazenamento de bens obsoletos e arrendamento para cafetarias temporárias durante as Cimeiras e outras reuniões. As questões de Auditoria relativamente aos bens imóveis reduziram totalmente, indicando boa gestão. A Comissão planeia ainda realizar renovações adicionais e projectos de construção, incluindo o Edifício do Conselho de Paz e Segurança (que se prevê esteja concluído em

2013/2014, o Projecto da Aldeia Africana, instalações residenciais para o Vice-Presidente e os Comissários, depois da concessão de um subsídio em forma de um terreno com 215.000 m² pelo Governo etíope, onde todos os lotes foram garantidos e foram implementados trabalhos de vedação temporária.

396. Em 2013, o programa de redução de custos resultou na realização de um furo de água no perímetro da Comissão da União Africana. A água desse furo será utilizada para jardinagem, casas de banho, lavagem do solo, pedras e veículos.

397. **Viagens do Pessoal:** Na área de prestação de serviços de viagens, foram tomadas medidas para conter as despesas e reduzir o desperdício, de forma a garantir a utilização eficiente dos recursos financeiros disponíveis. As poupanças obtidas foram em média na ordem de 60.16 \$EU por bilhete que se traduz em 200.272 \$EU no total, durante o primeiro trimestre de 2013.

398. **Serviços de Defesa e Segurança:** Em 2013, a questão da Defesa e Segurança foi uma prioridade face às recentes ameaças e ataques terroristas em todo o Continente. É imperativo que seja dada segurança contínua aos funcionários e ao património da Comissão tanto na Sede como nas residências do Pessoal. De forma a facilitar a resposta rápida do Pessoal da Segurança em caso de problemas, a Comissão da UA elaborou um mapa dos locais de residência dos altos funcionários da Comissão e os mantém seguros através da Sala de Controlo de Segurança para efeitos de emergência. Em estreita colaboração com o Gabinete Federal de Investigação Policial e Criminal, a Comissão reduziu em 60% os problemas vividos pelos funcionários, em questões ligadas ao arrendamento de residências, roubos e conflitos domésticos dos funcionários

399. Actualmente a 1ª Fase do Projecto de Segurança *Firewall* está a ser implementado para modernizar e reforçar a segurança física e o controlo do acesso às instalações da Sede da CUA. Essa 1ª Fase cobre a área do edifício antigo, ao passo que se prevê que a 2ª Fase do Projecto cubra as restantes áreas do Novo Edifício.

Buscar uma Comissão Financeiramente Sustentável e Viável

400. No início de 2013, a Comissão trabalhou assiduamente para garantir a contínua implementação da Decisão do Conselho Executivo sobre a mudança do calendário orçamental da UA. Isso foi cumprido com sucesso e o orçamento de 2014 foi aprovado durante a Cimeira de Maio de 2013. A aprovação dos orçamentos em Julho ao invés de Janeiro irá garantir uma melhor planificação e implementação dos programas e, por sua vez, traduzir-se-á na melhoria da execução orçamental. A Comissão continuou a garantir uma melhoria no processo integrado de planificação, programação e orçamentação em todos os sectores do orçamento de programa, preparação dos relatórios sobre o desempenho do orçamento bem como esforços coordenados para revisão ou propostas de orçamentos de programas complementares.

401. **Normas Internacionais de Contabilidade:** A Comissão preconizou ajustar as suas práticas de contabilidade às melhores práticas internacionais e, em Janeiro de 2013, obteve a Decisão do Conselho Executivo para a adopção das Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (IPSAS) como normas oficiais a serem implementadas em toda a União. A comissão iniciou a implementação das IPSAS a partir de 1 de Julho de 2011 com 5 acções regionais de formação para os Órgãos da UA. Foram criadas estruturas relevantes de implementação das IPSAS e equipas de funcionamento e foi elaborado um roteiro. O Regulamento Financeiro da União foi revisto para adaptá-lo às IPSAS e para que tenha em consideração outras relevantes questões de contabilidade emergentes. Além disso estão a ser elaboradas políticas Antifraude e Anticorrupção bem como de Gestão de Risco Empresarial para o primeiro trimestre de 2014, de forma a estar a par com as práticas modernas da boa gestão organizacional.

402. A adopção e implementação com sucesso das IPSAS até Janeiro de 2015, irão garantir a melhoria da qualidade, comparabilidade e credibilidade das Declarações Financeiras da CUA aos Estados-membros, doadores e aos funcionários, promovendo uma melhor prestação de contas e transparência.

403. **AMISOM:** A Comissão testemunhou igualmente um crescimento sem precedentes dos recursos financeiros da Missão da União Africana na Somália, que iniciou a sua missão em Maio de 2007, com um orçamento total de 15 milhões de Euros e até à data funciona com um orçamento de 280 milhões de Euros, significando um aumento de parceiros que financiam a missão para incluir o Reino Unido, Itália, China, Rússia, Dinamarca, Espanha, Suécia, Japão, Índia, Nova Zelândia e Liga dos Estados Árabes. Desde o seu início, muito trabalho tem sido feito em diversas frentes para melhorar a sua gestão financeira tais como a nomeação de pessoal de apoio qualificado, introdução do SAP para substituir o Software Peachtree e sistemas administrativos inadequados e uma melhoria no processo de aquisições. Como resultado, o Relatório da Auditoria Interna para 2013 indicou uma melhoria drástica no sistema de apresentação de relatórios financeiros da Comissão, demonstrando claramente a utilização de fundos conforme os Acordos de Financiamento.

Melhoria da Colaboração entre a Comissão e Outros Órgãos

404. **Realização de Reuniões Regulares do CRP:** A Comissão continuou a prestar apoio administrativo e de secretariado e facilitou a realização das reuniões regulares do CRP cada vez que esse Órgão decidisse reunir, seja em plenária ou como Mesa. O referido apoio contribuiu em grande medida para a efectividade do CRP como Órgão.

405. **Simplificação do Programa de Eventos e Racionalização das Agendas:** A Comissão, através de propostas e gestão do Programa de eventos e Agendas, tornou não só a organização de eventos mais rentável, mas contribuiu para uma gestão coordenada desses eventos de uma maneira coerente e organizada. Embora alguns desafios ainda permaneçam e apesar do crescente

aumento de eventos e de participantes, registaram-se alguns de elevada qualidade como resultado do crescente interesse gerado na UA nos últimos dois anos e houve uma grande melhoria na gestão geral das Cimeiras e dos principais eventos da UA. Nesse sentido, a Comissão continuou, durante o período em análise, a melhorar a planificação, organização e prestação de serviços a todas as sessões ordinárias e extraordinárias do CRP, Conselho Executivo e da Conferência.

Promoção de Sinergias com os Órgãos Deliberativos, Órgãos da UA, CER e Outros Intervenientes

406. A Comissão continua a colaborar com todos os intervenientes com vista a melhorar a efectividade geral da União e o engajamento com os seus parceiros. Nesse sentido, foram empreendidas as seguintes iniciativas:

407. **Elaboração de Mecanismos para Colaboração e Cooperação:** A Comissão finalizou os processos de elaboração dos mecanismos para melhorar as relações e a coordenação entre os seus Departamentos, por um lado e o intercâmbio e interacção regular entre a Comissão, Estados-membros, CER e outros Órgãos da UA, por outro.

408. **Serviço de Internet e Videoconferência:** Reconhecendo que o acesso às comunicações é essencial para desenvolver uma maior efectividade da UA, a Comissão alcançou serviços seguros e consistentes de correio electrónico e de internet. Todos os Escritórios Regionais e de Representações da CUA e as CER, estão agora ligadas à Sede por via de uma rede privada de satélite e os trabalhos realizados na Sede são acessíveis nesses Escritórios. O aumento da utilização de videoconferência para entrevistas de recrutamento, reuniões inter-escritórios e a utilização de Telefones IP em toda a rede significa grandes poupanças em termos de dinheiro e de tempo bem como o aumento da produtividade. O Centro de Videoconferência está operacional e seguro, ligando a Sede à 17 Escritórios Regionais/Representações/Missões no terreno e o resto do mundo. A Comissão continuará a incentivar o aumento da utilização de videoconferência para a tomada de decisões mais rápida e deste modo baixar os custos com viagens.

409. **Comunicação e Advocacia:** A comunicação é uma parte importante dos trabalhos da Comissão da UA. Nesse sentido, a Celebração do 50º Aniversário da OUA/UA bem como a elaboração da Agenda 2063 representam grandes oportunidades para implementar uma Estratégia de Comunicação que envolve todos os africanos, incluindo os da Diáspora. Além disso, a Comissão continuou a implementar os planos de visibilidade para ajudar a divulgar os programas de todos os Departamentos da Comissão. Foi instrumental na formação e prestação de informações relevantes à comunicação social durante a cobertura de eventos importantes e Cimeiras organizadas pela UA bem como na facilitação do acesso à informações através da manutenção de boas relações com os representantes da comunicação social e com os jornalistas no continente e no exterior que abordam questões africanas.

410. **Gestão de Registos:** A importância de um sistema de gestão de registos claro e de fácil utilização na promoção de sinergias no seio da UA não pode ser subestimada. A Comissão deu início a um exercício para reforçar e melhorar os meios em que os assuntos são tratados através da automatização do seu sistema de gestão dos registos. Através do programa de reforço das capacidades, a gestão dos registos na Comissão está agora informatizada e todos os registos e as correspondências internas estão informatizadas. Cerca de 75% dos Funcionários na Sede foram formados em utilização do novo Sistema Electrónico de Gestão dos Registos da União Africana (AUREMS). De igual modo, 45% dos Funcionários dos Escritórios Regionais foram submetidos à acções semelhantes de formação e estão agora ligados ao novo Sistema. Prevê-se que 100% tanto dos Funcionários da Sede como dos Escritórios Regionais estejam ligados até o fim de 2014.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVA DO PRÓXIMO ANO

411. Na altura em que celebramos 50 anos desde a criação da OUA e uma década desde a sua transformação em UA, existe um sentido renovado de optimismo e confiança no continente. As celebrações do 50º Aniversário e o foco sobre o tema do Pan-Africanismo e Renascimento Africano consolidaram este sentido, envolvendo diferentes sectores da sociedade africana.

412. Ao nível socioeconómico, o continente registou progressos durante o ano de 2013 e esta tendência pretende-se que continue no próximo ano. A governação e eleições democráticas estão a melhorar em todo o continente, e os processos de definição de visões de desenvolvimento e a visão continental igualmente ajudaram a imprimir o ímpeto das agendas de transformação e de integração de África. Entretanto, enquanto em 2013 vimos um movimento encorajador nos processos de paz no Madagáscar, Mali e Somália, ainda permanecem os desafios de instabilidade e conflitos na RDC, República Centro-Africano, partes da África do Norte, Sudão e Sudão do Sul.

413. O ano testemunhou igualmente um esforço concertado sobre questões de transformação e desenvolvimento socioeconómico, através do trabalho da Comissão da UA, das CER e dos Estados Membros em torno das áreas prioritárias continentais tais como competências, saúde e desenvolvimento humano; infraestruturas; transformação económica e agricultura e agro-negócios. Importante progresso registou-se com respeito à agenda de integração, com as Comunidades Económicas Regionais a desempenhar um papel fundamental. Além disso, a mudança na narrativa acerca de África encontra-se inserida no seu próprio discurso e o trabalho de extensão e de comunicação da Comissão neste sentido continuou.

414. O Relatório Anual de 2013 da Comissão é, portanto, um relato das actividades da Comissão, enquanto, numa forma limitada, igualmente centra as suas atenções nos resultados destas actividades. Este é o início e como a comissão inicia a implementação do seu 3º Plano Estratégico (2014-2017), um esforço concertado será implementado para garantir isso na concepção,

implementação e apresentação de relatórios das suas actividades e acções, então existe uma mudança notável para garantir o máximo do impacto em relação à agenda de transformação continental. Isto será igualmente acompanhado por um esforço reforçado e capacidade de atrair resultados ao nível nacional, regional e continental.

415. O papel da Comissão da UA em relação à realização da agenda continental e em apoio a todos os Órgãos da UA, agências e instituições continua fundamental. Portanto, iremos garantir que a própria Comissão continua a transformar-se numa instituição para a realização da visão do Pan-Africanismo e do Renascimento Africano.

2014: O Ano Adiante

416. A implementação do 3º Plano Estratégico da CUA (2014-2017), com os seus cinco pilares, terá início em 2014. As principais realizações do terceiro Plano Estratégico são os seguintes:

- **1ª Realização:** Promoção da paz e estabilidade, boa governação, democracia e direitos humanos, como bases para o desenvolvimento de sociedades estáveis;
- **2ª Realização:** Implementação de políticas e instituições para o aumento da produção agrícola, expansão do valor acrescentado e do acesso ao mercado, e boa gestão ambiental e dos recursos naturais para o aumento da renda e melhoria da alimentação e auto-suficiência nutricional;
- **3ª Realização:** Promoção do desenvolvimento económico inclusivo e promoção da industrialização por meio da integração económica, projectos de infra-estruturas continentais, e do acesso ao Comércio Intra-africano e global liderado pelo sector privado e utilização sustentável dos recursos naturais do continente;
- **4ª Realização:** Implementação de Políticas e Programas para a melhoria da saúde, educação de qualidade e habilidades empregáveis, apoiados por investimentos em serviços, ciência, investigação e inovação;
- **5ª Realização:** Elaboração de estratégias para a mobilização de recursos, incluindo fontes alternativas e adicionais de financiamento, para permitir que África financie os seus programas de desenvolvimento;
- **6ª Realização:** Criar uma União centrada nas populações com a participação dos Estados-membros e outras partes interessadas na definição e implementação da Agenda Africana;

- **7ª Realização:** Reforço das capacidades institucionais da CUA, e das relações com as CER e Órgãos da UA, assim como com os parceiros estratégicos e outros.

417. Visto que temos quadros e estratégias políticas continentais nestas áreas prioritárias, a Comissão, ao implementar o 3º Plano Estratégico, irá assegurar a promoção, facilitação, coordenação e monitorização da implementação, trabalhando com os intervenientes.

418. A Comissão elaborou planos de trabalho dos Departamentos com base no 3º Plano Estratégico e no Orçamento adoptado de 2014. Além disso, identificou as seguintes prioridades globais para o seu Plano de Trabalho de 2014.

- **Ano de Agricultura e Segurança Alimentar:** Chefiado pelo Departamento de Economia Rural e Agricultura, cada departamento e divisão irá contribuir para o tema e garantir uma ampla mobilização dos Estados-membros e outras partes interessadas para fazer avançar este importante sector e componente essencial do 2º Pilar do 3º Plano Estratégico;
- **Aceleração da eficácia institucional:** A Comissão irá tomar medidas enérgicas durante o ano de 2014 para resolver essa questão, como uma das principais prioridades para 2014;
- **Agenda 2063:** Apresentação do Documento Quadro à Cimeira de Janeiro, os Estados-membros devem realizar consultas nacionais e harmonização aos planos nacionais de desenvolvimento, divulgação da Agenda 2063 e conclusão do documento para aprovação da Cimeira de Julho de 2014.

419. Finalmente, daremos conclusão às Celebrações do 50º Aniversário ao longo do ano em Maio 2014, com iniciativas implementadas de acordo com o Projecto de Documento e Orçamento aprovados.

420. A Comissão considera a implementação do 3º Plano Estratégico, como parte das metas de curto prazo para a realização da Agenda 2063. A base que criamos em 2014, trabalhando com os Estados-membros e todos os Órgãos e partes interessadas, irá, portanto, definir se de facto alcançamos uma mudança de paradigma para a realização do Renascimento Africano e recuperação do Século Africano.

2014

Versão De 14 DE Janeiro De 2014
(Rev 1) Relatório Anual da Presidente
Sobre as Actividades da Comissão
Para o Período de Janeiro a
Dezembro 2013

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/4063>

Downloaded from African Union Common Repository